



*Este livro foi composto e
impresso pela EDIPE Artes
Gráficas, Rua Domingos
Paiva, 60 — São Paulo.*

JEAN-BAPTISTE DEBRET

J. F. DE ALMEIDA PRADO

As quarenta aquarelas inéditas de Jean-Baptiste Debret, impressas a seis cores, em 1970, para comemorar o cinqüentenário das atividades editoriais do fundador e Diretor Geral da Companhia Editora Nacional, o saudoso Sr. Octalles Marcondes Ferreira, são inacessíveis a muitos estudiosos e interessados. Por essa razão a Companhia Editora Nacional e a Editora da Universidade de São Paulo, num esforço conjunto, projetaram esta edição, graficamente mais simples, e menos custosa, reproduzindo todas as aquarelas, em preto e branco.

Debret empreendeu, no começo do século dezanove, penosa viagem terrestre do Rio de Janeiro até Santa Catarina, transitando pelos Estados de São Paulo e Paraná. São dessa viagem os desenhos e pinturas que compõem este livro, de interesse não apenas paisagístico mas também histórico, fornecendo preciosos subsídios para os nossos historiadores. A fidelidade dos tipos desenhados, em suas múltiplas ocupações, valem por tratados de sociologia e até de antropologia.

O texto da obra, elaborado por J. F. de Almeida Prado, historiador naturalmente indicado para esta empresa, estende-se por quase cem páginas na descrição biográfica de Debret e sua época de permanência entre nós (que compreende a última fase do governo de D. João VI no Brasil e os primeiros anos da Independência). O texto é complementado por valiosas notas de Newton Carneiro sobre o Paraná.

Com excepcionais aspectos de documentação, o livro mantém o alto nível cultural da *Coleção Brasileira*.

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

D34p Prado, João Fernando de Almeida, 1898-
Jean-Baptiste Debret, com reprodução de qua-
renta paisagens do artista, do Rio de Janeiro, São
Paulo e Santa Catarina; notas, sobre as paisagens
do Paraná, por Newton Carneiro. São Paulo,
Editora Nacional, Ed. da Universidade de São
Paulo, 1973.
p. ilust. (Brasiliana, v. 352)

1. Brasil — Descrição e viagens 2. Debret,
Jean-Baptiste, 1768-1848 3. Pintura — Brasil 4.
Pintura — Paisagens — Brasil I. Carneiro, New-
ton, 1914- II. Debret, Jean-Baptiste, 1768-1848.

73-0105	B	758.10981
	CDD-927.5044	759.981
		918.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Descrição e viagens	918.1
2. Brasil : Paisagens : Pintura	758.10981
3. Brasil : Pintura	759.981
4. França : Pintores : Biografia	927.5044



*Obra publicada
com a colaboração da*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: *Prof. Dr. Miguel Reale*

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Comissão Editorial:

Presidente — Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). Membros: Prof. Dr. A. Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Instituto de Ciências Biomédicas), Prof. Dr. Irineu Strenger (Faculdade de Direito) e Prof. Dr. Pêrsio de Souza Santos (Escola Politécnica).

SECRET

BRASILIANA

Volume 352

Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Coleção Johann Becker

J. F. DE ALMEIDA PRADO



JEAN-BAPTISTE DEBRET

Com reprodução de quarenta paisagens do artista, do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Notas, sobre as paisagens
do Paraná, por

NEWTON CARNEIRO

758.10981
P898

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO

12 FEV 2007



710011362

UFRJ MUSEU NACIONAL BIBLIOTECA	
N.º 65	DATA 31/01/2007
N.º B. 657576	
N.º A.	

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — 01212 S. Paulo, SP

1973

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Nota do Editor, XI

J.-B. Debret, 1

Debret no Paraná, 82

Reprodução das paisagens, 95

Índice onomástico, 177

NOTA DO EDITOR

Esta edição é um esforço conjunto da Companhia Editora Nacional e da Editora da Universidade de São Paulo no sentido de colocar ao alcance dos especialistas, estudantes e interessados em geral uma obra de grande significado histórico e artístico.

As quarenta aquarelas inéditas de Jean-Baptiste Debret, publicadas em 1970 em edição de luxo comemorativa do cinquentenário das atividades editoriais de Octalles Marcondes Ferreira, nosso fundador e Diretor Geral da empresa, conquanto constituíssem necessário e valioso empreendimento cultural — as aquarelas ali se encontram, todas, reproduzidas em tamanho natural e impressas a seis cores, num trabalho de raro e custoso requinte gráfico — ficaram, como o texto de apresentação de J. F. de Almeida Prado e as notas de Newton Carneiro, inacessíveis a muitos estudiosos. Isto levou a Companhia Editora Nacional, com a compreensão e o apoio do Presidente da Comissão Editorial da Editora da Universidade de São Paulo, Professor Mário Guimarães Ferri, e de todos os membros da Comissão, a projetar uma edição graficamente mais simples, e menos custosa, com a reprodução de todas as aquarelas em preto-e-branco.

Os cuidados postos nesta edição proporcionam ao leitor, a custo acessível, toda a beleza das paisagens e todo o seu significado histórico, além dos textos de apresentação — revistos — e de notas sobre o Paraná.



JEAN-BAPTISTE DEBRET

BRASILIANA

últimos volumes publicados:

- SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA
Visão do paraíso (segunda edição)
- JACQUES LAMBERT
Os dois Brasis (sétima edição)
- JOSÉ FERREIRA CARRATO
Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais
- GILBERTO FREYRE
Novo mundo nos trópicos
- HEITOR FERREIRA LIMA
História político-econômica e industrial do Brasil
- CHARLES R. BOXER
A idade de ouro do Brasil
- HÉLIO VIANNA
Vultos do Império
- JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO
Do Brasil filipino ao Brasil de 1640
- EZEKIEL STANLEY RAMIREZ
As relações entre a Áustria e o Brasil
- JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES
Os construtores do Império
- THOMAS LINDLEY
Narrativa de uma viagem ao Brasil
- J. F. DE ALMEIDA PRADO
D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil
- AROLD DE AZEVEDO
Arnolfo Azevedo, parlamentar da Primeira República
- ERNST EBEL
O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824
- ROBERTO C. SIMONSEN
Evolução industrial do Brasil e outros estudos

EDIÇÕES DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639
01212 SÃO PAULO, SP

J.-B. D E B R E T

A vinda do pintor francês JEAN-BAPTISTE DEBRET ao Brasil encontra-se estreitamente ligada aos prodigiosos sucessos que sacudiram o mundo no fim do século XVIII e começo do XIX. Naquelle universo tumultuoso, injunções pessoais e políticas moveram-no a aceitar, depois da derrota dos exércitos francezes, convite para dirigir curso de pintura no Rio de Janeiro. Sangrava-lhe o coração de bonapartista, ansioso por se afastar do espetáculo dos Bourbons recolocados no trono pelos vencedores do ídolo, e, ao pôr os pés em terra sob o trópico, depararia com outra manifestação dos acontecimentos, na mudança de uma corte fugida pouco antes da Europa para não ser aprisionada pelo corso.

Surgira a realeza bragantina no seu maior domínio ainda por desbravar, com ministros, áulicos, diplomatas estrangeiros, repartições administrativas, criadagem, arquivos, bibliotecas, parasitas e mais pertences, em que sequer faltavam os *evirati* da ópera e da capela real. Representava ao vivo aquella migração resultado do escarcéu que agitara o Ocidente, destruidor de tronos e formas políticas, substituídas por novas idéias e classes dirigentes. Amargurado pelo que se passava em torno de si, almejava Debret estabelecer-se longe dos que, de volta ao poder, personificavam — assim pensava — regime odioso, retrógrado, avesso aos bonapartistas e demolidor das glórias do império.

Nessa altura, recebeu oferta de ir à Rússia ou ao Rio de Janeiro. Preferiu a segunda por inúmeros motivos. No seu entender, Portugal era menos culpado do que o Tzar na luta da Europa contra Napoleão. Segundo, talvez o atemorizasse o inverno moscovita, do qual os elementos da *Grande Armée* escapados de extermínio narravam episódios espantosos. Terceiro, concebia o Brasil como o imaginavam no *boulevard*, ou seja, região de multi-forme pitoresco, recoberta de floresta virgem, cortada por rios

prodigiosos, habitada por índios e fauna incontável e, acima de tudo, possuidora de imensas riquezas à disposição de quem quisesse explorá-las.

Encontraria, à chegada, uma surpresa, ou melhor, várias, boas e más. Nem todas antevisões se verificariam no paraíso decantado por Parny, descrito por Raynal, objeto de planos de Dumouriez e citações de Bernardin de Saint-Pierre, mas ia-se estabelecer, entre ele e os súditos brasileiros da lusa monarquia, elo comum suscitado pelo mesmo anseio de liberdade. Aderira Debret à Revolução em 1792 contagiado pela exaltação de artistas e intelectuais da classe burguesa, pelas mesmas razões de rebeldia que assobravavam os antigos coloniais fartos da opressão de metrópoles.

Neste sentido, imaginava o artista que do lado do Atlântico respiraria em ambiente por completo diverso daquele que em Paris se lhe tornara intolerável, especialmente ao ver o malogro dos esforços dos franceses na realização de sonhos libertários. Às maiores causas outras se juntavam, de caráter íntimo, a concorrer para a viagem, se bem ele continuasse a considerar-se melhor francês do que os aderentes ao regime reconstituído pelos vencedores de Bonaparte. No Brasil encontrava situação algo semelhante. Tinha sido os coloniais vergados até a chegada da corte sob férreo regime colonialista, muito diferente do que se entende por colonização. Impunham-lhes produzir unicamente para soberano ungido pelo Senhor, dono das coisas e das gentes, condição definida e definitiva, que a ninguém era permitido desobedecer. Não tardaram, entretanto, no evoluir da colônia, a despontar rebates de inconformismo em continuação aos ensaios ocorridos no século XVIII sob efeito de notícias da independência norte-americana, como sucedeu na Conjuração Mineira, fadada de antemão a insucesso, ou na entrevista de estudante brasileiro na França com Jefferson, enviado dos Estados Unidos à corte de Luís XVI. Mais significativas, no caso, eram as amargas queixas de comerciantes cariocas a estrangeiros de passagem pelo Rio a respeito da compressão econômica exercida pela metrópole. Ainda assim, tudo reunido pouca influência teria nos destinos da colônia, não fossem a Revolução Francesa e campanhas napoleônicas, assoladoras da Europa, destruidoras de princípios, doutrinas e tronos, a disseminar pelas armas, medo ou entusiasmo princípios revolucionários, cujos ecos e efeitos chegavam até a América do Sul.

Extremo fora o alvoroço do maior domínio luso ao abrigar a corte que o transformaria em Estado soberano. Jamais teriam concebido súditos afeitos a se haverem com representantes do lon-

gínquo governo, contemplar um dia entre eles personagens tidos como de origem divina. Chegara a realeza, revestida dos paramentos de império dono de consideráveis territórios na Guiné, sul da África, Brasil, Uruguai, Guiana francesa, presídios no Atlântico, Índico e Pacífico, onde outrora se abasteciam as caravelas do Venturoso para a conquista do mundo colonial. O conjunto era digno de inveja das maiores potências do momento, ufania de Príncipes considerados a princípio figuras mitológicas, agora vistos de perto, em carne e osso pelos americanos.

Depois de escala na cidade do Salvador, preterida nas esperanças de voltar a ser sede do Brasil, aportaram corte e séquito no Rio de Janeiro antes da conclusão dos preparativos para receber a realeza. Decorreu o desembarque em meio de transportes de alegria dos coloniais e lamentos dos reinóis, uns inebriados pela nova condição, outros deprimidos pela perda dos lares, mal-estar e desconforto, onde tudo era incerto, do alojamento às funções palacianas improvisadas em antigas repartições, conventos e chácaras. Nos meses seguintes, tornou-se cada vez mais árduo acomodar na cidade o contínuo afluxo de europeus atraídos à nação oficialmente denominada em 1815 Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Nesta altura, deu-se fato de maior importância para a antiga colônia, assim como para a antiga metrópole. Enlevou-se o Regente com a nova sede do império luso, empolgado pela grandiosidade do quadro em que até a selvageria expressa pela aldeia de índios de Magé, a pouca distância do Paço da cidade, parecia-lhe preferível ao convívio com lisboetas gafados por idéias subversivas.

A predileção — não partilhada pela esposa e maioria dos cortesãos — encontrou apoio na atividade de ministros sabiamente escolhidos desde que D. João assumira a regência do reino. Prosseguiu na América o mesmo ritmo progressista instituído sob D. José I e intensificado pelo neto. Impelidos graças ao incentivo do amo na procura de desenvolvimento, desdobravam-se homens eminentes como D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Antônio de Araújo, inclinados à realização de planos por vezes desmedidos que transitavam de alto a baixo da máquina administrativa. Não houve setor que escapasse a inovações, reformas, ampliações e por aí além, destinadas ao estímulo de levias imigratórias, produção, vias de acesso, ensino e devassamento de zonas desconhecidas da imensidade brasileira, tida por detentora de riquezas prodigiosas. Infelizmente também participava a política joanina de acesa porfia acerca dos limites no sul, maléfica herança deixada pelos reinados anteriores.

No período compreendido entre as descobertas das minas, denominadas gerais, e a Independência, é erro supor tenha sido o grão-vizir Pombal o único operoso agente da coroa, caída ao depois em modorra por falta de administradores capazes de dirigi-la. Muito pelo contrário, ao invés de serem empecidas tentativas de melhoria nas condições do reino, prosseguia contínua a atividade dos ministros, debilitada, entretanto, a partir de meados do século XVIII, pelo esgotamento das jazidas auríferas brasileiras. De modo algum ocorreu desídia do governo de D. Maria I no colapso que golpeou a monarquia, porquanto nunca houve tanta atividade para remediar a situação como naquele reinado. Incidiam, até, em excessos continuados na América, nem sempre benéficos, conhecidos a propósito, os remoques de D. Carlota Joaquina. Mostrava-se a Princesa, durante a permanência no Rio, afiita por tornar ao reino, infensa para mais a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, desvelado colaborador do Regente, ministro por ela alcunhado Dr. Torvelinho, Dr. Trapalhada ou Dr. Barafunda. Tinha alguma razão a turbulenta senhora quando assim se exprimia a respeito do alude de resoluções administrativas, cujo aspecto torrencial colidia com dificuldades de crédito insanáveis, cúmplices das boas intenções que, segundo todos nós sabemos, prodigamente calçam o inferno.

Falecido o ministro mal visto pela ambiciosa filha de Carlos IV de Espanha, sucedeu-lhe Antônio de Araújo, conde da Barca, igualmente ativo e amigo de novidades. Era, em política, contrário ao antecessor, pelo fato de ser partidário de franceses propagadores de novos métodos e sistemas administrativos, a despeito das agruras que curtira aprisionado no Templo, em risco de morrer no patíbulo nos dias do Terror Vermelho. Dividia-se então a corte em “afrancesados” e “inglesados”, alternadamente no governo segundo o rolar dos acontecimentos. De qualquer maneira, mostrava-se Araújo não menos diligente do que Linhares, incansável em estimular o progresso do refúgio transmarino da corte. Impressionado pelo atraso e descaso pelo belo num paraíso de portentos naturais, onde só se pensava em assuntos materiais, cuidou de atrair missão estrangeira para incentivo das artes e ofícios. Competir-lhe-ia melhorar o aspecto da cidade e o gosto dos habitantes, em que tanto brasileiros como reinóis pareciam arredios à cultura superior. No intuito visava, quem por longos anos vivera nos mais adiantados centros da Europa, elevar, a poder de ensino e convivência com mestres proficientes, o pouco lisonjeiro nível da classe mandante, mal instruída, dominada por superstições, imersa em beatério e mais defeitos suscitados por atraso inadmis-

sível no “século das luzes”, em terra que era preciso desbastar como se fosse mata virgem.

A escolha dos componentes da missão, que deveria ser em maioria composta de franceses, recaiu sobre personagens da diplomacia portuguesa em Paris, os quais no desempenho da incumbência foram orientados pelo famoso sábio Humboldt, no fim da vida diplomata junto às Tuilherias. Aconselhou o geógrafo ao embaixador Marialva e ao encarregado de negócios Francisco de Brito, que recorressem a Joaquim Lebreton, literato, colaborador de Vivant Denon, antigo conservador das Belas-Artes no Império, em condições, melhor do que ninguém, para atender ao desejo do governo do Rio de Janeiro. Tratava-se de elemento de vulto no setor artístico parisiense, ex-secretário perpétuo do *Institut de France*, de que fora um dos fundadores, assim como do Museu do Louvre, do Luxemburgo e da renovação da Academia de Roma, por ele transferida do palácio Mancini para a vila Médicis. Notabilizara-se também por tentar, a todo transe, conservar em Paris o produto de rapinagem artística cometida pelos exércitos napoleônicos, saqueadores através da Europa de residências particulares, castelos, conventos, palácios e templos. Em 1815, depois da queda do Império, investiu Lebreton, em pública cerimônia do *Institut*, contra Wellington. Dissera o inglês ser necessário castigar os franceses pelos seus desmandos em casa alheia, no que era apoiado por Blücher, generalíssimo prussiano. Foi o quanto bastou para o secretário perpétuo acidamente referir-se ao *Iron Duke*, entusiasta, dizia, de recente roubo em Atenas da obra de Fídias, com pleno assenso do *Foreign Office*. Enorme escândalo estrugiu provocado pelo desabafo, logo seguido de demissão do secretário, se bem Luís XVIII no íntimo o aplaudisse. Encontrava-se Lebreton, em consequência do incidente, em disponibilidade, visto com bons olhos por Humboldt, seu colega no *Institut* presente à memorável sessão, motivo de calorosas recomendações aos amigos diplomatas.

Não obstante o parecer de Marialva e de Francisco de Brito, de que se devia compor o conjunto principalmente de mestres artífices, procurou Lebreton — de acordo com as instruções do conde da Barca — aliciar artistas tidos como mais indicados para o fim. Foram, na ocasião, aceitos, além dele, Nicolau Antônio Taunay, Debret, Augusto Taunay, Grandjean de Montigny, Simão Pradier, Sigismund Neukomm e Francisco Ovide, respectivamente pintores, escultores, arquiteto, gravador, músico compositor e engenheiro mecânico. Trazia Augusto Taunay consigo o assistente Francisco Bonrepos; Grandjean de Montigny dois auxilia-

res, a saber: Luís S. Meunié, especialista em estereotomia, e Carlos Levavasseur. Compunha-se o grupo de mestres-artífices de Nicolau Magliori Enout, serralheiro; Luís e Hipólito Roy (pai e filho), carpinteiros de seges; os curtidores e surradores de peles Fabre e Pilitte, e o mestre-ferreiro Level, especializado em construção naval. Vinha Lebreton no cargo de secretário, e o negociante Pedro Dillon, pessoa de sua confiança, incumbido do que hoje chamaríamos “relações públicas”. A família de N. A. Taunay (um irmão e cinco filhos) era acompanhada de uma aia; a de Grandjean de Montigny, composta de casal e quatro filhos, também dispunha de uma auxiliar, e Lebreton trazia consigo um criado alfaiate, de modo a perfazer apreciável número de pessoas.

Findos os ajustes do contrato, em boa hora socorrido por financiamento de negociante carioca, provavelmente Fernando Carneiro Leão, o qual embarcou com os artistas para o Rio de Janeiro, partiram os franceses, em águas encapeladas, no veleiro norte-americano *Calpe* (ou *Calphe*) — escolhido pela modicidade do preço das passagens — depois de algum atraso devido ao mau tempo, em 22 de janeiro de 1816, no porto do Havre. Felizmente, mais tarde, o mar melhorou e puderam os viajantes espairecer, segundo relatam os *instantâneos* de autoria de Debret tomados a bordo, às vezes divertidos, como o banho do convés, constante da coleção Castro Maia. Prosseguiu sem mais novidades a lenta marcha do *Velocifer*, como ironicamente lhe chama o passageiro, até tocar no Cabo Verde, bem recebidos pelo governador, relacionado com o comerciante carioca.

Disponham, destarte, os missionários de tempo bastante para se espiolharem entre céu e água, nem sempre inspirados pela indulgência aconselhável à sua condição. O tempo corria aziago e as mentalidades se ressentiam dos seus efeitos. Encontramos entre eles impressionante exemplo da exaltação produzida nos ânimos populares pelo regime napoleônico, de que participavam até artistas geralmente pacíficos, na apoteose pouco antes promovida em Paris pelas remessas de raridades artísticas arrecadadas em países ocupados por tropas invasoras. Conferiram os representantes do governo aspecto de triunfo romano ao evento quando, a 9 Thermidor do ano revolucionário VI chegou em meio a imensa multidão a primeira remessa vinda da Itália. Compunha-se de enorme préstito formado por 29 carroções carregados de esculturas e pinturas, em trânsito desde Marselha por terra e canais, até o Campo de Marte. Após cerimonial copiado do antigo, recolheram os funcionários do Ministério do Interior, em que figurava Lebreton,

as preciosidades ao novo Museu da República, no antigo palácio do Louvre. Noticiava a propósito o jornal oficial que se iniciara “a presença numa terra livre dos monumentos arrebatados ao domínio da servidão”. Seria o caso de dizer, de acordo com nossa época atual, useira dessas transposições, “Non nova, sed nove...”

Recluso no *Calpe*, em viagem com os mais artistas, o erudito latinista Lebreton, egresso do clero, e que ocupara cargos de destaque no meio cultural durante a tormenta revolucionária, não esqueceria os fastos do passado, quando participara da fundação de academias e museus, nem as contendas, os dissabores e inimizades daí decorrentes. Adquirira o *Institut de France* — cenáculo ideado para incentivo de artes e ciências — notável vulto com a entrada em seu seio de Napoleão, o qual em pessoa modificou estatutos e lhe conferiu organização definitiva. Infelizmente a medida veio a ser fonte de desentendimentos, quizílias, melindres, repetidos *ad infinitum* no jângal artístico agrupado em torno de favores oficiais. A certa altura faltou a Lebreton nas funções de secretário perpétuo o apoio de N. A. Taunay, motivo de violento choque entre o ex-padre e o célebre David, primo, amigo e protetor de Debret, por causa da distribuição dos prêmios no *Salon* de 1809. Era inevitável o embate do secretário com a sumidade do tempo, desfecho de longa série de incidentes, iniciados muito antes, fato de desmedida importância para o primeiro dos desavindos, ressentido contra os que não o tinham socorrido na contenda. A demora da forçada convivência durante a viagem reacendia velhas dissensões, que abrangiam antigos protetores, protegidos, amigos, inimigos e parentes, no correr de incômoda e forçada vizinhança.

Logo mais no Brasil surgiram reflexos de semelhante situação, com efeitos duradouros, a se manifestar justamente quando os missionários mais lucrariam em se manter unidos. O meio de onde saíam era reduzidíssimo. Pertenciam os artistas, contratados em Paris, à categoria hoje denominada *petits-mâîtres* que, no entanto, não afeta o elevado preço de suas obras no mercado internacional. Colaboraram, ademais, na elaboração de estilos da época, favorecidos pelas prodigalidades dos últimos soberanos absolutos da França. No grupo assumira destaque Nicolau Antônio Taunay, cujos trabalhos são atualmente disputados em leilões europeus e americanos. Divergente da maioria dos confrades, o paisagista não se entusiasmou pela revolução, mas enlevou-se por Bonaparte, restaurador da ordem benéfica às artes, diretamente interessado no auxílio a artistas. Da gratidão ao aventureiro prende-se a vinda

de Taunay ao Brasil, por obra de incidente provocado pelo filho Carlos Augusto Maria, ex-oficial do exército, o qual, em cerimônia presidida pelo duque de Angoulême, protestara contra perseguições que padecera, assim como seu pai, por professarem bonapartismo.

Coisa parecida sucedeu a Debret, outro bonapartista exaltado. Dominava-o admiração por quem lhe dispensara farto auxílio quando era desconhecido e vivia com dificuldades. De uma feita, recorreram os artistas de Paris à Convenção e, a seguir, ao primeiro cônsul, a fim de obter auxílio no difícil passo em que se encontravam. A maré vermelha, abastecedora da guilhotina, arruinara clientes, suprimira encomendas e impedia aos cultores das belas-arts ganhar a vida. A não ser alguns raros pontífices como David, intrigante erigido a líder político, perseguidor de adversários e concorrentes, a maioria estava imersa em negra miséria. Ao receber a súplica, lembrou-se o corso do partido que poderia tirar dos ditos em matéria de publicidade. O melhor meio então existente para reproduzir, ampliar e transformar acontecimentos era pela imagem. Imediatamente encomendou de modo sistemático quadros enaltecedores de campanhas militares a fim de impressionar o público, tornados lápis e pincel tão úteis para os seus desígnios como os *sabreurs* da cavalaria de Lefebvre-Desnouettes.

Os mais conhecidos pintores do momento, a começar por David, foram mobilizados para aquele fim. Produziu Taunay neste período alguns quadros de grandes dimensões alusivos a feitos marciais, atualmente expostos na horrível galeria de batalhas de Versalhes. Mereceu um destes trabalhos, o *Hospital Militar*, comentários em jornal da época, reproduzidos por seu bisneto historiador: “Quem, admirando o talento do cidadão Taunay, não chora um esposo, pai ou filho?” palavras repassadas de angústia, sem, entretanto, diminuir a idolatria pela sua causa. O apreço do governo ao mestre prosseguiu na escolha que dele fizeram para restaurar a *Virgem de Foligno*, de Rafael, do acervo italiano, que ao entrar no Louvre verificou-se estar muito deteriorado. Continuou o mesmo favor através das encomendas da imperatriz Josefina, desejosa de painéis alusivos ao esposo nos muros de Malmaison.

Igualmente bem aquinhoado foi Debret na mesma ocasião, em que aplicou o melhor do seu estro em grandes cenas guerreiras até a queda do protetor. Vamos recorrer à informação do livro *Missão artística*, de autoria de Afonso d’E. Taunay, o qual tratou

pormenorizadamente do assunto, com amor e prodigiosa erudição, elogioso até a inimigos de sua família: “Em 1806, deixando a história antiga pela moderna, expõe imenso quadro (3,30 × 5,00m), mais tarde colocado no Museu de Versalhes, que lhe valeu enormes elogios:

Napoleão prestando homenagens à bravura infeliz.

Ficou o imperador sobremaneira lisonjeado com esta composição, exprimindo ao pintor quanto a apreciara... Em 1810, por ocasião do julgamento dos prêmios decenais, destinados a recompensar as melhores produções de arte, obteve a *Homenagem à bravura infeliz* menção honrosa do Institut de France”.

Constantemente ocupado pelas encomendas do governo, expôs Debret em 1808, sempre na mesma tecla, *Napoleão em Tilsit condecorando com a Legião de Honra um bravo do Exército Russo*, quadro em que, segundo F. Benoit, copiou os cavalos do Quirinal, o que lhe valeu os reparos da crítica. Em 1810, *Uma alocução de Napoleão aos bávaros em Abensberg*; em 1812, *A primeira distribuição das condecorações da Legião de Honra na Igreja dos Inválidos* e *A entrevista de Napoleão com o Príncipe Primaz em Aschaffenburg*.

Debret, nascido em Paris a 18 de abril de 1768, era filho de amanuense do Parlamento, cargo mediano, mas para muitos até invejável, aceito pelo titular tão-só como injunção do *primum vivere*, pois preferia de muito dedicar-se à história natural. O jovem Jean-Baptiste estudou no liceu Louis le Grand, provavelmente para seguir carreira semelhante à paterna. Influências de próximos desviaram-no em direção oposta. Parente do célebre pintor François Boucher, dos mais característicos do período barroco, ouvia freqüentemente em casa conversas a respeito da reputação do dito, aureolado pela realeza e enriquecido em consequência. Outro primo, este de maior e direto convívio pela idade, o não menos famoso David (diferenciavam-se, Debret, David e Boucher, de vários anos entre si), exerceria ação muito mais pronunciada sobre o moço candidato a pintor.

O absorvente primo dominava por completo a época. Apesar de produto da generosidade monárquica e do meio formado à roda da realeza, adotou David exaltados princípios revolucionários, votou na Convenção a morte de Luís XVI, tornou-se íntimo de Robespierre e retratista de Marat assassinado na banheira, com a mesma desenvoltura com que, mudados os tempos, faria retratos de Napoleão, Pio VII e de grão-senhores poloneses. Com igual ha-

bilidade foi encenador da Revolução e do Império, suspeito de influir nas sanções contra concorrentes, motivo de louváveis esforços de N. A. Taunay para resguardar Hubert Robert e M^{me} Vigée-Lebrun dos rigores do Terror. Na lista de desmandos tornou-se ainda mais odioso pelo atroz mau gosto de desenhar *instantâneo* da desventurada Maria Antonieta, representada de mãos atadas às costas, na carroça que a leva à guilhotina.

De volta à Cidade Eterna — na época a Meca artística de pintores, escritores e arquitetos — David poderosamente influía sobre o jovem Jean-Baptiste. A viagem assumia desmedida importância principalmente para Debret, por ser excelente ocasião de tomar contato com a renovação do classicismo antigo. Triunfava a moda de ruínas e vestígios romanos, em que rivalizavam Panini e Hubert Robert, o mesmo que por intrigas de concorrentes esteve perto de perder o pescoço, em companhia do vate André Chénier. Respiravam os primos as exumações de paganismo disseminado por Piranesi, Winckelmann e outros, quase tão intenso como o da Renascença na sede do catolicismo magistralmente pintada por Balzac em relato à *clef* composto de personagens reais do conto *Sarrasine*.

Em Paris, sob inspiração do primo e do classicismo, frequentou Debret na Academia de Belas-Artes a seção de pintura. Aconselhado e estimulado por David, recebeu em 1791 o segundo prêmio do *Salon*, dirigido o jovem para pacífica carreira na pintura; viu-se, entretanto, às voltas com a Grande Revolução, de tão fundo alcance em nosso tempo. Arrastou-o o parente e mestre para o campo das reivindicações extremadas, expressas por virulentas diatribes contra abusos antigos, — a despeito de novos ainda piores, — ódios a supostos tiranos e mais exageros inevitáveis no caso, de que David se fizera corifeu, erigido a pontífice da pintura, cúmplice de sangrentos tiranetes da fase conhecida por Terror, por fim encarcerado em Thermidor, salvo do patíbulo pela esposa que abandonara, para logo depois ser dos primeiros a aderir a Napoleão. Embora sem partilhar destas paixões com a mesma intensidade, o moço deixara-se ir na corrente; saído da Academia e nomeado professor de desenho na Politécnica, após curso de alguns meses na *École des Ponts et Chaussées*, finalmente retorna à pintura para se tornar arauto dos fastos de Napoleão, distinguido pelo guerreiro graças à influência do primo.

Na atividade contribuiu segundo os planos do amo e senhor para a *réclame* do regime imperial, em que os franceses eram manejados principalmente pela vaidade. Servia admiravelmente ao

escopo a embriaguez produzida por retumbantes vitórias, cegadas as multidões pelas notícias dos soberanos da Europa ajoelhados diante do vencedor de Iena e Austerlitz. Fácil avaliar o que sucedeu depois aos bonapartistas. A queda do corso vencido pelo inverno russo foi tremendo golpe para o pintor, até então mais bafejado pela sorte do que propriamente pelo talento. Nas encomendas recebidas intervinha o prestígio do primo e no favor oficial o assunto do quadro. O fim do Império destruíra essa situação sem deixar compensações. Agravou-se ainda o travo sofrido por Debret na ocasião pela perda do único filho, rapaz de altas qualidades, cuja falta o mergulhou em profundo desalento. Aconselharam-no David e outros parentes e amigos, afligidos pela sua prostração, que aceitasse ir à Rússia em companhia de Grandjean de Montigny. Neste comenos, apareceu Lebreton na qualidade de ex-dispensador de favores oficiais, ansioso por constituir o mais rapidamente possível a missão para o Rio de Janeiro, portador de convite preferível ao da gélida Rússia, cujo inverno pouco antes fora fatal à *Grande Armée*.

Ocorria nesta altura o paradoxo de se estabelecer competição entre os antigos adversários de Bonaparte, interessados em atrair os artistas que mais lhe tinham servido a propaganda. Saíra engrandecido o prestígio da França das lutas que tinham tingido de sangue a Europa, com o efeito de repercutirem até em longínquas paragens modas e estilos artísticos de Paris. Encomendava a corte portuguesa móveis ao *ébéniste* Jacob Esmalter para a residência de D. Pedro, na Quinta da Boa Vista, tal como praticara o conde Palfy, o mesmo que no momento viajava em São Paulo, e os perdera juntamente com o seu palácio em Viena numa noite de jogo. Em São Petersburgo e em Nápoles, os grão-duques ou a rainha Maria Carolina dormiam em leitos enfeitados com atributos alternadamente romanos ou egípcios, lembrança das campanhas dos franceses. Eram esses personagens imitados pelos súditos, participantes da coqueluche de que estava impregnada a Missão Artística, feliz iniciativa do conde da Barca que vinha proporcionar aos artistas dela componentes a oportunidade de encontrarem remanso em suposto paraíso, depois dos sangrentos cataclismas do Velho Mundo.

A 26 de março de 1816 desembarcavam Lebreton e companheiros no Terreiro do Paço, recebidos com máximo carinho pelas régias autoridades. Afigurou-se até recepção festiva aos que comentaram o cuidado do governo em tudo facilitar e garantir aos missionários, atento aos mais ínfimos pormenores. Três casas

lhes tinham sido preparadas, uma no Beco da Calçada, bairro das Laranjeiras, outra na Pedreira da Glória, junto da terceira vizinha nos baixos do Outeiro, precaução ditada pela falta de acomodações no Rio de Janeiro, onde somente naquela altura terminara o regime das aposentadorias, consistente na requisição de residências para os componentes da corte e mais pessoas providas de cargos do séquito real. O costume existia de há muito no reino, praticado por ocasião da ida de militares para qualquer guarnição, ou cortejo de Príncipes quando, momentaneamente, se mudavam de Lisboa para Salvaterra ou Vila Viçosa, onde não havia aposentos para tanta gente, peregrinação semelhante — no dizer de um inglês — ao êxodo de ciganos em busca de novo *habitat*. No Brasil durou o encargo por oito anos, estoicamente suportado pelo carioca embevecido com a elevação da cidade capital do império lusitano.

No mesmo dia foi ter Lebreton com o influente ministro conde da Barca, o qual pôs à sua disposição um intérprete, sargento do exército que aprendera francês na guerra peninsular, para valer aos missionários enquanto se familiarizavam com o meio. Receberam também ração da régia ucharia, servida em casa, composta de “maçãs, cereais, cerveja, vinhos do Porto e Madeira”, segundo menciona correspondência de periódico alemão. Recebeu mais Lebreton — designado naquele jornal como “capitão dos sábios” — uma carruagem para melhor se haver em cidade desconhecida, que lhe devia lembrar a mesma regalia gozada em Paris no regime revolucionário, com grande escândalo dos “ortodoxos” gênero David descontentes ao apreciar espetáculo pouco digno da austeridade exigida pela demagogia republicana. Na alfândega — a terrível repartição, fonte de exações no Rio de Janeiro — foi facilitado o desembarço das bagagens dos missionários, mais moinhos, máquinas e ferramentas dos mecânicos e quadros adquiridos por Lebreton em Paris, a fim de servirem de inspiração para os alunos do projetado instituto disseminador do gosto e prática das belas-arts do Rio de Janeiro.

Dias depois foram os artistas recebidos em audiência pelo Rei, muito disposto a favor da missão, apesar dos pendores artísticos de S. M. quase se limitarem à música, como singularmente sucede através dos tempos com os Braganças, apaixonados por concertos em que, não raro, participavam como instrumentistas. Era reconfortante a atitude da corte nessas condições, porquanto demonstrava não haver prevenção contra indivíduos de nacionalidade francesa a despeito da proximidade da guerra, bálsamo para os temores de Lebreton, apreensivo de que sucedesse com os com-

panheiros o “desenraizamento” ocorrido com artistas franceses emigrados por ocasião do Edito de Nantes. Receavam amigos e parentes dos missionários que não se acostumassem à existência de além-mar, em ambiente tão diverso do parisiense. Boilly insistira com Taunay para que desistisse da viagem, e o mesmo se dera com os outros. Felizmente as encomendas de retratos da família real e da ornamentação da cidade nas festas das bodas do herdeiro da coroa, aclamação do monarca e mais incumbências desanuviaram qualquer dúvida ainda existente no seu ânimo.

Estipulara-se em França e se homologara no Rio que receberiam anualmente: Lebreton, chefe da expedição, um conto de réis; o secretário Pedro Dillon, Debret, N. A. Taunay, Simão Pradier, Grandjean de Montigny e Francisco Ovide cada um oitocentos mil-réis, equivalentes a cinco mil francos, tidos como exíguos pelos contratados. Atendeu-os o governo português com a promessa de lhes valer com encomendas várias antes e depois de receberem as de particulares, zelar no que fosse possível pelo bom desempenho do seu trabalho e continuar o vencimento em França transformado em pensão vitalícia após o prazo de seis anos que deveriam permanecer no Brasil. Convém notar no caso a lisura dos poderes públicos, solícitos em cumprir o contrato a despeito de tremendas dificuldades com que lutavam, recrescidas depois da volta da corte a Lisboa.

As festas cuja ornamentação recaía em mor parte sobre os artistas da missão, tinham sido suspensas antes de chegarem, pelo luto da morte de D. Maria I. Foram, porém, iniciadas no ano seguinte, logo encarregado Grandjean de Montigny pelo conde da Barca de planejar o edifício da futura Academia. Interveio para mais o esclarecido ministro junto a Targini, tesoureiro-mor do reino, outro espírito acessível à alta cultura, a fim de que liberasse sem mais detença as quantias necessárias à construção. Debret, por sua vez, recebeu encomenda de retratos dos Príncipes, a começar pelo de D. João VI em trajes cesáreos, em que o soberano posava inicialmente, só como o rosto, completado o restante no *atelier* improvisado do artista em casa alugada por ele e pelo arquiteto. Uma aquarela do primeiro, pertencente ao acervo Castro Maia, representa a oficina com um manequim ao centro, revestido dos régios atributos, meio prático de atender a personagens ocupadíssimos, sem tempo a dedicar a retratistas, se bem o francês trabalhasse rápido, a modos de se emparelhar com o precursor Luca Fa Presto. Mereceu nessa quadra o Príncipe Herdeiro, desenvolto e elegante, jovem de boa aparência, bom tratamento do pintor,

como vemos no retrato de posse de Octalles Marcondes Ferreira, assim como no par de estampas comemorativas do casamento, gravadas por Pradier. Menos lisonjeado pelo artista foi o elemento feminino, pouco *verschoenerte* a arquiduquesa representada no *pendant* do noivo, gorda, aparentemente idosa, e feia, se bem não tivesse atingido a maioridade. Podia, entretanto, consolar-se com o retrato da sogra mais tarde inserto no *Voyage pittoresque*, simplesmente horrível. O antigo revolucionário transmutado em bonapartista parecia nutrir incontido rancor contra Bourbons e Habsburgos...

Neste período, malquerenças acendradas entre artistas na travessia do oceano, estuavam no Rio como saco de gatos. Em carta dirigida ao camarada Lafontaine em Paris, extravasa Debret mau humor inspirado por doestos verdadeiros ou imaginários: “Je commence par te dire que la nomination de Mr. Le Breton est confirmée par le Roy, et ne serait qu’une chose connue à Rio de Janeiro, à Paris, à Lisbonne, etc. Mais te dire comme cela s’est fait, voilà l’intéressant, et qui n’est su ici que de quelques personnes. J’espère que je vais traiter en ami? Comme te voilà assuré de connaître la catastrophe, je te ramène au Havre pour te faire durer le plaisir longtemps, et t’éclairer sur des particularités qui se rattachent au “Héros Porte Palette” qui figure en opposition avec notre directeur. Mr. T... le père, qui n’était constamment que le Globe de Verre de la feuille invisible, à travers laquelle nous reconnaissons l’âge et le sexe du personnage qui partait, irrité, désespéré tour à tour du retard et du silence de Mr. Le Breton, nous présentait chaque jour après l’arrivée du *Velocifer*, un nouveau projet de lettre ou de conduite accompagné d’une longue série de conjectures alarmantes sur les prétendues opérations de M. Le Breton. Un jour que le vent devint bon, échauffé par le départ de vingt navires, il fut arrêté que l’on partirait le lendemain, on fit donc des préparatifs, un négociant Brésilien qui partait avec nous offrit son cautionnement pour la somme dont Mr. Le Breton devait être le porteur: on avait déjà porté les portemanteaux à bord lors que M. T. réfléchit que malgré la lettre explicative que l’on devait adresser à Mr. le Chevalier de Britot, il serait prudent d’attendre encore, ou rapporter les portemanteaux à l’auberge (...) on avait déjà mis en avant que nous n’avions besoin d’être conduits par personne puisque les ordres étaient donnés par Mr. de Britot, que M. Taunay comme Doyen d’âge parlerait au nom de tous, lorsque ce négociant nous obtiendrait une audience chez les ministres en arrivant à Rio de Janeiro. Ici commencent les dessins

aussi "obscur" que "sombres" et aussi "sombres" que "noirs" du nouveau Don Quichotte, monté sur un appui-main! Enfin M. Le Breton arrive, tout change de face; on part. Vers la fin de la traversée notre héros se rapproche de notre Directeur et l'ensemble se rétablit. M. Le Breton est reçu à son arrivée avec considération chez toutes les autorités. M. T. qui veut toujours écrire nous fait signer une lettre de remerciements à M. le Chevalier de Britot dans laquelle il fait l'éloge de M. Le Breton). Premier clou qui s'enfonce dans le pied, notre champion évincé! Ici la scène se rembrunit. Le soleil éclaire le jour funeste où j'eus l'honneur de faire les croquis d'après nature de la famille Royale pendant une revue qui se fit à Praya Grande. Deux heures après on apprit à Rio de Janeiro qu'un artiste français qui était à la revue avec M. Le Breton avait fait en quelques minutes le portrait en pied de leurs Majestés. Oh douleur! Oh desespoir! Oh rage! La famille T. assemblée juge que cette protection exclusive que l'on m'accorde est une insulte faite à la personne de son chef comme membre de l'Institut de France et à son talent de peintre de genre. La lune seule a su les complots de projets de vengeance que l'on a médité pendant la nuit qui a suivi cette fatale journée. Le lendemain on s'est mis en batterie, tous quittent la maison et se répandent dans la ville en éclaireurs pour y semer des petites confidences capables de lui faire beaucoup d'ennemis, enfin chacun travaille de son mieux. Pendant ce temps M. Le Breton finissait son projet d'organisation, il le présenta, il fut lu et approuvé de tous les gens éclairés qui furent admis en entendre la lecture. Les ministres commencèrent à entendre quelques rapports desavantageux sur M. L. B. mais accoutumés aux effets de la médisance, et de la calomnie même, cela ne fit aucun effet. L'arrivée du duc de Luxembourg enhardit la troupe prête à saisir tous les propos. C'est alors que l'on fit circuler l'épithète de prêtre marié avec la certitude d'être soutenus, ce qui arriva, et fit infiniment de peine à M. Darajou (ministre qui aime beaucoup les arts et protège l'expédition), il sentait la force du coup que cela portait dans l'opinion du Roy, on suspendit notre affaire. M. T. augura si bien de ce silence qu'il s'ouvrit à la première visite qui daigna lui faire M. le Duc et lui demanda tout bonnement sa protection pour lui faire obtenir la place de Directeur et celle de secrétaire pour un de ses fils, ce que fit très mauvais effet dans l'esprit de M. l'Ambassadeur. Cela se répandit bientôt et amena des éclaircissements. Le "Père Don Bazile T . . ." trouvant que son antagoniste avait la vie dure, résolut pour le perdre tout à fait de faire répandre

qu'il était un des régicides français. Cette dernière calomnie était si forte que le Gouvernement fit prendre des informations même auprès de l'ambassade. Il fut donc bien avéré que c'était une atroce calomnie. Cela même rendit notre Directeur actuel plus intéressant aux yeux des ministres qui le protègent. Mais comme ces bruits avaient passé par des bouches respectables l'affaire devenait délicate. On ne précipita rien et deux mois après le ministre du Trésor Royal, homme plein d'esprit et de zèle pour notre affaire, calma les esprits et rassura toutes les consciences en prouvant que l'individu sur lequel on avait ses renseignements n'avait de rapport avec notre Directeur que par le nom, qu'il avait reconnu que notre homme ne faisait point partie de la Convention Nationale. Ainsi personne n'eut tort, la similitude de nom emmena un dénouement aussi prompt qu'inspiré qui termina le mélodrame et renvoya tout le monde content excepté le D. Bazile qui alla se coucher avec un véritable accès de fièvre".

Junta Debret apêndice à longa carta, intitulado *Suite de nouvelles*, onde descreve a animação do momento com informações mais interessantes do que lamentáveis "mexidas" de artistas. "S. M. doit être Couronnée le 27 Nbre. Les espérances des habitants du Brésil vont enfin se réaliser, car le opinions se partagent entre le retour du Roy au Portugal, ou son séjour au Brésil. Personne ne se détermine à prendre aucun parti pour former de grands établissements, les personnes qui ont suivi le Roy espèrent toujours au retour en Portugal où elles ont laissé leur fortune et leurs propriétés. Les Brésiliens au contraire sentent que la résidence du Roy serait un coup de fortune pour le pays qui a déjà l'avantage d'être élevé à l'Honneur du titre de Royaume Uni du Brésil, ce qui lui donne des prérogatives pour le commerce et les manufactures dont il était privé comme colonie. Du reste aucun goût dominant comme Luxe que celui qu'ont apporté les Portugais qui sont eux-mêmes dirigés par celui des anglais. En général très peu d'activité et point d'innovation. Comme on est habitué à savoir le prix", ou seja, qualidade, "de ce qu'on connaît, aucun ouvrier oserait faire autrement. Les Brésiliens redouteraient d'entreprendre de faire faire ou d'acheter quelque chose de nouveau. Il n'y a ici que les Portugais militaires qui aient idée de l'Europe et de ses avantages. Les Brésiliens en général préfèrent attendre l'arrivée des marchandises européennes pour acheter ce qui pourrait leur convenir que de se mêler d'en faire l'importation", equivalente a aceitar o que lhes ofereciam sem maiores exigências.

Terminava as *Nouvelles* com a recomendação ao amigo de transmitir cumprimentos ao barão Gérard e aos arquitetos Percier e Fontaine, por si e por Grandjean de Montigny. Este começara, “d’assez beaux travaux dont les fondations sont à peine ouverts”, e aduz um P. S. “Alavoine a écrit à Taunay le sculpteur, que M. Dédéban, Gay et un autre artiste se proposaient de venir ici. Je peux leur faire savoir qu’il ne faudrait que 24 heures de l’ardeur de notre soleil pour en faire trois fous. Je parle ici avec l’impartialité d’un bon camarade. Au reste qu’ils viennent. Je leur promets d’employer le crédit du Directeur pour les faire entrer à l’hôpital de suite”.

A grei literária e artística não varia através dos séculos. Tais conflitos poderiam provocar o aniquilamento da missão. Felizmente os preparativos dos festejos do coroamento de D. João VI e o noivado do Herdeiro do trono, desanuviaram algum tanto a atmosfera. Quer nos parecer, à vista de reconhecida probidade de N. A. Taunay, o qual sabia perfeitamente que Lebreton jamais participara da Convenção, tenha havido alguns equívocos no derrame de desconfianças e malquerenças e, na certa, interferência de elementos franceses estranhos ao grupo. Muito se assemelham os termos da carta às denúncias do funcionário Maler ao governo de Luís XVIII. O representante consular no Rio de Janeiro também feria a tecla de que havia regicidas nos componentes da Missão Artística. Tanto insistia a respeito que provocou reparos ao duque de Luxemburgo, enviado especial às cerimônias oficiais, que lhe participou a resolução do ministério francês em não admitir hostilidades contra os artistas comissionados no Rio de Janeiro enquanto faltassem provas das acusações. Dada a aparência da carta com as denúncias do cônsul, indivíduo atrabiliário, implacável perseguidor de bonapartistas, a confundir serviços à *légitimité* com exações absurdas, teria havido por parte de Debret descabidas suspeitas contra companheiros, impressionado pelos rumores de autoria de um inimigo, difundidos em meio atrasado e mesquinho, demasiadamente receptivo àquele gênero de assertivas.

A respeito também escreveu, se bem de forma elegante e discreta, Hipólito Taunay, comentários confirmadores dos desentendimentos mencionados na carta do pintor concorrente, defensor de Lebreton: “Peu de temps avant la mort du ministre auquel nous avions dû la protection immédiate du Roy, qui par lui-même est porté de bienveillance pour les étrangers, une académie des beaux-arts a été établie, mais sur le rapport passionné d’un Français qui

en a été nommé le Directeur... plusieurs personnes ont dû lui en savoir un gré infini de leur nomination”, que seria o caso de Debret, “et d’autres se consoler de n’y avoir pas été agrégées”, ou seja ele, Hipólito, preterido no cargo de secretário por Dillon, simples comerciante.

O deplorável episódio, em que refletiam as paixões políticas da época, era fruto da presença de dois oficiais do mesmo officio na empresa em que bastaria um. Dificilmente se conformaria Tannay, pintor consagrado, “membre de l’Institut”, presenciar o desatque de confrade no íntimo tido como inferior em talento e possibilidades de realização. As encomendas recebidas pelo concorrente logo ao chegar no Rio lhe deviam parecer vexatórias, fato doloroso para quem se desfizera da aprazível chácara de Montmorency, nas vizinhanças de Paris, refúgio durante os desmandos do Terror, para se estabelecer com toda a família além-oceano. É admissível que sob o império da contrariedade se tenha excedido em amargas recriminações, e, à vista do perigo do malogro da missão, procurasse salvá-la com o oferecimento que apresentou de boa fé ao embaixador. O proceder natural em quem alimentava firme propósito de se expatriar, fora empeçonhado por alguma alma caridosa ao transmitir pormenores a Debret e Lebreton. Pode-se também supor que a origem do incidente e a sua agravação partisse de manejos do tal personagem presente no Rio de Janeiro para maior castigo dos missionários.

O cônsul da França, Maler, furioso legitimista, já antes da chegada dos patrícios clamava contra sua vinda. Mais virulento ainda se mostrou ao receber notícias da missão em andamento em Paris e quais os componentes. Daí por diante, empenhou-se por todos os meios para impedi-la e, depois de constituída, repeli-la do Brasil. Vangloriava-se, a propósito, ter tido longa entrevista com D. João VI, sujeita a dúvidas, principalmente quanto à “longa”, pois, gascão agitado, exaltado e exagerado, dizia possuir prestígio junto ao governo luso, tão-só existente em suas afirmações. Alardeava, nessa altura, mostrar o monarca interesse em obter informes sobre os artistas e que ele, Maler, aguardava atento o procedimento dos mesmos para se definir a seu respeito, como não tardou a proceder da pior e mais absurda maneira. Tanto na ocasião se agitou que pôde impressionar desfavoravelmente elementos do governo acerca dos missionários, apresentados como perigosos agitadores. A campanha difamatória assumiu — graças à inferioridade do meio e mais adversas circunstâncias — proporções desmedidas em vias de desvirtuar a tentativa antes que no Rio

iniciasse atividades. Valeu à missão, na conjuntura, o desvelo a seu benefício do conde da Barca, graças ao acesso de que dispunha junto do monarca. Quem também conseguiu conter o cônsul foi o seu chefe, duque de Luxemburgo, primeiro embaixador da França no Brasil, informado do que se passava na sede do Reino Unido luso pela irmã, duquesa de Cadaval, primeira dama da corte e protetora de artistas.

O trabalho despendido na ornamentação da cidade amainou, porém, questiúnculas profissionais, assim como concorreu para desmanchar as artimanhas do cônsul. Simultaneamente, atuaram na empreitada Grandjean, Debret, Augusto Taunay em estreita colaboração, empenhados em dar o maior relevo aos elementos decorativos dispostos nos pontos mais em evidência para o grande público, nas ruas onde deveriam desfilar cortejos e convergir multidões. O primeiro situava-se no começo da rua Direita (hoje Primeiro de Março) frente ao arsenal de Marinha. Representava “arco de triunfo”, composto de três arcadas, duas pequenas e uma maior no centro sugerido pelo arco do Carrousel elevado por Percier e Fontaine defronte das Tulherias, em que teria colaborado Augusto Taunay, autor de uma das figuras dos cantos. A platibanda era sustentada por oito colunas dóricas e o pedestal contava com duas imagens decorativas intituladas rios Danúbio e . . . Rio de Janeiro, alusivos à arquiduchessa e ao noivo. Tão eloqüente concepção recebeu elogio do padre Perereca, “pela beleza e gosto da arquitetura os devidos aplausos dados, geralmente por todos, ao seu arquiteto Grandjean de Montigny e Debret, pintor da História”. Um segundo apresentava-se na mesma via na altura da igreja de Santa Cruz dos Militares com aspecto de “triunfo romano”, diz Afonso d’E. Taunay, composta a ornamentação de folhagens em torno de medalhões em que se encontravam enumeradas as prendas de D. Leopoldina, onde não faltavam Talento, Espírito e Ciência, alusão às reais qualidades da nubente chegadas aos ouvidos do grande público. Não nos diz o comentador se os baixos-relevos à volta da base eram de seu tio-bisavô. Supomos fossem, à vista da contínua colaboração dos três artistas no atavio daquela parte do centro comercial carioca para a solenidade. Desses trabalhos existe esboço de Tomás Ender na série de notas do que viu nas ruas do Rio de Janeiro, destinadas a serem desenvolvidas e embelezadas no seu *atelier* em Viena. Representa os franceses, provavelmente Debret, Grandjean e Augusto Taunay, a dirigir a ornamentação, acompanhados de militar português que os auxiliava no mister. Também dispomos, a respeito, de gravura de Hipólito Taunay, repro-

duzindo o mesmo arco do mesmo ponto em que se colocou o austríaco.

Nos festejos supervenientes da aclamação de D. João VI, foi ajudado Debret por um francês, Bouch, intitulado arquiteto, o qual teria sido, segundo notícias contemporâneas, seu auxiliar na armação de “transparente” semelhante aos que em Paris solenizavam as vitórias de Napoleão na Itália, tais os famosos da rue de Rivoli. Localizava-se o carioca defronte à casa de Paulo Fernandes Viana — cunhado de Fernando Carneiro Leão, companheiro de viagem dos missionários — no Campo de Santana, próximo ao edifício de madeira conhecido por “varanda”, onde se procederia à principal cerimônia. Invocava os três reinos unidos ajoelhados no ato de coroar o busto de D. João, em meio de profusos ornatos, dispostos dos lados. Outro do mesmo gênero foi erigido junto à casa do argentário Sequeira em Mata-Porcos, considerada das principais da cidade, a expensas do mesmo, man’ra de agradar a quem lhe dispensava meios de cada vez mais se enriquecer.

Adiante, fronteiro à casa onde habitava o conde da Barca, elevaram os franceses nada menos do que um templo grego, homenagem à sabedoria do protetor da missão. O principal esforço, porém, despendido na altura, consistiu nos enormes arcos triunfais dispostos no percurso do régio cortejo do Paço até o local da aclamação no Campo de Santana. Juntavam-se às encomendas da corte as do Senado da Câmara, a mais antiga instituição política coletiva da colônia, esperançosa de agradar o soberano graças a um templo dedicado a Minerva, perto da varanda onde se procederia à aclamação, alusivo ao sucesso do Regente em salvar a monarquia das garras do corso e assegurar-lhe seguro remanso na América. Do limiar do templo passaria o cortejo ao recinto da aclamação por outro arco triunfal, tudo disposto de maneira a conferir a maior imponência ao desfile do coroamento. No largo do Paço havia ainda um arco do triunfo encomendado pela Junta de Comércio da cidade, composta dos principais comerciantes da praça, pródigos em testemunhar dedicação ao governo e, ao mesmo tempo, no intuito de apor o útil ao agradável, ostentar as suas poses. Quase todos eram comendadores de Cristo, descritos por Debret até em cerimônias mortuárias no álbum Didot. Desse conjunto destacavam-se Brás Carneiro Leão, João Francisco da Silva e Sousa, Eduardo de Faria, Geraldo Belens, Pereira de Faro, etc., muitos deles parentes entre si, os quais também tinham apresentado ao Regente vultosa quantia para fundar universidade no Rio de Ja-

neiro. No arco havia o dístico: “*Ao Libertador do Commercio*”, em que se encontrava consubstanciada a maior aspiração dos antigos súditos coloniais, satisfeita graças à imposição britânica acerca da abertura dos portos. No centro do largo ou Terreiro do Paço, como era conhecido no tempo dos vice-reis, encontrava-se ainda um obelisco, ornato muito em voga na época, reminiscência das praças românicas inspiradoras dos artistas segundo o classicismo.

À noite essas maravilhas eram profusamente iluminadas por lâmpadas de zinco e lustres de cristal, para maior admiração dos cariocas. Aproveitava a oportunidade o cônsul Maler em podar os missionários. Nada tinham de original, dizia, pois reeditavam simplesmente o que fora realizado em Paris para receber Luís XVIII, depois da queda de Napoleão. Mas, a despeito de sua má vontade — como se censurável fosse imitar o que se fizera em ocasião semelhante na Cidade Luz — o trabalho dos missionários viu-se altamente apreciado em todas as esferas e lhes proporcionou novas encomendas para as solenidades seguintes. Quis o Senado da Câmara a construção de monumental estádio de madeira no Campo de Santana, onde funcionaram os mesmos Grandjean de Montigny, Debret e Augusto Taunay. Compreendia vastas arquibancadas divididas ao meio por arco de triunfo, que servia de entrada, e, no oposto, por majestosa tribuna envidraçada e forrada de seda rósea com pinturas no teto a imitar jardins. Em toda parte notava-se profusão de esculturas, colunas, arcos e mais motivos decorativos à roda de 296 camarotes que ocupavam a primeira ordem. Destinava-se a espetáculos de circo, — dos quais um dos mais importantes fora empesado por súdito britânico, — alternado com touradas, cavalhadas, a fim de comemorar o natalício do Príncipe Herdeiro e o primeiro aniversário de seu casamento com a Arquiduquesa Leopoldina.

Nos trabalhos brilhou o escultor Augusto Taunay particularmente adestrado no mister. Expusera no *Salon* de 1810, em Paris, enorme e indigesta alegoria de caráter político, em que *S. M. o imperador, sob a figura de Hércules, subjuga o crime e coloca a inocência sob a proteção do código Napoleão*, a influir o classicismo na evocação dos grandes da terra, como também faria Canova ao representar o corso na figura de Apolo, que hoje se encontra em Milão no pátio do palácio de Brera. Realizava, em suma, na escultura, o mesmo que os pintores na tela, com idêntico afã de sublimar feitos enaltecedores das glórias do regime. Igualmente participava da dobadoura seu auxiliar nos trabalhos Grandjean de

Montigny (experiente no gênero, planejador que fora das festas dadas por Jerônimo Bonaparte na Vestfália para comprazer aos súditos. Debret, por sua vez, recebeu, além da incumbência de decorar percursos régios, encomenda do pano de boca do teatro S. João e cenários do mesmo, na qualidade de cenarista oficial, cargo para ele especialmente criado.

A 12 de agosto de 1816 saíra o decreto redigido pelo conde protetor, que fundava a Escola Real de Sciencias, Artes e Officios, cuja cadeira de pintura histórica coube a Debret. Era a principal medida para manter os artistas enquanto distantes de seu país e substituir os recursos que lá dispunham. Por maiores fossem as encomendas do governo e de particulares necessitavam os missionários de subsídio fixo para despesas pessoais e supervenientes vários. Convém notar, no caso, ser caríssima a vida no Rio de Janeiro, muito mais elevada do que em muitas das principais capitais européias. Crescera repentinamente a cidade, atraídos pela corte ádvenas das populações do interior e centros litorâneos, assim como, depois de abertos os portos, livremente afluíam para o Terreiro do Paço levas de estrangeiros de toda espécie e condição em navios das mais variadas nacionalidades.

As ruas cariocas apresentavam, em consequência, intenso movimento de subido pitoresco, do maior interesse para artistas profissionais ou amadores, como vemos nos *instantâneos* de um Ender, Burchell, Landseer ou Smythe, cuja vista do Terreiro do Paço acaba de alcançar alto preço no Christie's de Londres. Para acudir às necessidades da multidão recém-chegada e ao desenvolvimento do país envidava o governo desmedidos esforços. Um dos empreendedidos na quadra, com alguns pontos semelhantes ao dos missionários, deu-se com imigrantes suíços, sob a direção de seu conterrâneo de Pourcelet, praticamente funcionário luso. Foram enviados com todas as despesas pagas para a Serra dos Órgãos, no sítio que passou por esse motivo a ser conhecido como Nova Friburgo, desfrutador de clima ameno, próximo à Baía da Guanabara, onde já os precedera o cônsul prussiano Langsdorff, representante junto à corte joanina de S. M. o Tzar de Todas as Rússias. No trajeto para o novo *habitat* percorreram estradas custosamente abertas por escravos até as casas já preparadas, com mantimentos, intérpretes e o que mais precisassem, tal como se praticara com a missão de Lebreton. De permeio, também chegavam britânicos, encarregados de interesses de grandes firmas londrinas, assim como respeitáveis negociantes de outra origem e desajustados europeus

que pretendiam encontrar na capital do Reino Unido lusitano meios de improvisar profissões lícitas e ilícitas, a quem logo adiante voltaremos.

Espaireciam pela cidade e redondezas os missionários depois das festas de que, na chegada, tinham participado. Anotavam — enquanto era construído o edifício da Academia de Belas-Artes, onde esperavam poder ensinar e encontrar alojamento — o aspecto das construções, estilos, maneira de elevá-los e recursos decorativos segundo o gosto dos proprietários. Debret foi dos autores que, na época, melhor trataram do assunto e da técnica existente. Diferenciavam-se, por exemplo, os prédios do Rio, das construções de taipa e pilão da capitania de São Paulo, supostamente aperfeiçoadas pelos jesuítas, pois, em maioria, eram os cariocas elevados com pedras extraídas do morros vizinhos. Falava-se também em óleo das baleias arpoadas na baía guanabarina, misturado na argamassa aglutinadora, ao qual se atribuía a dureza e duração de templos e fortalezas, assim como a carpintaria dispunha de infundável casta de madeiras arrecadada nas matas dos morros para os mais variados fins. Dava-se o mesmo com a marcenaria, revestimento de paredes e acessos monumentais de casas-grandes e igrejas em que se evidenciavam desde o jacarandá-laranja marmoreado de negro, até essências vermelhas como caviúna e alvas como perobinha-do-campo e pau-marfim, indicadas para embutidos e mais motivos ornamentais.

A vinda da corte impusera modificações nos modos de construir tendentes a melhorar o aspecto da cidade. Proibira-se o uso de rótulas nas janelas, os muxarabis árabes, resquício das relações havidas entre domínios pertencentes ao império luso, assim como o emprego de terra socada nos muros, substituído por tijolos. A mão-de-obra era composta por alguns mestres portugueses a dirigir pretos escravos e forros, que também davam os serradores e oleiros necessários ao preparo da matéria-prima. Desenvolvera-se o consumo de cal graças ao impulso imprimido às construções a se multiplicar em toda parte sem conseguir atender convenientemente à procura de casas requeridas pela multidão delas necessitada. Continuava-se, entretanto, com o antigo processo de moer ostras e mais crustáceos para obter o principal da argamassa, se bem fossem multiplicadas as caieiras, como descreve Debret no álbum *Di-dot*, causa — segundo diziam os viajantes — de se elevarem à roda do estuário inúmeras colunas de fumo vistas até longe.

O pior elemento da construção civil não era, no entanto, o primitivo obreiro africano, mas o mestre português, monopolizador das obras do Rio de Janeiro. Atrasado na técnica e mais conhecimentos, sem veleidades de melhorar velhos métodos e procurar novos recursos, constituía intransponível obstáculo para Grandjean de Montigny e demais missionários, inclusive artífices. Os mais aproveitáveis operários locais eram os carpinteiros pretos livres do arsenal de marinha, que nos lazeres se empregavam na construção civil. As deficiências técnicas resultantes suscitaram fundadas observações de Debret e companheiros, abismados acerca daquela maneira de trabalhar. Motejava a propósito Hipólito Tournay a ciência dos construtores cariocas: “Les architectes de Rio de Janeiro (...) sont brouillés avec l’angle droit positif. Tous les montants des portes et des fenêtres en forment un insensiblement obtus (...) Il n’y a pas d’appartement qui soit un carré exact; c’est un losange dont les angles ont la même valeur que celui de la coupe des pierres; il n’existe assurément pas deux villes au monde sur ce modèle”.

Excetuava-se a arte de cantaria, no reino continuamente praticada desde antes dos romanos, providencial elemento que vemos surgir nas melhores construções, *apud* o desenho de Ender relativo ao enorme casarão do rico Sequeira em Mata-Porcos, magnificamente enquadrado pelo granito cinza claro do Rio de Janeiro. A tradição, porém, dominante no reino e imperativa na colônia, impunha o emprego exclusivo do mármore lioz, por sinal belíssimo, extraído nas proximidades de Lisboa para ser empregado em palácios e igrejas. Chegavam as pedras prontas e numeradas como se fossem ter a Queluz ou ao centro comercial de Lisboa. Assim se elevaram os principais edifícios coloniais, os quais, na falta de elegância, pelo menos dispunham de indubitável solidez. Uma das causas do aspecto desgracioso das ruas cariocas decorria de toscos muros exageradamente espessos e pesados caixilhos de portas e janelas de casas geralmente estreitas com andares superiores de baixo pé direito.

O Rio de Janeiro contava com pouco mais de 130.000 habitantes na aclamação de D. João VI. Crescia, porém, o número de dia para dia, dada a afluência de pessoas do exterior e das capitâncias do Brasil, adensada na diminuta superfície descrita no mapa de Debret, apenso ao álbum Didot. A parte mais importante da cidade começava na igreja da Lapa, continuava pela rua dos Barbones até a da Guarda Velha, passava diante do convento de Santo

Antônio pela rua do mesmo nome, para alcançar, pouco além, o Campo de Santana. De volta pelo mar pelas ruas de São Joaquim e do Valongo, chegava à rua Direita, a mais larga e movimentada da cidade, onde se alinhavam armazéns de grandes importadores, importantes já no período anterior à independência promovida pela vinda da corte. Geralmente moravam em cima dos negócios, em casa de dois até três andares, abastecidas as famílias pelos lojistas da vizinha rua do Ouvidor.

Além do perímetro descrito, havia morros cobertos de mata, não raro fojo de escravos fugidos, extremamente perigosos. Durante muitos anos tornaram-se os quilombolas justificado terror das adjacências, resistentes aos antigos capitães-do-mato em tempos coloniais e à polícia da Regência e do começo do reinado de Pedro II. Na parte plana, entre os morros da periferia e a parte comercial, encontravam-se poucas habitações, geralmente entre capinzais, separadas por largos tratos de brejos, alimentados por inúmeros riachos que o intendente Fernandes Viana projetara canalizar. Dificuldades várias, principalmente decorrentes de inundações no verão e tradicional falta de verba, demoravam o melhoramento e, enquanto não vinha, serviam para os escravos neles atirar lixo e animais mortos.

Nas *Reminiscências* do barão de Taunay, filho de Nicolau Antônio, ocorre descrição da estrada que ligava o Rocio Pequeno à Quinta da Boa Vista. Sobre a linha do Aterrado, “uma lingüeta de terra rodeada em todo o seu percurso de larguíssimos brejos marítimos”, formava-se fila intérmina de gente que ia ao beija-mão. O espetáculo devia ser do mais alto pitoresco, de acordo com a geral improvisação da corte do Rio de Janeiro. A multidão empregava todos os meios a seu alcance para suprir o ritual em determinados dias do ano, em que muito convinha ser visto pela real família. Diz o autor: “alguns em seges, traquitanas e sociáveis, não poucos a cavalo ou montados em bestas e muitos a pé, levando suspensos meias, sapatos e borzeguins até o ribeirão do Maracanã, então copioso em águas, onde lavavam os pés empoeirados e se calçavam”. A respeito do sítio, testemunha de tantos esforços para chegar às vistas do soberano, deixou o pai do barão paisagem desse curso, navegável até a baía, em que mostra barcaças de carga no ponto crítico do percurso dos cariocas, quando iam ao paço de São Cristóvão.

As igrejas eram o principal ornato da cidade. Constava haver mais de quarenta, incluídas — como se não bastassem — ca-

pelas particulares como a do almirante conde de Viana, morador no Catete, o qual colocava a sua à disposição dos vizinhos. No alto da rua da Alfândega a bela igreja Mãe dos Homens era freqüentada por fiéis, apesar de não concluída. As mais ricas eram as dos morros de Santo Antônio e de São Bento, revestidas de ouro no interior. A da Lapa dos Mercadores, branca e azul, ostentava telhado coberto de telhas holandesas. Nas imediações do porto, no fundo do largo adjacente, elevavam-se a Capela Real e a igreja do Carmo, recém-terminada quando chegou a corte. Na rua Direita, em frente à rua do Ouvidor, situava-se a igreja de Santa Cruz dos Militares, profusamente ornada no interior pelo hábil mestre Valentim da Fonseca, o mais conhecido artista decorador de jardins e templos do fim do período colonial. As maiores eram a de São Francisco, no largo do mesmo nome, e a da Candelária, ainda em período de construção, cujas altas torres eram divisadas de qualquer ponto do ancoradouro. A mais curiosa, porém, pela forma semicircular da fachada e ornatos barrocos do interior, era a de São Pedro, destruída pela abertura da avenida Getúlio Vargas, manifestação de como esse sinistro nome gafa de desgraça onde quer que apareça. Algumas eram particularmente apreciadas pela família real, tais a da Glória do Outeiro, protegida por D. Carlota Joaquina, e a de Santa Luzia, quase sobre o mar, teatro de esplêndidos concertos vocais dos famosos sopranistas da corte.

Uma viajante francesa de passagem pelo Rio teve oportunidade de assistir a exibição de bel canto naquela igreja em presença dos Príncipes. Depois de comentar o aspecto dos ditos, as Infantas graciosas, o Rei simpático, simplesmente trajado, o Herdeiro D. Pedro, com boa aparência física, porém modos vulgares, a Arquiduquesa mal vestida, *“sem os nobres e cerimoniaes ademanes da corte austriaca”*, como se apeasse de passeio a cavalo, acentua o contraste chocante da futura Imperatriz com o público feminino e as cunhadas, em grande gala, recobertas de rendas, plumas e jóias. O ofício foi longo, por felicidade abrilhantado pelos cantores que ela chama “castros”, trazidos por alto preço da Itália. Terminadas as preces rituais, ouviu vozes estranhas, dulcíssimas, demasiado vigorosas para serem femininas, que a transportavam aos céus: “Je me croyais au milieu des anges”. Lembrou-se depois da missa de pedir explicações a respeito e muito se perturbou ao saber a principal causa da maravilhosa audição.

Outras igrejas também provocavam reparos de estrangeiros por motivos diversos. Prezava muito D. João VI a Capela Real

(próxima do Paço), cujas paredes no ano da chegada dos missionários mandara o pintor mulato José Leandro de Carvalho e o dourador português Antônio da Conceição Portugal ornar e dourar ajudados por duzentos (assim se dizia) ajudantes e artífices, os quais “receberam grandes salários, excelente tratamento, tendo até bons refrescos durante o dia”, trazidos da vizinha régia ucharia. Segundo um inglês a música ali tocada era admirável; estranhava, porém, uma cabeça de sarraceno, muito bem esculpida, colocada junto ao órgão, que, em dado momento, arregalava os olhos e torcia a boca quando se procedia no altar à elevação, “which infidels must feel in such occasion”. Viera o instrumento musical de Lisboa, com o organista Antônio José, que se tornou grande amigo do padre José Maurício. Ensinou-lhe a tocar nos três teclados e vários registros, razão ao depois de muitas obras-primas do compositor carioca. A tal carranca, que funcionava em certas notas graves *ad libitum* do instrumentista, contudo, não era o único motivo de escândalo do inglês. No fundo do altar estendia-se painel de José Leandro a representar a família real orante, rodeada pelos símbolos da realeza, tido pelo mercador como imagem demasiadamente servil, afrontosa a brasileiros. Escrevia em 1816 e, por estranho pareça, continha o reparo algum fundamento, pois, dizia-se a respeito, que um dos primeiros atos de nacionalistas durante os acontecimentos da Independência consistiu em mandar Debret cobrir com outras pinturas as figuras reais. Tendo-se recusado o francês em profanar a obra do colega, ainda vivo no Rio de Janeiro, recorreram a um pinta-monos, o qual borrou com um monte onde havia personagens. Ajunta a tradição que tanto se ressentiu Leandro do ultraje, que não tardou a morrer de melancolia.

Residia, porém, no movimento das ruas o principal espetáculo do Rio de Janeiro joanino. Todo o centro comercial era agitado pelos carregadores pretos, quase nus, enfeitados com as mais inesperadas manifestações de indumentária, logo anotadas pelo francês. Restos de fardas de cores vivas, trapos da mais variada procedência, plumas espetadas na gaforinha e assim por diante, ornavam atletas dignos de inspirar o cinzei de escultor antigo, asseveravam ingleses familiarizados com esportes. Esses trabalhadores, isolados ou em conjunto, transportavam a mercadoria desembaraçada na terrível alfândega do Reino Unido luso. Pianos, peças de carruagens, pesados móveis, caixas de vinho, etc., seguiam em carretas ou suspensas em bangüês carregados por quatro, seis, oito antigos guerreiros africanos, suficientemente robustos para resis-

tir à travessia do oceano em navio negreiro. No serviço cantavam melopéia destinada a animar o esforço e avisar carruagens da sua presença. Atrás deles sobrevinham quitadeiras e cozinheiras ambulantes para alimentá-los, além de toda sorte de “vendideiros” de igual jaez. O resultado era formar-se nas ruas colorida, odorante (o suor preto acre perceptível a longa distância) e rumorosa multidão, onde também figuravam inúmeros mulatos a percorrer infinita escala de matizes, desde o pardo até o fiambre e o “disfarçado”.

Era o regalo do pintor, absorto em tomar notas do que via da manhã à noite, para mais tarde reproduzi-las em quadros. Encontraria nas andanças o centro comercial de luxo por completo afrancesado. Ao passo que a rua Direita e vizinhas afluentes eram monopolizadas pelos mercadores lusos e grandes firmas britânicas, a rua do Ouvidor resplandecia de lojas parisienses, ou que se diziam tais, monopolizadoras da moda e da elegância, exibidoras dos últimos modelos em Paris aparecidos. Debret pensaria encontrar-se em rua parisiense ao passar naquele setor carioca com aspecto das *boutiques* do Palais Royal ou “rue Vivienne”, compreendido da Igreja de Santa Cruz dos Militares ao largo de São Francisco. Ia além o francesismo visível em muitos mais terrenos. Nas altas esferas eram raros os personagens que não soubessem francês, o mesmo repetido com suas famílias, mormente na classe superior local então em pleno crescimento. O costume, além dos portugueses, era praticado com maior entusiasmo pelos brasileiros, apreciadores do que viesse da França, fossem vinhos, atavios ou idéias políticas, coisas bastante vizinhas por estranho pareça, a concorrer para o mesmo resultado. Os pais liam, outrora, às escondidas Voltaire e Rousseau. Os filhos, agora absortos em avizinhar-se do poder, acompanhavam os *compte rendus* da Câmara dos Deputados, a *Introuvable* de Luís XVIII, que desejavam reproduzida do outro lado do Atlântico.

Grande parte dos imigrantes franceses dessa altura, chegados em conseqüência das pazes, em nada se parecia com *émigrés* a serviço de Portugal, escapos do Terror Vermelho, que tinham acompanhado a corte ao Brasil. Eram produto de outros tempos, com idéias, atitudes, costumes e modos de viver diversos. Professavam em maioria ardente bonapartismo, símbolo das liberdades conquistadas pela Revolução, confirmadas pelo Império, que as escoimara de excessos e transformara governos e sociedade. Os missionários apresentavam indícios dessa evolução, acentuada tanto

nos comerciantes da rua do Ouvidor como entre proprietários de restaurantes e hoteleiros próximos do porto, sem contar toda sorte de pássaros de arribação, tangidos pelos últimos acontecimentos. Formara-se em Paris, sobre os degraus do trono, o partido dos “ultras”, ou seja, ultra-reacionários, legitimistas dispostos a reagir pela violência contra adversos ao regime, tido como legítimo, dos Bourbons eleitos pelo Senhor, para maior felicidade dos súditos. Se bem, no princípio, a volta dos antigos Príncipes, quase somente apoiados pela Grã-Bretanha, representasse alívio ao europeu em geral e francês em particular, dessanegrados por guerras sucessivas, continuava o vírus remanescente da Grande Revolução a fermentar no seio das massas e espírito dos intelectuais. Os choques supervenientes produziram intenso movimento repressivo apelidado “Terreur Blanche”, causador do êxodo de artistas e escritores.

O único dos antigos inquilinos do palácio de Versalhes, avesso às exacerbações, era o inteligente Luís XVIII, rodeado por ministério composto de homens capazes, porém sem forças para impedir excessos repressivos. A duquesa de Angoulême, filha de Luís XVI, abominava a todos que tinham servido o Império. Sequer excluía da aversão a artistas, inda não fossem regicidas como David, porém autores de trabalhos destinados à propaganda do corso, avantesma da sua família. O sogro, conde de Artois, herdeiro do trono, irmão do soberano, era espírito superficial sob influxo de lamentável *entourage* composto de ambiciosos e medíocres, infensos a estadistas experientes como Talleyrand, que chamavam “padre casado” a despeito da ajuda que lhes poderia prestar. Todos só tinham em vista destruir efeitos de acontecimentos e volver a tempos idos, intolerantes e infensos ao que lhes recordasse dias atrozes quando ruína o trono e parentes e amigos tinham perdido a vida. Neste ambiente conturbado, procurava Luís XVIII reinar com ajuda de competente ministério, o melhor de que desde muito a França dispusera, infelizmente empecido por bonapartistas e legitimistas, liberais e contra-revolucionários, sem contar os efeitos deprimentes dos desastrosos Cem Dias, causa de nova intervenção dos aliados. Dizia-se, nesta altura, que o primeiro-ministro do Rei de França depois de Waterloo, era o embaixador dos rusos Pozzo di Borgo.

Assim sendo, torna-se mais explicável a presença no Rio de Janeiro do general de Napoleão, o holandês Hogendorp, antigo governador de Vilna. Este fanático do corso muito provavelmente

pertencia ao conluio armado para libertá-lo dos ingleses. Morava desde 1817 na Guanabara, estabelecido como fazendeiro de café na Tijuca, onde recebeu a visita de mercenários alemães a serviço de D. Pedro I, os quais deixaram curiosa descrição do estranho personagem. Não era, entretanto, o único a lembrar o curso nas vizinhanças de São Cristóvão e Terreiro do Paço. Apareceu na rua do Ouvidor dama que se dizia filha do general Pichegru, seguida de outra ainda mais enigmática, pelo menos quanto à sua presença no Brasil, certa M^{me} de Ranchoup, que fora amante de Napoleão durante a campanha do Egito. Lá mesmo se divorciara do marido Mr. Fourier, oficial do exército, que recebera do curso vultosa quantia à guisa de consolo pelo distrato conjugal, e um belo dia surgiu na rua do Ouvidor escoltada por capitão ou coronel da ex-Guarda, de nome Bellard. A aventura não passou despercebida à duquesa de Abrantes, que estranhou a viagem. Defendeu-se M^{me} de Ranchoup — provavelmente temerosa de complicações com as polícias do Rio e de Paris — dos reparos de M^{me} Junot, sob a alegação de que o imperador no exílio perdera os atrativos que possuía em Alexandria e não mais a interessava. Outro aventureiro, de nome Cailhé, também se inculcava antigo oficial da *Grande Armée*, dono da batota no Rio de Janeiro, muito bem visto, escutado e amparado — assegurava — pela polícia carioca. O filho mais velho de N. A. Taunay fora autêntico oficial das armas imperiais, participante de suas campanhas, condecorado com a Legião de Honra por feitos de guerra, autor de grave incidente político em Paris, determinante da vinda da família ao Brasil. Com a mesma autenticidade eram os d'Escragnolle, Mallet, Labatut, Beaurepaire, e muitos mais, passados a exemplo de Carlos Augusto Maria a serviço de D. Pedro I. Pertenciam à oficialidade do Império, que depois de Waterloo se espalhou pelo mundo, como Brandzen na Argentina ou os *demi-soldes* dos *Champs d'Asile* nos Estados Unidos.

Sequer faltava na lista dos emigrantes, juntamente com cozinheiros, dançarinos e cabeleireiros, o mestre-cuca mais tarde hoteleiro Pharoux, chegado em 1817, antigo soldado da *Grande Armée*; Antoine Chevalier, também restaurador, e o foliculário Huet Perdoux, pretendente a diretor da Biblioteca Real, denunciado pelo cônsul Maler como perigoso indivíduo, muito capaz de servir-se daquela repartição para inundar o Brasil de panfletos subversivos. Pintores como Pallière, chegado no séquito de D. Leopoldina, Auguste Borget, vindo pouco mais tarde, o arquiteto Bouch ou o miniaturista Grain, relacionado com os Taunay, também se agita-

ram no Rio, posto tenhamos a respeito escassa notícia. Aparentemente menos temíveis, escaparam por isso das suspeitas do cônsul, que os não incluiu nas denúncias. Alguns foram mencionados pelo jovem Ferdinand Denis, mais tarde conhecido literato em Paris, alvo de ironias de Sainte-Beuve, entusiasta por assuntos nossos, bibliotecário de St. Geneviève, onde reuniu magnífica documentação histórica sobre o Brasil. Finalmente, atraídos pelos compatriotas, aportaram um belo dia na Guanabara, vindos dos Estados Unidos, os irmãos Ferrez, a quem tanto devemos na organização do ensino artístico no Rio de Janeiro, a completar, por assim dizer, o elenco da missão Lebreton, logo entrados em colaboração com Debret e companheiros.

Aproximavam-se no Rio estes franceses uns dos outros, em grande parte pela fidelidade votada a Napoleão. A sua presença e variedade em elevado número causava temores, incentivava rumores, avolumava boatos. Em 1818 confidencialmente comunicava D. João VI ao núncio apostólico encontrar-se pronta nos Estados Unidos uma flotilha para libertar o corso. Igual aviso recebeu o embaixador especial austríaco, conde de Elz, do ministro do Exterior. No alvoroço das autoridades, acicatadas para mais pelo cônsul Maler, havia sem dúvida notícias certas, hoje conhecidos conluios, inclusive do corsário no sul dos Estados Unidos, onde estabelecera base de operações próxima de Nova Orleans. No reduto, sito nos pântanos, foi procurado por componentes de conjura destinada a arrancar Napoleão do cárcere. Consta que participavam da mesma o conde de Pontécoulant, sucessivamente servidor de Luís XVI, da Revolução, do Consulado, do Império e Restauração; um inglês, Wilson, que na monarquia passara ao serviço da França e descrevera trajetória semelhante à do conde, ambos merecedores de particular destaque no *Dictionnaire des girouettes*; um general dos exércitos napoleônicos, Lallemand, e outros irrequietos personagens. Consta, até, entendimentos havidos em Pernambuco entre Wilson e o nosso almirante Cochrane, típico mercenário capaz de tudo por dinheiro. Esses agitados eram pesadelo do carcereiro Hudson Lowe, constantemente afligido por avisos de golpes que se não efetuaram, tão-só pelo curso recusar-se aceitá-los. Calculava, pela experiência, ser-lhe impossível voltar à França em condições de recuperar o trono sem o risco dos Cem Dias. Preferia esperar melhor oportunidade, como parecia anunciar o crescente desgaste dos Bourbons, principalmente por culpa do conde de Artois e de sua camarilha.

Invariavelmente ocorrem recrudescimento de criminalidade e abusos sem conta depois de guerras e graves perturbações sociais. As da Revolução Francesa e campanhas de Bonaparte com repercussões em todo o mundo são características de seus feitos. Conseguidas as pazes depois de Waterloo, grande número de oficiais dos exércitos napoleônicos saíram de França em várias direções, inclusive para a América espanhola sacudida pelas lutas de independência que por felicidade não padecemos. Acontece, porém, também nos chegar parte do êxodo, tanto de militares como de bons e maus elementos civis, rufiões, batoteiros, aventureiros de todo porte, etc., sucessivamente aparecidos no Rio de Janeiro. Deu-se nesta altura rumoroso caso decorrente do lado indesejável da imigração, quando a Polícia Central de Paris denunciou a partida para o Brasil de falsários de moeda embarcados no Havre. Tamanha era a sua quantidade, complicações no transporte e cumplidades necessárias, que a operação despertou suspeitas nos encarregados franceses da vigilância sobre passageiros de navios. Mormente a respeito de indivíduos com destino à região fluminense, tida como valhacouto de conspiradores decididos a retirar o curso de Santa Helena. A comunicação suscitou pânico no Rio de Janeiro, interpretada como visível manifestação de manejos revolucionários, à espera somente do dinheiro para iniciar o movimento. Desmanchou-se oportunamente o equívoco graças a aviso de nosso representante na França, Manuel Gameiro Pessoa, o qual especificava em ofício cifrado, que “um tal Marol” (aliás Jean Marolle) e seu cúmplice Delmas (ou Caldas, cujo nome Roberto Macedo não conseguiu apurar ao certo) haviam embarcado no *La Cécile*, com cédulas de moeda-papel imitantes das brasileiras, no valor de um milhão e meio, ocultas em bagagem dirigida à firma Naylor na capital do Império, liberada pelo cônsul português Mazza do Havre. Em tempo percebera Marolle ter despertado suspeitas e se transferira com nome falso para navio inglês. Naquela época, as comunicações eram lentas e difíceis, passíveis de contínuas confusões, de sorte que, ao chegar o *La Cécile* com dois franceses a bordo, sobre eles recaiu o zelo da polícia carioca. Tratava-se de Plancher de la Noüe, que ia fundar no Rio o *Spectador Brasileiro*, jornal onde os missionários franceses denunciavam os manejos de Henrique José da Silva & Cia., e mais tarde o *Jornal do Commercio*, ainda hoje em circulação. O seu companheiro era o tipógrafo Cremière, igualmente isento de qualquer culpa em fraudes e conspirações contra regimes. Entrementes, mercê do estratagem, conseguiu Marolle desembarcar sem ser pressentido, para

maior embaraço da polícia, situação que forçou o *Banco do Brasil* a oferecer dez contos de réis, quantia enorme para a época, a quem facilitasse a sua captura. Provavelmente foi apreendida a remessa, antes de que agravasse o surto inflacionário — ao depois tornado crônico — então dominante no Império, descobertos na bagagem quatorze escaninhos, onde se encontrava a intempestiva emissão. Gratíssimo se mostrou o governo brasileiro, o qual apresentou ao chefe de polícia de Paris, Mr. Hainau (ou Hainaut), que denunciara o meliante, com uma caixa de ouro adornada com as iniciais do Imperador, fato relatado pelas efemérides locais.

O número de patrícios, entretanto, de modo ínfimo beneficiava a situação econômica dos missionários. Procuravam os franceses, diariamente a surgir no porto, coisa muito diversa de preocupações culturais. Os de melhor quilate, além do padre Boiret, professor de francês das Infantas, eram a condessa de Roquefeuil, viúva de um *émigré*, a serviço militar de Portugal na legião em que participaram o memorialista conde de Rochechouart e muitos mais; o seu sobrinho e administrador da propriedade agrícola, conde de Gestas, o qual *ad instar* de Carlos Augusto Maria Taunay muito se empenhava em desenvolver por meio de sociedades e revistas a agricultura e indústria do país; o príncipe de Montbéliard, citado por Afonso d'Escragnolle Taunay; o conde de Lescesne, antigo fazendeiro em São Domingos e lavrador na Tijuca, onde possuía cerca de 60.000 pés de café e ensinava os métodos de cultura em uso nas Antilhas; o mesmo pretendia François Armand, antigo provedor da artilharia francesa na Alemanha, o qual na mocidade trabalhara em fazendas de café em São Domingos; outro francês nas vizinhanças, segundo A. Taunay que lhe grafa o nome Scey, Scée, ou Scene, talvez confusão com o primeiro; o seu bisavô, o qual comprara com o restante do apurado com a venda da vila de Montmorency uma chácara onde se encontrava a cascatinha da Tijuca, assunto obrigatório dos ilustradores de viagens que tocavam no Rio de Janeiro. No sítio chamado Caravelas havia ainda o conde Jouffroy d'Arbans, possuidor de grande fazenda de café, e um outro conde d'Armeval, ou Ormeval, especulador, que se tornara muito conhecido porque trouxera mercadorias para serem vendidas no Rio, perdidas em incêndio já próximo do porto. Generosamente socorrido por D. João VI, também passou a agricultor e deixou numerosos descendentes no Brasil. Menos feliz por motivos políticos foi Philibert Fressinet, antigo militar em S. Domingos, promovido em campanhas da Europa geral por Napoleão, que também o agraciou com o baronato, razão

do seu exílio e vinda ao Brasil em 1819. Indultado voltou para a França onde pouco depois morreu. Todos esses imigrantes, grandes, médios e pequenos, fazendeiros ou dançarinos, como os que Debret freqüentava na Casa da Ópera na qualidade de cenarista da mesma, absorvidos em melhorar de vida, reduziram as suas relações com os artistas a meros cumprimentos, que pouco lhes adiantariam e interessariam, mormente quando emanavam de gente com opiniões políticas contrárias às suas.

Os demais estrangeiros estabelecidos no Rio, ou ali de passagem, pouco convívio com eles teriam. Os ingleses formavam ilha isolada, providos de artistas amadores de talento, tais E. Vidal e Chamberlain, pelas funções constantemente no Rio, assim como os de passagem como Bate, Landseer, Earle, Burchell e muitos outros. Expedicionários alemães, do porte do príncipe de Wied, Spix ou Martius, traziam consigo desenhistas, paisagistas, naturalistas e botânicos, ou recorriam acidentalmente, em matéria decorativa, ao hábil austríaco Tomás Ender, exímio aquarelista, representante da "escola vienense", chegado ao Rio no séquito da Arqui-duquesa. O mesmo praticaram os russos Bellingshausen, Golovnin e Vasilev, que dispunham dos pintores Mikhailof, Tikonof e Karniev, assim como a expedição Krusenstern empregava o francês Louis Choris, que só conheceu Santa Catarina, de onde deixou, por sinal, vistas encantadoras. De qualquer maneira, porém, estes expedicionários como muitos outros, prescindiam dos elementos da missão. Excepcionalmente o navegador Freycinet, comandante da expedição de *l'Uranie* e da *Physicienne*, que esteve no Rio em 1817, contrataria para tomar parte na viagem ao jovem Adriano, talentoso filho de Nicolau Antônio Taunay, a fim de coligir vistas e reprodução de episódios merecedores de registo na viagem à volta do mundo juntamente com Pellion e Arago, na qualidade de aprendiz eventualmente substituto. Ademais era sina do rapaz fazer as vezes de mais velhos os temerosos de aventuras no *hinterland* brasílico. Assumiu na volta da empresa de *l'Uranie* o lugar de Maurício Rugendas, juntamente com Hércules Florence na expedição de Langsdorff por conta do Tzar da Rússia, no decurso da qual encontrou a morte em Mato Grosso ao vadear o rio Guaporé.

Promessas de grandes encomendas houve algumas, mas não chegaram a concretizar-se. Pretendia D. João VI construir grandioso alcácer na Ponta do Caju, não longe da chácara que presenteara ao almirante Sydney Smith, mais tarde habitação do cônsul Chamberlain, projeto entusiasticamente abraçado por Grandjean de Mon-

tigny. Colocou o arquiteto no intento ajudado por Pallière o melhor de sua arte e cuidados, mas somente restaram da louvável intenção magníficas plantas e desenhos. O mesmo praticou a duquesa de Cadaval, francesa de nascimento, desejosa de não mais habitar casa requisitada, e sim um palácio digno de sua hierarquia. A incerteza de permanecer no Rio, à vista da ojeriza que ao Brasil votava D. Carlota Joaquina, mais outras razões, a demoveram do intento, se bem possuísse meios de realizá-lo. Preferiu continuar na casa do patrão-mor do porto, onde se demorou, segundo rezavam mexericos, por muitos anos até a volta dos soberanos para Lisboa. O forçado hospedeiro tanto se enfureceu com a dilação daquela "aposentadoria" que recusou a elevada soma oferecida pela duquesa na despedida. Vingava-se com novo sacrifício. A realidade, porém, parece diversa, pois morava a fidalga com um filho em chácara na rua Bela da Princesa, e que ao partir do Brasil vendeu ao argentário Azevedo, futuro visconde de Rio Seco e marquês de Jundiá.

Dos ricos comerciantes do Rio de Janeiro pouco poderiam os franceses esperar. Eram apenas alfabetizados, alguns nem isso, por completo desinteressados de arte, em ambiente igualmente avesso ao belo, impróprio para lhes aprimorar o gosto. Tampouco dos britânicos receberiam encomendas, somente apreciadores do que se inspirasse em Londres. Dos que tinham acompanhado o governo para o Brasil, podia-se citar em matéria de atenção pela arte, o baiano José Egidio, depois marquês de Santo Amaro, o qual encomendou a Pallière grande retrato da esposa, "femme magnifique et très élégante". Entre os portugueses, o marquês de Belas também marcava exceção ao recorrer a N. A. Taunay para retratos dos filhos, os quais mais os dos Infantes, feitos pelo artista na mesma ocasião, passaram depois de volta da corte por pinturas de Goya. Os fidalgos lusos não brilhavam em alta cultura, muito menos os que figuraram na precipitada fuga do Tejo, sem tempo, portanto, de preparar melhores meios de vida na Guanabara. Escrevia a respeito o botânico Augusto de Saint-Hilaire, dos mais ilustres sábios que a França jamais nos mandou: "J'ai vu des artistes Français envier le sort de ceux que le Gouvernement Portugais a fait venir à Rio de Janeiro, mais comment ces derniers pouvaient-ils être appréciés dans un pays où l'on a pas la plus légère notion des arts?"

Via-se de mais a mais o governo luso na obrigação de valer a súditos seus, antes, durante e depois da chegada da Missão Artística ao Rio de Janeiro. Tivera de incumbir o militar João da

Silva Moniz da construção da galeria denominada “varanda” no Campo de Santana, onde se realizaram as cerimônias de elevação de D. João ao trono. Na mesma data foram escolhidos, como já vimos, o pintor carioca José Leandro e o português dourador Conceição Portugal para o restauro e ornato da Capela Real. O mesmo se repetiu na fazenda de Santa Cruz, o Versalhes — se nos for permitida semelhante lembrança — dos Braganças, com deplorável fruto, segundo informa Pallière, chamado a pedido de el-rei para consertar os disparates dos predecessores. Na cobiçada proteção dispensada pela corte, num meio onde todos almejavam medrar à custa do erário, entravam também estrangeiros, nem sempre dignos da mercê, como Johnston, mero canteiro inglês, o qual teria vindo ao Brasil para elevar o portão da Quinta da Boa Vista, presente do duque de Northumberland ao Regente, reprodução do desenhado por Robert Adam para ingresso de Syon House. Na qualidade de “aliado”, com maiores direitos do que os franceses bonapartistas, arvorou-se arquiteto e recebeu encargo de reconstruir a fachada da habitação real, e construir a casa anexa de D. Pedro e D. Leopoldina, segundo realizou no estilo gótico, então reinante na Grã-Bretanha, época do irresistível sucesso das novelas de Walter Scott decorridas em castelos roqueiros escoceses. Sucediãmse em caráter epidêmico construções do mesmo gênero pelas ilhas do Reino Unido britânico, famosa a do excêntrico William Beckford, em Fonthill Abbey, citada como exemplo do que passou a ser conhecido por “romantismo” aplicado a residências. Na ocasião o visconde do Rio Seco — talvez por sugestão da esposa irlandesa — chamou o canteiro para reformar a sua moradia no Campo dos Ciganos. Era um casarão, por esse motivo escolhido, segundo o sistema das aposentadorias, para receber a embaixada enviada pelo governo de Londres à Pérsia, que por alguns dias se demorou no Rio. A seguir serviu, no reinado de Pedro I, de moradia a José Bonifácio e, depois, para receber o ministério do Interior. O neogótico era rival do classicismo dos missionários, que não deixavam de lhe apontar os defeitos, principalmente quando intentava figurar em cidade dos trópicos.

O maestro austríaco Sigismund Neukomm, companheiro dos franceses, também missionário; gozava de especial consideração por ser patricio da Arquiduquesa, professor de música de D. Pedro, presente a todos os concertos do palácio. Facilitava-lhe o valimento o seu caráter brando, interessadíssimo pelas qualidades de compositor do mulato padre Maurício Nunes Garcia, cujo talento causara-lhe surpresa. A despeito do meio, mostrava-se o carioca

familiarizado com autores que Sigismund na Europa freqüentara, estabelecidas em pouco boas relações entre ambos. Em nada se parecia o amável vienense, modelo de despreensão, com o empafioso músico português Marcos Portugal, que no reino colaborara com o invasor, mas, necessitado de favores materiais, apareceu com o irmão e família no Terreiro do Paço à procura da régia clemência por faltas graves. Valeu-lhe a duquesa de Cadaval, todopoderosa na corte, e a fama de compositor bem sucedido no estilo da operística napolitana, justificada no momento pela moda de espetáculos de canto e bailado para distração dos grandes da terra, em que demonstrara talento fácil, muito da predileção dos lisboetas. Era, para mais, conhecido no exterior, até na Rússia, onde a imperatriz Catarina se mostrava apreciadora do gênero.

No rol dos carecedores de indulto por feios deslizes, dos quais o mais importante foi o marquês de Loulé, também surgiu no Rio de Janeiro o padre Soyé, espanhol de origem francesa, pertencente à corte de literatos cesáreos, bajuladores de Príncipes e de ministros nas cortes absolutistas, a versejar poemas laudatórios em todas as festas e ocasiões em que se exaltavam as virtudes de personagens mitológicos próximos do trono. Sua obra mais conhecida foi a dedicada à morte repentina de D. José, em que se transformou em musa carpideira, mercê de reunião de versos em rico livro profusamente ornado pelos melhores ilustradores do momento. A fingida devoção aos Braganças não o impediu de aderir aos franceses, assim que despontaram nas margens do Tejo. Livrado o reino do invasor, partiu para a França onde infrutiferamente tentou viver *in otio cum dignitate*. Mal sucedido, sabedor da generosa indulgência de D. João VI, o qual num meio ultracatólico aceitara *prêtre défroqué* como Lebreton, rumou para São Cristóvão e, com auxílio de semelhantes, conseguiu recair nas boas graças do soberano. Este episódio, em aparência anódino, ia, entretanto, ser fonte de amargos dissabores para os missionários.

Tremendo golpe sofreram com a morte do conde da Barca, apenas um ano depois da chegada. Perdiam o melhor arrimo na hora em que concorrentes portugueses, protegidos por funcionários e cortesãos, aportavam ao Rio famintos por favores oficiais, diretamente interessados no malogro da Missão Artística francesa. Comentava-se, a propósito, que esta situação fora motivo da partida de Neukomm, ferido pela presença e manejos de Marcos Portugal. Agravava o mal-estar dos artistas missionários a hostilidade contra eles desenvolvida pelo agente francês Maler. De tal maneira se portou este funcionário consular, que Lebreton, pro-

fundamente desgostoso, retirou-se para a sua casa no Flamengo, absorvido em trabalhos literários alheios à missão. Veio a falecer em maio de 1819, oportunidade para Maler entrar em cena. Afigurou-se-lhe magnífico ensejo para descobrir provas de subversão urdidas pelos franceses contra o regime legitimista e governo joanino. Cuidadosamente vasculhou a residência do finado a pretexto de colocar selos nos bens para garantir a herança da viúva em França. Ao invés, porém, de provas de conluio para libertar o curso de Santa Helena, apenas encontrou cartas de companheiros de Santiago de Liniers, descontentes da situação política em Buenos Aires, notas a respeito da difusão do ensino no Brasil e esboços de trabalhos históricos, magra colheita para quem julgara deitar mão em barris de pólvora.

Mais eficazes no combate aos franceses mostravam-se os concorrentes portugueses. Desembarcara no Terreiro do Paço o pintor Henrique José da Silva, antigo aluno de Pedro Alexandrino, a fim de pleitear a nomeação de um dos seus numerosos filhos para cargo do funcionalismo. Dispunha de apoio entre os patrícios que o tinham precedido na travessia do oceano, junto aos quais lembrava — à guisa de justificativa à pretensão — o fato de encontrar-se afligido por enorme família. A desdita proporcionou-lhe o amparo de Targini, tesoureiro-mor do reino, homem culto, espartíssimo, mago das finanças do Reino Unido português, dantes protetor dos missionários, mas na conjuntura obrigado a socorrer Henrique José da Silva, compatriota em palpos de aranha. Encomendou-lhe as ilustrações da suntuosa obra *Paraiso perdido* de Milton, por ele traduzido e em vias de publicação. Bastante hábil desenhista, deu Silva bom despenho da incumbência e, quando faleceu Lebreton, conseguiu vir a substituí-lo. Ocorrera ademais o inevitável. Reinava ainda forte prevenção em Portugal contra franceses. Muitos dos figurões da corte tinham sido duramente lesados pela catastrófica invasão, remanescente por largo espaço nas províncias o costume de amedrontar crianças com a ameaça de chamar o “Jinó”. Em semelhante ambiente ocorreram contratemplos que passaram a molestar a missão.

Faltava-lhes o apoio do conde da Barca, expostos à má vontade do diretor, o qual chamou o padre Soyé para lhe servir de secretário, em lugar de Pedro Dillon afoitamente dispensado. Na qualidade de inspetor de obras da Academia, nomeou-se Alexandre Pedro Cavoé. Surgiu ainda, para aumentar o rol, outro português, felizmente boa pessoa, o santeiro João Joaquim Alão, o qual passou a lente de escultura para substituir Augusto Taunay falecido. Nes-

sas transformações de tal modo mudava o terreno onde os missionários deviam trabalhar, que Nicolau Antônio Taunay preferiu voltar à França em companhia do filho Hipólito, no mesmo ano em que a corte voltou a Lisboa. Conseguiu, porém, graças ao padre Boiret, a nomeação do outro filho, Félix Emílio, para suceder-lhe na cátedra de paisagem. Menos felizes, demitidos das funções, foram os auxiliares de Grandjean e de Augusto Taunay, que tinham vindo com eles da França. Os mestres artífices Fabre, Level, Pilite, Enout, os dois Roy — pai e filho —, cansados de esperar o início dos cursos para os quais tinham sido contratados, renunciaram ao ensino e ingressaram em empresas privadas. Ainda bem que não se perdia a contribuição de sua técnica, radicados no País, ainda hoje existente, segundo Morales de los Rios, descendentes seus no Rio de Janeiro. O gravador Pradier também se retirou, mas continuou em Paris a trabalhar de quando em quando na reprodução de trabalhos efetuados na Guanabara pelos companheiros da missão.

Diremos a respeito que infelizmente o tumulto ocorrido dessa forma, a constituir eventualmente empecilhos ao cumprimento do contrato, afetou particularmente Nicolau Antônio, vivamente contrariado ao ver Silva no lugar que ele pleiteava para si. Era o mais ilustre e conhecido dos pintores estrangeiros no Rio de Janeiro. A preterição equivalia a acintosa desfeita, de sorte que não hesitou em aproveitar ofertas recebidas de França, onde esmaecera o incidente provocado pelo filho bonapartista, para tão-só remanescer no cenário legitimista o profissional de valor, que durante os horrores da Revolução se retirara discretamente da capital e em nada participara de excessos demagógicos como o confrade David e muitos outros. Perdia-se com a sua partida a contribuição de artista insigne na paisagem, além do fruto de seu ensino na Academia, dotado de extraordinária capacidade de trabalho, inestimável virtude para a nossa antiga iconografia. O seu neto Gofredo, retirado numa velha casa da rua Voluntários da Pátria, possuía álbum de apontamentos, esboços de paisagens, cenas de ruas, etc., realizadas pelo avô, do mais alto interesse para a reconstituição da vida carioca no tempo da Independência. Infelizmente, quando quisemos vê-lo, no correr da última visita que ao dono fizemos, em companhia do historiador Heitor Lyra, já se encontrava o livrinho reduzido a frangalhos por obra do cupim, apenas aparente uma perna de preto ou pluma de dignitário em torno de enorme buraco que abrangia todas as folhas, logo depois atirado ao lixo pela sua sobrinha Escragnolle Dória, zeladora da casa.

Antes de começar as funções, transformara-se a Academia em foco de intrigas. Queixavam-se ulcerados os franceses de que Henrique Silva, apoiado por Soyé e Cavroé, não perdia vaza em lhes levantar obstáculos, no intuito de arredá-los do seu caminho. Enfurecera-se com a nomeação de Félix Emílio para substituir Nicolau Antônio em cátedra que desejava, sem embargo de ser retratista, e não paisagista. Não se cingia somente à direção da escola a sua ambição, queria mais, apenas atenuada a culpa da avidez pelas necessidades que curtia com a enorme filharada. O resultado foi, no fim de algum tempo, desandarem os desavindos a francamente em público se descompor, os franceses de um lado, e, do outro, Silva e companheiros, promovidos o principal a primeiro pintor da Imperial Câmara e Cavroé a arquiteto da casa de Bragança.

Decorridas as festas do casamento de D. Pedro e da aclamação de seu pai, começaram os artistas a lecionar de qualquer maneira, mesmo antes de terminado o prédio da Academia. Ao invés de lhes facilitar a tarefa, o novo diretor a dificultava, a ponto de não disporem de local adequado ao fim após três anos de Rio de Janeiro. Alojara-se Debret em uma das quase terminadas salas do edifício construído por Grandjean de Montigny, onde dava aulas e pintava enorme quadro alusivo à coroação de Pedro I. Por intermédio de Cavroé, requisitou o diretor a sala a pretexto de que dela necessitava para bom andamento das obras. A exigência obrigou Debret a refugiar-se em apertado cômodo, impróprio à finalidade pelo aumento contínuo do número de alunos, probante demonstração da utilidade do curso, no caso, entretanto, nociva em vez de útil, por ciúmes do diretor, abespinhado ante o seu sucesso. Mudara o nome do estabelecimento, que de Escola Real de Sciencias, Artes e Offícios, passou a Real Academia, e finalmente, Academia Imperial de Bellas Artes, depois da partida da corte portuguesa. No único plano onde Silva manifestou acerto foi em pedir a instalação provisória dos cursos no casarão antigamente ocupado pelo núncio, no que não foi atendido.

Dificuldades financeiras provenientes da partida do governo luso, o qual antes raspava as arcas do Tesouro, e o custo da guerra no Sul, além de toda sorte de encargos, não só impediram satisfazer o diretor, como ainda mutilaram o edifício em construção, reduzido “momentaneamente” a um só andar em mor parte requisitado pelo Ministério da Fazenda, situação que assim permaneceria até o fim da República velha. O inglório fim desse regime marcaria a demolição da majestosa mostra do engenho de Grandjean de Montigny, transportado o frontão grego, notável pela elegância

que lhe servia de ingresso para o Jardim Botânico, comovente recordação de uma das mais felizes realizações da Missão Artística do conde da Barca.

A situação tendia a agravar-se, principalmente disperso o grupo constituído sob auspícios de espíritos universais, como o de Humboldt, por míseras competições pessoais, quando sobreveio fator inesperado para maior felicidade de todos, missionários, alunos e governo. O mesmo nacionalismo que levava os portugueses a assumir nas cortes de Lisboa atitude contrária à independência de sua maior colônia, movimento a manifestar-se agressivamente até em meios artísticos, provocou com igual intensidade o brasileiro, tinto de xenofobia voltada contra a antiga metrópole e seus representantes na América, que ia admiravelmente servir aos adversários do grupo de Henrique Silva. De começo, este pintor não perderia o valimento de D. Pedro I, o qual — se bem forçado pelas circunstâncias a cooperar na libertação do País — continuava português no coração e no espírito. Diminuiu-lhe, porém, progressivamente o apoio oficial quando tentava empecer trabalhos dos concorrentes. A certa altura, desapareceram as telas trazidas por Lebreton, destinadas a servir de núcleo à coleção de obras de artes necessárias aos cursos. Deviam inspirar e orientar os alunos e concorrer para melhorar o gosto dos cariocas por demais divorciados das belas-artes. O oportuno desprestígio do diretor permitiu que fossem recuperadas do escuro e úmido depósito onde apodreciam, salvas em maioria a tempo, de modo a tornar-se origem da atual Pinacoteca do Rio de Janeiro.

O simples fato de expor à destruição telas atribuídas a Le Sueur, Lebrun, Bourdon, Jouvenet, Poussin, conhecidos artistas franceses; Carlo Dolci, Canaletto, Guercino, Maratti e outros italianos, além de acuradas cópias consideradas capitais para o estudo da técnica pictórica, da idéia de quem dirigia o Instituto fundado para difundir o belo no Brasil. A qualidade de hábil desenhista e gravador, do antigo aluno da Aula Régia de Lisboa, não excluía em Henrique da Silva males aberrantes produzidos por lacunas de cultura. Chegara o luso ao posto mais por motivos estomacais do que pelo talento ou capacidade didática, à testa de grupo nas mesmas condições, tão necessitado de ingressar no parasitário funcionalismo como o chefe. Em todo o caso, receberia encomenda de fazer o retrato “oficial” de Pedro I em trajes majestáticos, ao depois, por ele Silva, dezesseis vezes reproduzido para ser exposto em câmaras municipais e outros recintos do governo. O valimento não impediu, entretanto, ocorresse episódio divertido, ca-

recterístico do caráter impulsivo de D. Pedro I. Soube o Imperador de que o diretor criava dificuldades ao uso do *atelier* de Debret. Sem mais delongas interveio à sua moda para dirimir a quizília. Escreve Afonso de Taunay, no seu exaustivo estudo sobre a Missão Artística: “Chegando em 1827 ao Rio de Janeiro Manuel de Araújo Porto Alegre, mais tarde barão de Santo Ângelo, foi mandado por ordem do governo estudar pintura com Debret.

A permanência no “atelier” além da hora regulamentar — como sói acontecer em todas as academias de belas-artes do mundo — era coisa proibida na Academia. Isso fez com que ele reclamasse uma providência do Imperador. Esta não se fez tardar, pois o fundador do Império, o Sr. Pedro I, foi, em pessoa, à Academia e ordenou ao diretor que nos entregasse a chave da aula”.

Inda assim, a despeito de inúmeros incidentes, começou o pintor a intensamente trabalhar. Recebeu encomenda de monumental arco de triunfo e mais ornatos nas ruas por onde passaria o cortejo da coroação de D. Pedro I. Na mesma incumbência pintou vasto quadro referente a outros festejos, cujo assunto era recepção na Quinta da Boa Vista oferecida a governo, dignitários e diplomatas, que ornava o castelo d’Eu, e atualmente se encontra em vias de tornar ao Brasil. Nessas gigantescas telas era o artista auxiliado pelos alunos Francisco Pedro do Amaral, Simplicio Rodrigues de Sá, José de Cristo Moreira, Francisco de Sousa Lobo e José da Silva e Arruda, brasileiros e portugueses, aplicados e diligentes, dignos do mestre, autores de obras apreciáveis, mencionadas no álbum comemorativo do IV Centenário do Rio de Janeiro, onde figuram em paisagens e cenas de ruas da cidade, graças à providencial apresentação de Gilberto Ferrez, descendente e continuador de um dos artistas que se incorporaram à missão e souberam aumentar-lhe os préstimos no desenvolvimento das artes no Brasil.

Por felicidade para Debret, figurava entre os novos dirigentes que chegavam ao poder o culto José Bonifácio. Melhor esteio não poderiam desejar os componentes da missão, pois sempre manifestara o estadista, patriota no mais profundo sentido do termo, grande interesse pelos seus trabalhos. Na altura da Independência, desfrutava o santista de merecido prestígio no Império, pelo elevado espírito de que dispunha, preponderante na orientação do governo. Possuía a confiança e estima do Príncipe Regente na América lusitana, depois da partida do pai, a que se juntavam as

da Arquiduquesa, digna descendente da grande Maria Teresa, com-
prazada em poder tratar na língua materna de assuntos científicos
de sua predileção com o ministro. Mais tarde, afastado do
governo por lamentáveis intrigas políticas, foi de certo modo sub-
stituído no amparo da missão por outro insigne paulista, Fernandes
Pinheiro, visconde de São Leopoldo, inteiramente favorável aos
pedidos dos missionários. Acontecia, porém, que, pela Constitui-
ção liberal-democrata vigente, assim como por continuar D. Pedro
antes que tudo português; gozava Henrique da Silva dos direitos
do estatuto do funcionário público, resguardado de resoluções su-
márias como havia no tempo do absolutismo. Simpatizassem ou
não com ele os superiores, estava a salvo e perder o emprego,
pois isto exigiria complicados e demorados trâmites processuais.
O mesmo se dava com os seus companheiros — “cúmplices” lhes
chamavam os franceses — tropeço maior oposto à obra dos mis-
sionários, desse modo constantemente empecidos de cumprir as in-
tenções do conde da Barca.

A partir da morte do promotor da missão foram seus esfor-
ços dificultados pelo grupo contrário. Os defeitos das facções e a
vida pregressa de seus componentes passaram a ser espiolhados, na
intenção de destruir adversários. Seguiu-se rumorosa lavagem de
roupa suja em publicações várias, “brigam as comadres e apare-
cem as verdades”, adágio universal confirmado pelo que daí por
diante ia suceder. Divulgaram-se escandalosos deslizes de Henri-
que da Silva quando estudava em Lisboa, alvo de queixas ao
governo por um professor da Aula Régia, juntamente com outros
alunos, indivíduos negligentes, incapazes, conhecidos pelos maus
costumes e perversidades — dizia — a formar grupo nocivo ca-
pitaneado por Henrique. Não menos inútil e pernicioso, acrescen-
tavam os franceses, era o “cúmplice” Alexandre Cavroé, pseudo-
arquiteto que em Lisboa estudara arte numa oficina de móveis e
no Rio de Janeiro ousara qualificar de ignorante a Grandjean de
Montigny. Respondiam os portugueses a poder de acerbas críticas,
em que a mais inocente assegurava ser Grandjean mero projetista,
incapaz de construir edifício sólido como os dos empreiteiros lusos
da cidade, compostos de muros ciclópicos sobre os quais repousa-
vam pesadas armações de madeira de lei em condições de desafiar
séculos empregada nos telhados. O espetaculoso edifício da Bolsa,
o maior e mais caprichado dos empreendidos pelo francês, segundo
eles, ameaçava desabar. Nas construções encomendadas por par-
ticulares, como as residências do barão do Passeio Público e vis-
conde do Rio Comprido tinham aparecido tantas goteiras, que a

água em dias de chuva jorrava por todos os lados, venenosas apreciações em extremo molestas por falaciosas fossem para o renovador do castelo de Cassel.

Segundo estudiosos do período e da questão, entrou a Academia finalmente em fase normal de funcionamento no ano de 1827. Valera aos missionários a inalterável proteção que receberam sucessivamente no antigo governo de Tomás Vilanova Portugal, inlenso em alterar resoluções do finado colega conde da Barca, imitado no novo regime pelos ministros brasileiros marquês de Queluz, marquês de Caravelas, marquês de Valença, e principalmente José Clemente Pereira, o qual colaborara com o francês Pallière em diversos empreendimentos. Devemos ainda mencionar o próprio D. Pedro I, o qual se dizia surpreso pelos trabalhos expostos na visita que fizera ao *atelier* de Debret em 1824, bem impressionado pelo evidente progresso dos alunos.

Compareciam às aulas numerosos rapazes portugueses, brasileiros filhos de reinóis, de alemães, e até um francês. Misturavam-se entusiasmados pelos cursos, a despeito do regulamento que os regia. Principiava pelo limite da idade, fixado para menos de dezesseis anos, o que representava verdadeiro absurdo, pois tratava-se de curso superior. Outro disparate imposto por Henrique da Silva era a obrigação do candidato-aluno permanecer um mês na aula de desenho, a fim de o professor — que era o próprio Silva — ajuizar se possuía talento, de sorte a tornar-se o lente árbitro do ingresso de pretendentes na Academia. E como se não bastasse tamanha enfeudação, logo de início, exigia mais o diretor que os alunos cursassem três anos de desenho antes de passar a outras matérias. Não pararam aí os contra-sensos. Os alunos que atingissem 18 anos perdiam automaticamente o direito de cursar, e assim por diante. Apresentaram, em consequência, no ano de 1824, os professores franceses, projeto de sua lavra em que procuravam sanar absurdos, medida violentamente repelida por Henrique José da Silva. Inquinava-a como audaciosa manobra por parte de Debret e Grandjean de Montigny para insidiosamente tirar-lhe importância no ensino. O desentendimento deu azo a série de publicações em que uns e outros se defendiam e atacavam a poder de desabridas censuras.

A despeito da agitação, triunfava o francês com nada menos de trinta e oito alunos no seu curso, o maior número dos matriculados na Academia, ao passo que Silva contava apenas um! Para isso muito contribuía a “plácida constância de M. Debret”,

escrevia Araújo Porto Alegre ao notar os esforços do mestre para manter as aulas. Neste afã não duvidava em gastar do seu na compra de papel, tela, tinta e mais elementos necessários aos alunos, quando surgiam delongas no pagamento de verbas e falta de cumprimento de compromissos por parte do Tesouro. Simultaneamente continuavam na imprensa recíprocas diatribes entre professores, de que participavam às vezes estranhos à sombra de pseudônimos, como certo “Velho Amador” o qual exclamava não entender como “Debret, aluno distinto de David, talvez o maior desenhista de todos os tempos”, precisaria que os alunos recibessem lições de Henrique José da Silva. O reparo lhe atraiu a ira de outro anônimo, o “Correspondente” em que logo se distinguia a pessoa do diretor ou de algum apaniguado seu.

O prestígio dos missionários, porém, era tão sólido que a tudo resistia, em condições de encontrar apoio em toda parte, inclusive no grande público. Os novos dirigentes do País sabiam francês, admiravam a civilização francesa e se encontravam sob influxo de suas idéias políticas, com reflexos nas teorias sociais em marcha, segundo se percebe alguns anos depois através do livro *O socialismo* do general Abreu e Lima. Sem falar em franceses radicados no Rio, temos Pallière, o qual, além de receber encomendas de serviços, no gênero de projetos de melhoramentos na Praia Grande, onde colaborou com Clemente Pereira, foi igualmente nomeado professor da Escola de Guerra. Outros chegavam para maior vulto do grupo representativo, na pessoa de Luís Aleixo Boulanger, desenhista, ilustrador, entendido em litografia, processo industrial e artístico que revolucionara as artes gráficas. Este também recebeu funções públicas, encomendas para compor ordens honoríficas, uniformes e mais composições necessárias ao novo Império, autor do folheto sobre o parentesco entre D. Pedro I e D. Leopoldina, muito oportuno no sentido de suscitar boas graças de poderosos e, para os mesmos fins, álbum — por sinal bastante fraco — com retratos de personalidades em evidência, que lhe valeram o cargo de professor de desenho dos Príncipes. O último a chegar e cair na simpatia dos imperantes foi o arquiteto Pезerat, reformador do palácio de São Cristóvão, onde se houve com muito acerto, ao procurar harmônico aspecto para o edifício. Propalou-se, a propósito, que a mercê por ele recebida, ao invés de recair, como era de esperar, sobre Grandjean de Montigny, lograra entusiásticos aplausos de Henrique José da Silva, jubiloso por atirar francês contra francês.

Nessas condições, torna-se estranha certa resolução de Debret, na hora em que mais exacerbada ia a contenda com o grupo rival, de cujo desenlace dependia a sua presença no Rio de Janeiro. No mesmo ano de 1827, em que os professores franceses solicitavam ao Ministério do Interior modificação do regulamento, a fim de ser levantada a proibição de alunos exporem trabalhos, determinação contrária aos interesses do grupo Henrique da Silva, empreende o pintor longa e fatigante incursão ao sul do Império. Poderia ser interpretada à guisa de pausa derivativa de agruras, Debret desejoso de empreender viagens como remédio para aborrecimento causado por lutas estéreis. Desejaria dar tempo ao tempo, apaziguador de contendas irritantes, até sobrevir situação mais favorável à sua índole e pendores. Perdiam, entretanto, nessa altura, muito da eficácia as artimanhas dos adversários, pela partida do cônsul Maler, peçonhento através da ação que exercia junto à corte de D. João VI, porém, desprovido de prestígio suficiente perante D. Pedro I, admirador do concunhado, longe, portanto, de considerar criminosos aos bonapartistas. Mal visto pelo governo, fora o calamitoso cônsul removido para o Haiti, onde o encontrou Victor Jacquemont, mudança equivalente a degredo, para maior alívio dos franceses no Rio de Janeiro. Outras, portanto, seriam as razões da estafante viagem a lombo de burro, alternada com singraduras de calhambeques sem conforto, empregados na antiga navegação de cabotagem.

Entre as determinantes mais aceitáveis da empresa, figura a ida na mesma época do Imperador ao Rio Grande. Supusera Debret, pintor especialmente de *genre*, ser oportuno e útil à sua carreira no País reeditar reproduções de episódios históricos como antigamente praticava, em que passaria de cenas de campanhas militares na Alemanha a embates guerreiros nos pampas. Equivocava-se, no entanto, se assim pensasse, porquanto D. Pedro I, se bem admirador do concunhado, era filho de absolutistas, ele mesmo absolutista nos modos e costumes, indiferente à publicidade que tanto interessava o curso. Conhecia Debret o quanto o Bragança admirava o gênio militar do parente por afinidade, mas falharia no cálculo de lhe ser agradável, graças à sua experiência de antigo arauto de feitos bélicos para deslumbrar o público. Restava a curiosidade; talvez a melhor das suposições: de conhecer certas partes do Império pouco freqüentadas por estrangeiros. Nos seus planos de artista desejoso de compor, quando de volta à França, pormenorizada relação do que vira no Brasil, o resultado largamente compensaria as agruras da viagem.

A campanha do sul multiplicava “tropas” de transporte no percurso entre o Rio da Prata e o Rio de Janeiro. Sucediãem-se por maus caminhos filas de mulas dantes compradas em Nova Córdoba, Vice-reinado de Buenos Aires e, depois do agravamento das hostilidades, em Sorocaba, sita no trajeto. Entretanto, a despeito de observador das cenas de ruas cariocas, Debret não mencionaria acidentes e incidentes da viagem, apenas interessado em reproduzir paisagens e vistas de lugarejos onde os viajantes pousavam, no que se diferenciou de Ender, atento observador dos meios de locomoção e do pessoal empregado no mesmo. A despeito, porém, da intensidade do trânsito decorrente da atividade bélica no Prata, a região percorrida pelo francês dez anos depois do vienense continuava apenas levemente modificada, segundo se depreende das duas excursões desconhecidas por mais de um século, uma por assim dizer complemento da outra, no percurso do Rio à cidade de São Paulo.

Deteve-se aí o austríaco, ao passo que Debret prosseguiu em direção a São Pedro do Rio Grande do Sul, atarefado em reproduzir o que via, parte valiosíssima do acervo adquirido logo depois da guerra de 1939 por Raimundo Otoni de Castro Maia, na casa Heymann em Paris. Somente nessa altura surgiu notícia da viagem, de que não se tinha idéia alguma, ilustrada por aquarelas relativas aos atuais Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As vistas do álbum que agora divulgamos jaziam, entretanto, na posse da família colateral do pintor, continuação do acervo anterior, provavelmente separadas das demais na impressão dos álbuns Didot por imperativos econômicos. Limitou-se, por esse motivo, o artista em publicar de preferência as concernentes ao Rio de Janeiro, que lhe pareciam de maior interesse para o grande público.

A descoberta desse restante foi sobremodo oportuna. Tanto o primeiro grupo de inéditos de Castro Maia, como o segundo dos condes de Bonneval, representam magnífica divulgação da iconografia do setor menos conhecido do Brasil Colônia e Brasil Império. Não fosse a estada entre nós de Debret, precedido por Tomás Ender, Mawe, Burchell, Brighton, Pallière e Hércules Florence, pouca iconografia disporíamos do planalto piratiningano. Constituiria lamentável hiato até meados do século XIX, à espera do aparecimento das estampas de Kidder e Fletcher e, principalmente, do estupendo panorama da capital de São Paulo de Eduardo Hildebrandt, para nos orientar de como eram as principais cidades da antiga capitania e seus habitantes. Na comparação desses tra-

balhos percebemos a fidelidade com que foram ruas, casas, monumentos e pessoas cuidadosamente reproduzidos, sem intervenção da perigosa fantasia que altera, quando não inutiliza, tantos documentos antigos.

A grafia dos nomes constantes do último álbum do artista, relativos aos sítios por ele visitados, é que deixa às vezes a desejar. Provavelmente provêm os enganos da má informação dos caboclos, dificuldades do francês compreendê-los e confusão até hoje existente a respeito de muitos nomes indígenas. Felizmente dispusemos de subsídio que faltou a Castro Maia, consistente na acurada análise do trajeto, enriquecido por comentários elucidativos do paranaense Newton Carneiro, emérito conhecedor da história do seu Estado. O novo lote de inéditos, complemento do vendido por Heymann, estava de posse do livreiro parisiense Nourry, indivíduo singular, especializado em bibliografia ocultista e práticas esotéricas, que em boa hora consentiu cedê-lo ao notável estudioso prodigiosamente versado em assuntos brasileiros, que foi o polímata Antônio de Almeida Correia. Vindo a falecer este paulista ilustre, passou o álbum por herança aos condes de Bonneval, os quais, cientes do subsídio que a sua publicação representa para a nossa iconografia e documentação histórica, não tiveram dúvidas em entrar em acordo com a Editora Nacional a fim de divulgá-lo a benefício de todos, especialistas no assunto, bibliófilos e curiosos de historiografia.

As aquarelas do álbum que vem a ser o quinto da série deixada por Debret, são em número de quarenta, desenhadas e aquareladas com intenção diversa das cenas do Rio, em que o autor queria proporcionar ao público europeu idéia geral de como eram as coisas e as gentes do Brasil, sem se ater rigorosamente à realidade. As da viagem, pelo contrário, relatam com louvável exatidão apesar de alguns deslizes, os sítios percorridos, cuidadosamente anotados, livres de quaisquer preocupações decorativas. Ademais, neste ponto, encontrou o pintor auxílio no seu pendor realista avesso ao vinco acadêmico e resquícius do artificialismo do século XVIII, ainda sensível aos pintores da época.

As aquarelas, de que nos ocupamos, foram reunidas em álbum pelo próprio Debret, indício do apreço em que as tinha. A disposição não obedece à ordem da viagem, fosse por descaso do encadernador parisiense ou por não se preocupar o cliente em colocá-las na seqüência da excursão. Apresenta nas primeiras folhas "Coritiba", quase junto de "Itapevas de Faxina", depois passa a

Parati ao sul da Ilha Grande, e assim por diante, em que baralha vistas tomadas na ida por terra com as da volta por mar. Encontram-se agrupadas por exceção as de São Paulo, em que rivalizou com os desenhistas seus predecessores, principalmente Pallière, em reproduzir com o maior cuidado o aspecto da cidade, onde notamos parecerem do século XVII as casas baixas desprovidas de acabamento nas fachadas, junto de algumas assobradadas do século XVIII, marca do progresso paulistano, revestidas de massa lisa de argila pintada com tabatinga.

Começou Debret a série por uma vista panorâmica conseguida da várzea, em uma pausa na marcha da tropa, quando os viajantes se preparavam para ingressar na povoação. Desenhada, porém, demasiado longe e em más condições para fazê-lo, é a mais fraca da coleção. Melhor se nos afigura a da ladeira do Carmo, junto do convento do mesmo nome, dominador das redondezas. Dizia-se em tempos idos, versão aceita por viajantes da vária nacionalidade, que a molecada acorria depois das chuvas para catar palhetas de ouro desprendidas dos barrancos, também encontradas nos sulcos deixados pelos carros de boi. Assim sendo, constituía auspiciosas boas-vindas a europeus acostumados a ver a América sombreada pela árvore das patacas, possuidora de riquezas fabulosas nas entranhas, fato repetido desde a entrevista dos marujos de Pedr'Álvares Cabral com os silvícolas donos da terra. À guisa de ornato para tão significativo trecho urbano, o pintor reproduz duas tropas semelhantes à sua, uma a chegar e a outra a partir, dirigida pelos mesmos "camaradas" descritos por Tomás Ender.

Logo além, desenhou Debret o famoso colégio dos jesuítas, arvorado em palácio do governo depois da expulsão dos padres pelo marquês de Pombal. O terreiro que lhe ficava à frente, hoje conhecido por Pátio do Colégio, foi visto pelo pintor da Casa da Ópera, teatrinho sito no ângulo direito de quem se colocasse de frente ao principal edifício. Aquele ponto abrangia vasta superfície em que Debret descreve a rendição da guarda, de bom aspecto, corretamente uniformizada, e no primeiro plano caboclos de volta de caçada nas vizinhanças, célebres pela quantidade e qualidade das perdzes. Na cena figura ainda um cavaleiro vestido de maneira comum no lugar, montado em ajaezado lombilho, igualmente comum em São Paulo e mais capitánias. Essa vista do reduto jesuítico assume particular interesse por dois motivos. Primeiro, por terem os padres empregado no planalto piratiningano elemento de construção facultado pela pegajosa argila das vizinhanças peculiar

na zona, motivo da diferença com as demais construções do litoral ou interior do Brasil colônia, de que o colégio era o mais importante exemplar. Segundo, pelas recordações suscitadas por aquela casa, centro outrora da educação da mocidade, conversão do genio, amparo dos escravos, a representar os mais relevantes artifícios da conquista lusa, delimitadora do Brasil de hoje.

Não menos curiosa é a vista da movimentada Praça da Sé, em que vemos a mais importante igreja da Paulicéia quase como a nossa geração ainda a conheceu, com uma só torre, sem a irmã, esquecida por falta de meios, carência causadora de pitoresca assimetria, dantes ornada pelas armas do reino, substituídas naquela altura pelas do Império. No primeiro plano vemos beatas a caminho da porta principal, mais as molecas que levavam o necessário para as damas assistirem às rezas; o templo desprovido de bancos, sentavam-se as mulheres à moda oriental sobre esteiras estendidas no piso, onde temos mais um reflexo da influência entre si das várias partes do imenso domínio colonial luso. No fundo da praça elevava-se a igreja de São Pedro, rodeada por sobrados setecentistas, centro mercante da cidade, ocupados no rés-do-chão por lojas e no andar superior pela gente de posses. Pouco além, na atual rua do Carmo, estava a mais tarde suposta casa do ricoço Gavião Peixoto, tida como a melhor da cidade. A respeito, contava-se que a marquesa de Santos, quando fora afastada do Rio de Janeiro para não turbar o segundo casamento de Pedro I tornara-se noiva do personagem e lhe extorquirá a doação do prédio, passando depois a outros amores. Daí dizer-se que “pela primeira vez uma pomba depenara um gavião”. No momento da visita de Debret, já devia ter começado o rendoso *flirt* para Domitila, cujo senso prático era extremamente desenvolvido.

A divertida anedota, repetidamente narrada por velhos habitantes de S. Paulo, parece, entretanto, pertencer ao rol das numerosas correntes no País, sem muito respeito à autenticidade. Era inevitável que assim acontecesse num meio pequeno como o Brasil no século XIX, em que logo se formavam lendas em torno de pessoas principais. A artimanha da marquesa para se tornar dona do casarão, por meio de noivado, se aparenta com o sem-número de invenções semelhantes à do carrapato na perna de D. João VI, ou a sua insaciável voracidade, sempre a levar coxas de frango na algibeira quando saía a passeio. Outras o davam como tão temeroso das terríveis tempestades do verão no Rio de Janeiro, que se ocultava debaixo da cama quando ribombavam trovoadas. A versão da casa da marquesa pertence ao anedotário paulistano do mesmo modo

que a da duquesa de Cadaval no Rio. Dificilmente é possível admitir aproveitar-se a fidalga possuidora de imensa fortuna em Portugal e na França, se prevalecer do costume da “aposentadoria passiva” que por oito longos anos molestara a população carioca, para se aproveitar da residência do capitão do porto da cidade. O mesmo se infere no caso da marquesa, naquela altura em vésperas de relações com o brigadeiro Tobias de Aguiar que na revolução de 42 se tornaria seu marido. Não atinamos como pôde se difundir a invenção e chegar a nossos dias a despeito das sábias investigações do Prof. A. d'Escragnolle Taunay, que publicou trabalho sobre o autor do *Divertimento admirável*, das raras manifestações literárias na província no século XVIII, o qual se não foi o construtor da casa pelo menos figura como um dos seus primeiros moradores quando o terreno descia até a Várzea do Carmo segundo mostra a aquarela de Pallière de 1822. Ademais, é muito conhecida a escritura da compra realizada pela marquesa à filha do brigadeiro Pinto de Morais Leme, cujo posto na milícia possivelmente causou a anedota da marquesa sempre às voltas com brigadeiros. Somente desta feita, ele era Pinto e não Gavião. Todos esses dizeres, são, contudo, interessantes como particularidades da vida do País no tempo em que Debret, observador atento de todos os seus aspectos, o percorria.

Nas construções já se notava em 1827, por surpreendente pareça em tão curto espaço depois da abertura dos portos, a penetração intensiva dos produtos britânicos na antiga capitania, afligida de difícil acesso, com lenta absorção de utilidades, sempre atrasada no uso de inovações de há muito conhecidas no litoral. Uma das demonstrações de mudança após longa hibernação colonial, consistiu nas sacadas em que as antigas grades de madeira, geralmente espalmadas ou torneadas, eram substituídas por outras de ferro estilo *Mayfair*, bairro elegante de Londres no tempo do Regente, amostra do sucesso da aliança luso-britânica inteiramente favorável à mais poderosa das contratantes. Tinham conseguido os aliados de S. M. F. fossem anatematizadas as rótulas, reminiscências do velho trato de portugueses com árabes, a fim de que cedessem lugar a produto feito em série no Reino Unido britânico. Na mesma altura apareceram as janelas de guilhotina, resultado de britânica influência, vantagens que particularmente escandalizavam aos concorrentes franceses, menos bem aquinhoados na distribuição de favores comerciais. As sacadas e balcões das ruas de maior trânsito passavam, graças à novidade, de pesadas armações de madeira a leves rendados metálicos, muito mais elegantes e preferíveis para

circulação de ar e luz nos aposentos de casas novas ou antigas modernizadas. Recebiam, também, à guisa de acréscimo decorativo, pinhas de ferro douradas, ou de vidro, verdes, amarelas ou azuis, dispostas nos cantos, que encantavam os donos e os transeuntes. Nesta praça da Sé à esquerda, temos em evidência no primeiro plano, junto à esquina da rua do Rosário (hoje 15 de Novembro), a casa em que se estabeleceria no Segundo Reinado o livreiro Garraux, com loja que marcou época, abastecedora do corpo docente e discente da Faculdade de Direito, instituição cuja inauguração seria sensacional acontecimento na antiga Paulicéia.

Não menos interessante é a vista de ponte sobre o córrego Anhangabaú, chamada pelos habitantes “do Lorena”, em lembrança do governador que a elevou a que Debret muda para *pont de Sainte Ephigénie*. O seu predecessor Tomás Ender também a reproduz, porém, apenas esboçada, ao passo que o francês a apresenta com todos os pormenores em aquarela onde se vêem janotas a espaiarecer depois da refeição da tarde, como se fossem os do Terreiro do Paço na corte entretidos em igual passatempo. Tencionava o pintor ainda lhes ajuntar *deux benedictins*, segundo escreveu à margem da pintura, alusivos à vizinhança da ponte com o mosteiro de São Bento, em cujo terreiro frente à igreja ter-se-ia colocado o desenhista. O inglês Brighton, pouco mais ou menos contemporâneo de Debret em São Paulo, também desenhou o viaduto, mas visto do lado oposto, voltado para o centro comercial. Ambos os desenhos nos levam a crer, dadas as coincidências entre si, situar-se o pontilhão algo mais distante de São Bento; portanto, próximo do início da atual avenida São João; pois indica Brighton a igreja do Rosário ali perto, no largo do mesmo nome, no alto da colina fronteira a esta via.

Na paisagem de Debret a ponte continua em linha reta em direção à igreja de Santa Efigênia que, pela exigüidade, sequer aparece no desenho, escondida à direita por construções. Do outro lado ajuntavam-se algumas casas baixas seguidas de quintais e pastagens. Nessa disposição aparece à direita, em direção ao atualmente chamado bairro da Luz, onde se nota certo desenvolvimento maior de construções, alto sobrado, presumivelmente do comendador Sousa Barros, opulento fazendeiro, que por largo espaço o habitou. Nesse casarão talvez teria nascido Maria Paes de Barros, falecida há alguns anos, com mais de um século, autora de memórias sobre a vida antiga de São Paulo, a qual, entretanto, não nos diz se a casa foi construída pelo seu pai ou se ele a com-

prou já feita. De qualquer maneira, trata-se muito possivelmente da mencionada no desenho na antiga estrada para Sorocaba.

Causava a cidade de São Paulo boa impressão aos visitantes, gabada pelos alemães Spix e Martius, que apreciaram a sua ordem e asseio. Chegaram a lhe conceder melhor aspecto como sede de capitania, às similares do País. Desfrutou, em consequência, no ano de 1817, de certo surto turístico, visitada por sábios, artistas e fidalgos de alto coturno, como o príncipe de Thurn und Taxis e conde Palfy, pertencentes à embaixada extraordinária da Áustria, enviada para o casamento da Arquiduquesa. Cabe perguntar, à vista da pacatez da cidade, tão distante de convívio com tamanhos personagens, onde encontrariam hospedagem. Ter-se-ia Debret abrigado na pousada em que estiveram Burchell ou Brighton? Na carência de bons alojamentos à disposição de estrangeiros mais exigentes, é muito admissível tratar-se da mesma. Por um desenho do segundo inglês, supomos situar-se no começo da atual rua Xavier de Toledo ou da Consolação, sobranceira ao ponto escolhido para mais tarde receber obelisco rodeado por escadarias. Nos dez anos entre as duas viagens não deveriam ter mudado muito na povoação dormente as acomodações para viajantes, além da reles hospedaria do português Bexiga junto à bica dos comboios de tropeiros, lugar desagradável, padecente de demasiada promiscuidade, barulhento e agitado, na confluência das estradas de Santo Amaro e Sorocaba. Haviam de preferir os “turistas” habitações melhores, talvez sempre as mesmas, à vista da desconfiança dos habitantes em abrigar estrangeiros.

Na continuação da viagem, desta vez não mais na esteira de Ender, prosseguiu o francês em trajeto análogo ao do patrício Augusto de Saint-Hilaire, possivelmente inspirado pelos mesmos informantes. No correr das jornadas Debret diariamente desenhava paisagem relativa ao lugar por onde seguia, adornada, segundo praticara um século e meio antes no nordeste brasílico o precursor Franz Post, com plantas, rochedos, arvoredos ou jacaré, como sucede diante da cachoeira de Sorocaba. No salto de Itu o sáurio é substituído por sucuris, uma de cada lado do rio. Em Itapeva temos no fundo a vila e, embaixo, caçador, cão e perdiz. Na vila de São Carlos, que alguns querem seja Campinas e outros recusam, aparece vista geral da povoação, já desenvolvida, muito maior do que se poderia pensar naqueles primórdios, merecedora por esta razão de ornatos julgados pelo pintor característicos do lugar. No primeiro plano, desenhou personagem vestido à maneira corrente na província entre a população branca. Traz sobre

roupa de brim poncho azul e na cabeça chapelão preto, em companhia de mulheres vestidas de manto sobre camisola (lembrações das imposições dos jesuítas, outrora decuriões dos habitantes e zeladores da pureza dos costumes), abrigo feito de baetão vermelho, geralmente tecido em Minas, e seguidas de pajem. A vista seguinte, de Sorocaba, traz igualmente casario no fundo e na frente, bois em descanso no pasto, providos de grandes aspas, perto de carro de transporte. Em São Francisco, muitas léguas de distância ao sul, agrupam-se à esquerda, num banhado, aves aquáticas, entre as quais se destacam garças no fundo verde da mata que recobre os morros vizinhos. Na Lapa temos a praça central pontuada de personagens e no restante do percurso — então pertencente à província de São Paulo — perto de Ponta Grossa, três índios de volta da caçada, parecidos com os do álbum Didot dedicado ao indígena. Em Curitiba difere a composição que apresenta com destaque figura de artífice como se fosse assunto principal da vista, absorvido em trabalho de reforma do ingresso de igreja, rodeado por profusa cantaria, reduzido o casario dos fundos a moldura da cena central. Distinguem-se, porém, ruas e casas mais importantes, descortinadas do alto, inesperado subsídio da maior oportunidade para o recente centenário desta próspera cidade. Da mesma região temos mais uma aquarela, examinada por Newton Carneiro, o qual indica onde se lê escrito à margem “Carros Curitiba”, deve entender-se “Fazenda dos Carlos, N. S. das Neves ou Tamanduá”, erro proveniente da carregada pronúncia local antiga, em que os *ll* passavam a *rr*, modificação parecida, se bem oposta às excêntricas dos *incoyables* da Revolução Francesa que não pronunciavam o *rr*. No mesmo teor evocativo e oportunidade comemorativa, na hora em que se inaugura o Museu do Ferro — da maior significação quando se expande a indústria siderúrgica no Brasil, espinha dorsal do nosso desenvolvimento futuro — consiste a interessantíssima vista de Ipanema, cuidadosamente descrita, prédio por prédio, oficina por oficina, armazém por armazém, inclusive a habitação dos médicos da empresa João Rennon e Gonçalves Gomide, mais depósitos e habitações da empresa que o governo de D. João VI considerava primordial para a colônia. No entender do seu ministério, os recursos ali investidos deveriam decisivamente concorrer para elevar o Brasil a grande potência.

Da antiga capitania de São Paulo, não longe da fábrica de Ipanema, escreve o autor em uma de suas aquarelas comentário curioso, por nós nunca dantes deparado em viajantes mas apenas em

documentos oficiais. Anota na margem tratar-se do ponto sito em “Limite de la Province de St. Paul et de la Coritiba”. Naquele tempo a região pertencia à quinta comarca paulista, expressa no sítio por um registro de cobranças fiscais. Mais tarde aquele pedágio serviu de limite entre as duas províncias, separadas à guisa de castigo, diziam doutos historiadores como Afonso d’E. Taunay, pela intentona do brigadeiro Tobias, a exemplo do que ocorrera em 1817 em Pernambuco. Mera presunção, mais atribuível a medida a conveniências de economia local e de ordem administrativa, em que a repressão entraria apenas como pretexto.

No povoado, perto dessa linha divisória, baliza entre os atuais Estados de São Paulo e Paraná, descrito como “Itapevas de Faxina”, vemos dois caçadores, dignos de reparo. Aparecem no primeiro plano da aquarela com nítido aspecto de “mamelucos”, dos tais que no século XVII se tornaram o flagelo das reduções evangelizadoras do Paraguai. Os estragos por eles cometidos valeram-lhes a alcunha, amostra do terror infundido a mestres e catecúmenos por suposta semelhança com os famosos mercenários do mar Vermelho. Impiedosamente caçavam indígenas para vendê-los à nascente cultura das capitâneas litorâneas necessitadas de braços. Não escaparia de Debret o prolongamento do costume presenciado na viagem, como muitas mais manifestações ocorridas na extensa zona apenas entrada em período de transformação. Ali se multiplicavam mestiços de índios do mesmo modo que no Rio de Janeiro para o Norte eram mais comuns os do negro, consequência da escassa colonização — no sentido romano do termo — da colônia por parte da metrópole de fraca capacidade colonizadora, tão-só interessada em “colonialismo”, ou seja, exploração intensiva dos domínios ultramarinos, em que fora precursora e modelo dos últimos grandes impérios modernos. Era insignificante a população branca do Brasil quando aqui chegou a corte fugida do invasor corso. Ocioso frisar, nessas condições, continuarem em diversas áreas do novo Império gentes, usos, costumes remotos, inesgotável alimento para a curiosidade do pintor.

Os caçadores mencionados nesta aquarela da quarta parte da obra de Debret, baseada na viagem ao Sul, são os mesmos constantes na estampa publicada em Paris na primeira parte pelos Didot. Apresentam-se os “mamelucos” com iguais casacos, compostos de tiras de tecido de diferentes cores, em que predominam o azul e o amarelo, assim como trazem à cabeça espécie de boné ou gorro de igual composição, produto de alguma índia provida de noções de arte de costura. Na aquarela inédita a cena decorre num des-

campado, porém, na litografia, figura em mata virgem, em que um ribeiro é atravessado por enorme tronco de árvore caído, a servir de ponte para caçadores que arrastam consigo mulheres indígenas, de mãos atadas e prole às costas. Nas duas vistas os mamelucos estão em semelhante posição, de perfil, a exhibir igual fisionomia inexpressiva, pometos salientes, olhos oblíquos e bigodes caídos de cada lado da boca, a revelar origem extremo-oriental no gênero da imagem corrente na época a respeito de mandarins do Celeste Império.

A coincidência, somente agora demonstrada, graças à descoberta dos inéditos do viajante, certifica que os índios e mestiços da obra publicada não são produtos da fantasia e habilidade do autor, a transformar indivíduos encontrados nas ruas do Rio de Janeiro em silvícolas ainda primitivos, como os botocudos cavaleiros por ele descritos e outros personagens do volume dedicado ao índio. Tampouco os aventureiros tintos de origem charrua ou minuano, dignos de Mayne Reid ou Fenimore Cooper, negociantes de cavalos e muare vistos ao acaso de longas caminhadas, principalmente de Sorocaba a São Pedro do Sul, foram inventados ou exagerados por Debret. São todos reais, homens e mulheres, mestiços e selvagens, civilizados, semi-civilizados e por civilizar, cuidadosamente descritos com os seus ornatos, armas e mais recursos, como se o artista adivinhasse o interesse que mais tarde suscitariam ao pesquisador do passado naquela extensa região, destinada a ser em pouco a mais importante do Império. A descoberta dos inéditos de Debret das coleções Castro Maia e Bonneval atestam indubitavelmente o cuidado do artista.

Na volta para o Rio, Debret preferiu via marítima, que lhe impediu de rever São Paulo, mas proporcionou oportunidade para reproduzir vilas e paisagens da orla costeira. Sucessivamente esteve em São Francisco, Paranaguá, Guaratuba, São Sebastião, aparentemente no mesmo ponto onde seu predecessor Chamberlain desenhou com exagero os morros de Vila Bela (assim escreveu no verso), vistos pelo francês muito mais baixos. Continuou o navio em que ia, para Ubatuba, que deve ser a paulista, não a paranaense, porquanto se encontra inserta no álbum entre as vistas de São Paulo e Rio de Janeiro, mais Sepitiba e Parati, sito este, nos dizeres da margem da aquarela, ao sul da Ilha Grande, além de algumas vistas apanhadas de longe, a alternar com outras mais próximas, onde se pode ver, como em Ubatuba, casas, capelas e pormenores dos morros dos fundos. No conjunto nada há sobre o Rio Grande do Sul. Deteve-se o álbum em São Francisco, dei-

xadas as referências às províncias da fronteira à continuação das vistas de viagem descobertas por Heymann, antiquário mato-grossense recém-falecido, cuja casa na rue Arsène Houssaye em Paris era procurada antes da Segunda Guerra Mundial por interessados em documentos sobre o Brasil.

As vistas panorâmicas sobre Ipanema, Sorocaba, S. Carlos, "Itapevas de Faxina", segundo grafa o autor, Ubatuba, Parati, Ilha Grande, despertam atenção pela maneira como soube Debret evocá-las, em reduzido espaço, quase miniatura, onde figuram ruas, praças, igrejas, casas baixas e sobrados, meios de transporte e ranchos da periferia, no meio de pastagens. Igualmente curiosa é a vista da enseada catarinense cujo nome Debret estropia Ytupacoro, onde figuram barcos que arrastam ainda em 1827 baleias arpoadas e mortas para os armazéns da costa. Nas andanças, forte impressão devia o europeu ter sentido ante a terrível "coivara" presenciada em São Paulo, método de preparação de cultura usado pelos indígenas, em que dezenas de alqueires de terra recoberta de vegetação eram estorricadas pelo fogo para facilitar amanho de alguma plantação de pequenas proporções por falta de agricultores. O sistema vinha da tradição do "caboclo", parente do "mameluco", compelido por meios primitivos em manter o atraso da agricultura colonial, agravada pela sofreguidão do homem branco interessado em conseguir o máximo provento com mínima despesa, no mais curto prazo. Outro pintor contemporâneo do francês, Hércules Florence, abismou-se na mesma quadra e sítio, ante espetáculo que também reproduziu, tanto lhe devia parecer espantoso.

Mas o lado da viagem do maior pitoresco e duros efeitos para os artistas, consistia nos recursos, ou falta deles, da viagem a lombo de mula. Além de intermináveis caminhadas sob sol ou chuva, apenas abrigados por expedientes de fortuna em momentos mais prementes, a dormir sobre couros de boi estendidos no chão, ou em redes dos ranchos de pouso do caminho, sobrevinha o incômodo cercado de real perigo, quando vadeavam cursos de água repentinamente engrossados por temporais. Perdera a vida em uma dessas ocasiões o jovem Adriano Taunay ao atravessar o Guaporé e Tomás Ender por pouco também era vítima de afogamento no Piraí, na capitania do Rio de Janeiro. Reproduz Debret uma dessas molestas travessias no rio Jaguaricatu pela tropa em que ia. O mesmo ocorre no álbum de Steinmann, sem nome de autor, repetido em outros trabalhos anônimos, tal a importância da arriscada operação decorrente da ausência de pontes, até hoje sensível na imensidade brasílica.

Terminada a excursão, única de que temos notícia, se bem haja indício de anteriores, novamente o artista “na corte” foi recebido por mais uma verrina de Henrique José da Silva, publicada no *Diário Fluminense*, no fim do agitado ano de 1827. Vinha à luz, à guisa de boas festas oferecidas por incansável adversário, cuja pertinácia era mantida pela pior das determinantes. Não renunciava o português em destruir o projeto de reforma apresentado em 1824 por Debret ao governo. Repisava o argumento de que era inútil, pois apenas repetia matéria existente nos estatutos. A verdadeira razão que a inspirara, afirmava veemente, residia em conluio de Debret e Grandjean de Montigny para expulsá-lo da direção. Donos da Academia, daí por diante poderiam perpetrar à vontade os piores abusos. Estes eram sem conta, inadmissíveis, intoleráveis, useiros os incriminados professores em abandonar as aulas para tratar de interesses particulares, posto fossem pagos pelo Tesouro para dar lições. Incumbiam alunos de sua predileção para durante a ausência dirigir trabalhos e distribuir serviços, com grande dano para o ensino.

Respondeu logo Debret aos alevies apoiado por Grandjean e Félix Emílio Taunay. Repelia o adversário com afirmações irrespondíveis rigorosamente exatas. Não procurava impor estrangeiros na direção, tampouco tentava destruir estatutos por ele mesmo elaborados. O que reprovava era Silva querer transformar a Academia em curso primário, como o de Lisboa, empecido por obrigações de lições de desenho, subministradas por ele, Silva, durante três anos, maneira de paralisar os cursos. Estes se encontravam em condições lamentáveis. No ano que findava viera Manuel Porto Alegre estudar no Rio. No seu dizer estava a Academia, por obra do inimigo dos franceses, “em caos incompreensível de desordem e ódios recíprocos”, de que apenas se salvavam justamente os cursos combatidos pelos portugueses cada vez mais agressivos, a se manifestar nas gazetas por intermédio de Cavroé, cúmplice mandatário de Henrique José da Silva.

Por felicidade, no momento não existia mais a antiga corte impressionada por intrigas a pintar os membros da missão como perigosos agitadores, nocivos à segurança do regime. Restava, entretanto, certa desatenção à Academia, absorvidos na hora governo e parlamento em melhorar as condições do ensino. A idéia de universidade aventada pelo corpo de comércio do Rio de Janeiro na chegada da corte joanina ressurgiu por obra da nova classe dirigente brasileira, e foi amplamente discutida na Câmara dos Deputados. Incluiu-se, como era natural, nos propósitos a

Academia de Belas-Artes, porém combatida pelo influente Antônio Carlos de Andrada, o qual, à vista do mau estado das finanças nacionais, opunha-se à sua presença no projeto. Argumentaram os partidários do Instituto do conde da Barca justificar-se a inclusão da Academia no ensino oficial tal como a tinham organizado, por atender premente necessidade não só de belas-artes como também de offícios. À vista da opposição do grupo Andrada, reforçado pelas artimanhas do diretor Silva, resolveu Debret pôr em prática o que de há muito almejava. Consistia em resolver um dos absurdos do regulamento, o qual vedava — não se sabe por quê — figurassem em pública exposição o trabalho de mestres e alunos. Repetiria o que se praticava em Paris desde o reinado de Luís XVI, tão-só proibido no Rio por não convir ao diretor privado de discípulos.

Era, em summa, a reedição do *Salon* parisiense distribuidor de prêmios e divulgador de talentos, da maior utilidade para informar governos, parlamentares e público acerca das realizações do ensino acadêmico. Conseguiu Debret, com o auxílio de Porto Alegre, passado às funções de “agente de ligação junto a poderes oficiais”, tornar sem efeito a estranha medida, finalmente obtida sua revogação em 1829, seguida da mostra que ele tanto ambicionara, a despeito da vacilação do conselheiro Biancardi, cético a respeito de sua validade. Brilhou a classe de pintura, a começar por Debret, que expôs quatro trabalhos, além do retrato do conde da Barca. O seu futuro substituto, Simplício Rodrigues de Sá, expôs bustos e retratos; Porto Alegre, treze telas; o francês Alfonso Falcoz, oito; José da Silva e Arruda e Francisco de Sousa Lobo, cada um três; Domingos José Gonçalves de Magalhães, Antônio Pereira de Aguiar, Marcos José Pereira, José Correia de Lima, José Clímaco e outros figuraram com pinturas, cópias e esboços. Na classe de paisagem de Félix Emílio Taunay, que pela primeira vez exhibia alunos, expuseram Job Justino de Alcântara, Joaquim Cabral Teive e Frederico Guilherme Briggs que não tardaria a se estabelecer no Rio com litografia especializada em divulgação de paisagens e coleções de tipos de rua, então muito em moda, desenhados por um tal Lopes, de quem, no entanto, não existe quase notícia.

Nas outras classes de missionários e artistas a eles conexos não foi menor o entusiasmo. Marcos Ferrez apresentou bustos de personagens, tais como da Imperatriz Amélia, trabalhos vários em que entrava de colaboração com o irmão, e baixos-relevos da fachada da Academia. O seu construtor, Grandjean de Montigny, e

os treze alunos que o seguiram, brilharam com mais de cem projetos, estudos, plantas, pormenores arquitetônicos do mais subido efeito. Tamaña pletora tornava-se esmagadora para Henrique José da Silva, apenas provido de um aluno, classificado como “incauto” por Afonso d’Escragnolle Taunay, vingador de sua família. Mais feliz foi o santeiro português Alão, que se apresentou com quatro alunos, remanescentes do finado Augusto Taunay. A repercussão foi de tal modo favorável aos expositores, que representava pá de cal nas pretensões dos inimigos da missão, daí por diante sem forças nem argumentos para turbá-la.

Logo começaram a se manifestar os resultados da mostra, beneficiados muitos alunos de Debret. Orgulhavam-se de suas lições Francisco Pedro do Amaral, elevado a pintor da Casa Imperial, cargo em que passou a colaborar com o hábil arquiteto Pезerat nas obras de reforma e decoração do paço e da casa da marquesa de Santos, ambos em São Cristóvão; o português Simplício Rodrigues de Sá, de primeiro nomeado pintor da corte, foi mais tarde professor de desenho dos filhos de Pedro II e sucessor de Debret na Academia; José de Cristo Moreira, também português, tornou-se lente substituto de desenho na Academia dos Guardas-marinhas, autor de paisagens do estuário e cenas de rua cariocas, aproveitadas por artistas estrangeiros nas vistas que fizeram da Guanabara; Francisco de Sousa Lobo chegou a ser apreciado professor de desenho e pintura da mocidade fluminense; José dos Reis Camargo especializou-se em vistas e flores do Rio, mais tarde também lente de desenho na Academia Naval; e José da Silva e Arruda morreu no posto de secretário da Academia de Belas-Artes, a constituir o grupo de artistas agraciados pelos poderes públicos, aos quais poderíamos juntar Gonçalves de Magalhães, depois passado ao corpo diplomático, os irmãos Mueller retratistas e paisagistas, e Manuel de Araújo Porto Alegre, que se formaram no âmbito acadêmico.

Perderam nesta fase Silva e companheiros no terreno administrativo o apoio que desfrutavam no tempo de Targini, marquês de Aguiar ou Vilanova Portugal. Tinham de se haver agora com dirigentes às vezes irritados pelas veleidades recolonizadoras manifestadas pelos reinóis, contidos no mau humor do começo do reinado de D. Pedro I tão-só porque não contavam com bastantes elementos nacionais para na geral improvisação administrativa prescindir de estrangeiros. Os tempos, porém, mudavam, assim como as condições do País. Influía também no prestígio dos franceses o entusiasmo que o *Salon* despertara no paulista visconde de São

Leopoldo e numerosos parlamentares. Podia Debret empreender livremente reformas e a execução do projeto de 1824, sem os irritantes tropeços provocados por desafetos, na hora em que depois de dez anos de esforços contínuos começara a dar frutos o labor da Missão Artística.

Acentuara-se assustadoramente no País oposição a D. Pedro I, considerado mais português do que brasileiro, propenso a pospor o bem da nação a interesses dinásticos, muito mais autoritário do que modelo de monarca liberal segundo figurino da moda política reinante. Porfiavam nacionalistas exaltados, tanto no Rio como nas províncias, em promover agitação empeçonhada pela difícil crise financeira do Tesouro; mal-estar da economia privada; efeitos da partida da corte joanina para Lisboa; despesas com a guerra no Sul e ruinosos embaraços ao tráfico negreiro do qual dependia a atividade produtora do Império suscitados pela Grã-Bretanha. Insistiam os representantes britânicos no congresso de Verona, sob pressão dos negociantes da City, em equiparar essa mercancia com pirataria, medida visivelmente ditada por intenções colonialistas destinadas a favorecer os domínios de sua G. M. à custa de incômodos concorrentes. De modo inesperado opôs-se no conclave aos britânicos o enviado francês, visconde de Chateaubriand, pelo fato de ser filho de um negreiro de St. Malô. Infrutiferamente, no entanto, porque a hegemonia dos britânicos nos mares não permitia oposição ao que resolvessem a benefício de suas possessões, e, se possível, em detrimento de concorrentes. No caso, pouco importa saber se a imposição revestida de caráter humanitário, em realidade correspondia à aparência. O que ao depois se verificou, através dos inquéritos realizados no próprio Parlamento Britânico relativo ao tráfico, era consistir o verdadeiro escopo da repressão vedar o progresso de concorrentes como o Brasil. Por sinal, mesmo do ponto de vista filantrópico, a vinda de cativos de guerras africanas transformados nas Américas em agricultores, representava a salvação de suas vidas, pois, se permanecessem por muito tempo nas praias de embarque à espera de barcos negreiros, seriam devorados pelos captadores, não só pelo receio de levantes, como também em consequência das fomes periódicas locais.

Amargurara-se igualmente o ânimo do Imperador, contrariado por obra do destino dos dois lados do Atlântico. Fora infeliz no Prata por falta de recursos sonantes: não conseguira sólida afeição dos brasileiros; era combatido por Bolívar na política sul-americana e na interna pela nova classe dirigente. Surgiam, para mais, nas cidades do Império, violentos panfletários, de modesta

origem, avessos à antiga ordem, imbuídos de idéias correntes na Europa e dos princípios da democracia norte-americana, que iam assumir papel decisivo nos acontecimentos. D. Pedro, sem apoio da classe dos filhos de ricos mercadores do litoral e de fazendeiros do interior — a despeito de lhes conceder títulos de nobreza e atraí-los ao Parlamento e governo, muitos de tal modo tintos de nacionalismo que desandavam em tomar nomes indígenas, como demonstração de hostilidade aos antigos mentores — sentia-se sem meios de reinar segundo os impulsos que o moviam.

Não menos desalentadoras eram as notícias chegadas do reino. Repelira o mano Miguel todas as tentativas conciliatórias do mais velho acerca da sucessão do trono luso. Escassamente lhe interessava torna-se Príncipe Consorte em regime liberal que abominava, casado com a sobrinha fisicamente parecidíssima com D. João VI Alçara-se, daí, a líder do absolutistas portugueses, aplaudido pela alta aristocracia e pela agitada rainha Carlota Joaquina e seus parciais, não muito numerosos mais atívisimos. Amadurecera, nessas condições, no espírito de D. Pedro I, a intenção de abandonar o Brasil e reconquistar Portugal. Na América deixaria o filho, o morgado braganção, e na Europa combateria pelas armas aos que chamava traidores, para no trono do Afortunado colocar a filha, D. Maria da Glória. Facilitava-lhe a execução dos planos no Rio de Janeiro o preclaro José Bonifácio, recaído em graça depois de desentendimento que todos deploravam e procuravam esquecer, personalidade ornada de bela inteligência, vasta cultura e elevadas virtudes. Em Lisboa também encontrava auxílio no movimento liberal antiabsolutista à espera de quem o dirigisse para chegar ao poder.

A situação no Rio agravava-se, no entanto, de minuto a minuto. Na esteira dos panfletários e outros elementos dos chamados intellectuais da pequena-burguesia à cata de posições, sobrevinham como sempre agitadores da mais baixa casta, fautores de calamitosa desordem. O excesso de liberdade, decorrente do regime, desandava em licença e tumulto, num meio mal preparado para desfrutá-la. Fácil imaginar a comoção sentida por Debret ao presenciar os sucessos deflagrados à volta do Império que vira nascer. Assistira em França, durante a república e sangrenta atmosfera do Terror, como se expandiam delírios populares e, por fim, o advento do bonapartismo, que abraçara com entusiasmo impellido pelo parente David. Assistia anos depois no Rio de Janeiro a manifestações semelhantes, discursos inflamados, escritos subversivos, opiniões

irremovíveis, frutos de exaltação coletiva que pareciam transportá-lo a muitos lustros atrás.

Crescia a agitação, cada vez mais ardentes em 1831 os ânimos nativistas, que debalde tentara o Imperador acalmar com mudança de ministério. Havia inquietação geral no Rio, atemorizados os moradores lusos pelos insidiosos manejos dos interessados em águas turvas, os quais prometiam, a troco de sua ascensão ao governo, permitir que a cidade fosse entregue ao populacho. Piorava a situação o estado de indisciplina das forças armadas e a disparição da polícia. Celebrou-se, em fins de março daquele ano, festa em São Cristóvão, dedicada ao corpo diplomático, que decorreu fúnebre. Segundo um francês presente, impressionara desfavoravelmente, “à cause de l’absence des étrangers généralement restés chez eux; de celle des Portugais qui craignaient d’être attaqués et de celle des Brésiliens qui n’y ont pas paru par esprit d’opposition”. O mesmo informante ainda mais se impressionou ao ver na cidade despolicada o afluxo de pretos em torno de oradores na praça pública, ao depois concentrados no campo de Santana.

Um certo receio inspirado pelas esquadras francesa e britânica surtas no porto, algo continha os desordeiros. A chegada, por mero acaso, de mais alguns vasos das mesmas nacionalidades deu a impressão de que tinham sido convocados como reforço, no intento de intervir em ocorrência de conflitos armados. Repentinamente, 7 de abril de 1831, apareceu às duas da manhã a bordo da capitânia francesa o marquês de Cantagalo, vedor da Casa Imperial, à procura de ajuda para urgentemente embarcar os imperantes, a futura Rainha de Portugal e o seu séquito. Em consequência, depois de alguns entendimentos entre os militares franceses e britânicos, foram provisoriamente para o navio de s. g. m. *Warspit*, assim como grande quantidade de bagagem. Confiavam-se os governantes à proteção de forças que as maiores potências navais da hora desde algum tempo mantinham na agitada América do Sul para resguardo de seus interesses. Em consequência foram franceses e ingleses incumbidos de mais algumas medidas a favor dos retirantes, à vista da anarquia existente no País.

As notícias a respeito chegadas aos ouvidos de Debret dão bem idéia da situação: “Les deux capitaines des vaisseaux amiraux trouvèrent le Palais abandonné par les troupes, et la famille Impériale dans une consternation qu’il est aisé de se figurer: ils s’embarquèrent d’abord avec les effets les plus précieux; mais il

restait une énorme quantité de bagage qui était à la merci du premier venu et dont il semble que personne ne prenait soin. On fut obligé de faire plusieurs voyages à St. Christophe, pour enlever tout ce qui devait être emporté; et bien que le peuple fut toujours en révolte, ces allées et venues s'exécutèrent, non seulement sans obstacle, mais avec l'approbation manifeste de tous les Brésiliens qui étaient présents; témoins de la confusion du déménagement et de la rapidité avec laquelle il s'exécutait, ils n'apprirent pas sans étonnement, que les diamants en grenier et foule de bijoux précieux avaient passé par des mains de plus de 200 hommes du *Warspite* et de la *Dyade* sans qu'il en manque un seul.

Dom Pedro était embarqué ainsi que sa famille; la Régence en fonctions, le nouvel Empereur accepté", tudo aparentemente em vias de voltar à ordem, como desejavam "les Brésiliens de bonne foi". Entretanto, havia demasiados indivíduos desejosos de se prevalecer dos acontecimentos em proveito das ambições. "D'abord les Républicains, qui faisaient le fond de l'insurrection; en second lieu les mulâtres et les noirs voulaient absolument le pillage; et la troupe, qui avait brisé tous les liens de la discipline, le demandait également", os quais obrigaram a Regência a recorrer a medidas dilatórias e artificios de todo gênero "pour contenir cette foule avide et feroce". Providencialmente chegaram a tais fragatas britânicas e francesas para maior susto dos que se encontravam no campo de Santana, ponto de encontro dos subversivos. Não menos útil era a presença de D. Pedro I no porto, causa de oportunas incertezas e perplexidades, temerosos os insurrectos que ele voltasse a palácio com auxílio das forças estrangeiras, argumento para a Regência atemorizar os mais agitados e impor medidas.

Pendant que ces mouvements avaient lieu à terre, l'Empereur s'occupait de nommer un tuteur à son fils. Il était tombé sur un ancien Ministre J. Bonifacio de Andrada e Silva, homme politique connu par son attachement aux doctrines nouvelles, autant que par une rare probité; influent d'ailleurs au Brésil par lui et les siens, et qui était de beaucoup le personnage qui convenait le mieux à la place. Ce choix déclaré, s. m. fit des adieux aux Brésiliens par une proclamation pleine de mesure et de dignité".

Debret assistia às vezes constringido àqueles acontecimentos. Mudara desde quando moço admirava o primo David e acatava as suas opiniões. Apreciara D. Pedro I como outrora Napoleão, pelos mesmos motivos, o soberano sempre solícito em protegê-lo e

visivelmente muito mais lhe atenderia assim como aos missionários, não fosse a presença no Rio de José da Silva, seguido por inumerável família e ávidos companheiros. Inclina-se agora muito mais pela prudência do velho Taunay, avesso aos desmandos da Grande Revolução, do que por idéias de parentes interessados em auferir proventos das circunstâncias. A partida de D. Pedro I encontrou o artista de malas feitas. Amava os brasileiros mas descreia do seu futuro, impressionado — como todos os europeus — pelas dificuldades que se lhes deparavam na elevação do Império. Em poucos anos sofrera o país duas sangrias financeiras arrasadoras, na partida de D. João VI e na de seu filho, equivalentes ao completo esvaziamento dos cofres públicos. Perdiam os antigos súditos, dessa maneira, o principal meio de consolidar a Independência, ao mesmo tempo que se multiplicavam e agravavam os seus problemas.

Na época, viajantes de passagem pelo Rio mostravam-se descrentes de o Império conseguir se manter. Fossem superficiais, como Victor Jacquemont, ou conhecedores do Brasil, como Saint-Hilaire, abismavam-se com as dimensões do intento e falta de meios para realizá-lo. Receavam a ambição colonialista européia; revolta de escravos como sucedera em São Domingos, e inexplicavelmente ainda não estourara em todo o Brasil; pressão da Grã-Bretanha nos negócios internos e externos, prepotente em impor os seus produtos e contrária ao desenvolvimento agrícola dependente de braços negros, e muitos mais empecilhos a se multiplicarem na única monarquia das Américas. Estava fadada, em sua opinião, a desmembrar-se em repúblicas nas antigas capitanias, apartadas por imensas distâncias e falta de comunicações entre si, não raro de interesses contrários às vizinhas, com risco de cair nas garras das grandes potências marítimas da Europa. Não podiam, nessas condições, franceses e outros prever o milagre que alcançaria a nova classe dirigente, formada pelo mesmo molde coimbrão, fator decisivo da unidade dos primeiros anos do Império.

Algum desânimo também deveria sentir quem depois de quinze anos de magistério fora constantemente empecido nas resoluções. Intervinha também o sentir nostálgico da pátria que deixara sob momentâneo travo, ferido em ideais e convicções, que não tinham mais razão de ser. O tempo amortecera embates, modificara ambientes, diluíra paixões, mudada a política sob outro aspecto em França depois da queda dos Bourbons. Apresentava-se diferente o meio parisiense sob governo que tudo envidava para agradar gregos e troianos. Até a memória do corso era reverenciada pelo novo regime, no afã de evitar os erros de Carlos X agravados pelos “ul-

tras". Passavam daí os bonapartistas, dantes vigiados pela polícia, a cidadãos benquistos pelo rei dos franceses (não mais soberano pela graça divina) cujo emblema era o livro aberto da Constituição, ao invés das flores-de-lis. Nessas condições deixava a situação de apresentar para o artistas motivos de amargor, substituídos por fagueiras esperanças em melhores dias.

Adquiriam, com a mudança, particular sedução os convites dos parentes de Debret, ansiosos por vê-lo de volta a Paris. O irmão arquiteto gozava de invejável conceito no público e no governo. Acompanhara a atitude dos mestres Percier e Fontaine servidores dos legitimistas, talvez por ser mais moço que Jean-Baptiste, menos influenciado pelo regime napoleônico e pelos seus incensadores. Recebera importantes encomendas, uma das quais fora restaurar os túmulos da catedral de São Dinis, panteão dos Bourbons, estupidamente profanada pelos *sans-culottes*, destruidores de monumentos de insignes artistas de várias épocas. Outras encomendas receberia, a ponto de se tornar arquiteto em moda, como sucedeu ao ser escolhido para incumbência de sabor, por assim dizer, mundano, ligado à corte e sob sua inspiração. Ainda era a ópera do século XIX o principal divertimento da alta aristocracia, espetáculo que em Paris funcionava oficialmente na rua de Richelieu. O assassinio do duque de Berry na porta da casa de diversões consternara a corte e impusera, por motivo de segurança dos Príncipes, que se mudasse para outra, chamada Salle Favart. Porém, acanhada e imprópria para comportar numeroso público, destinada a representações de comédia como sucessora da Comédie Italienne e não espetáculos necessitados de grande encenação. Foi, daí, preciso elevar novo edifício no *square* Louvois, confiado a François Debret, o qual se saiu muito bem da incumbência pela habilidade com que aproveitara na nova sala a artística ornamentação e iluminação da antiga.

Dois meses depois da partida de D. Pedro I, embarcava Debret de volta à França em navio do almirante Grivel, na companhia do diletto discípulo Porto Alegre, que seguia como bolsista para estudar na Europa e ia-lhe servir de ajudante nos trabalhos sobre o Brasil. Incluía na bagagem enorme acervo de notas, desenhos, esboços, paisagens, retratos e mais elementos necessários a projeto provavelmente acalentado já antes de desembarcar na Guanabara. Não houve costumes, tradições, hábitos profanos e religiosos, ainda em ínfimos pormenores, que lhe escapassem da observação. Todas as atividades do carioca figuram no rol, mais as do habitante das capitâneas, brancos, índios, pretos e mestiços junto de

alienígenas de todas as partes do mundo encontrados na viagem ao Sul e nas ruas do Rio de Janeiro, atraídos pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Uns após outros recebiam devido registro para melhor servir ao intuito, atentamente joierados na apaixonante reconstituição de corte européia transferida com todos os pertences para o trópico, sem nada perder do aspecto convencional e obsoleto, mesquinho nas condições e grandioso nas intenções, inclinado como fora o soberano a erigir magnífica sede do seu império na imensidade deserta da América.

Incansável se mostrara Debret em catalogar cenas e subsídios pitorescos sobre aquela estranha justaposição de cerimonial áulico refulgente de cores vivas de uniformes e trajes de gala, realçado pela moldura constituída pela massa da escravaria. Que melhor assunto para ser exibido a europeus sequiosos de informação acerca do Jardim das Hespérides surgido além-oceano! Havia curiosidade no Velho Mundo no que dizia respeito à América, e, supunha o artista, elemento algum poderia informar de modo mais completo e fiel do que o trabalho ideado. Proporcionaria o *quantum satis* dados sobre a terra, clima, natureza, gentes e condições de vida. À respeito, devia constar profusa correspondência enviada a amigos, e principalmente parentes, por Debret, em quinze anos de estada no Brasil. Quisemos aqui reproduzi-la, mas nada conseguimos, porque os seus últimos primos, os mesmos que sucessivamente venderam desenhos inéditos a livreiros e antiquários, desapareceram no correr da indagação e ao invés de cartas do pintor, apenas recebemos *lettre de faire part de décès*.

Talvez mais tarde seja possível encontrar algumas cartas pertencentes à correspondência com amigos, porém, de informação certa só pudemos saber como Debret, chegado a Paris, onde o esperavam o irmão e o sobrinho, pôs imediatamente mãos à obra. Consagrou-se ao que seria o coroamento de longos anos de trabalhos profícuos. Dirigiu-se inicialmente ao estabelecimento Thierry Frères, rivais do notório alsaciano Engelmann — propagador de novos métodos de litografia artística — o qual na mesma época gravava outra grandiosa divulgação nossa de autoria do alemão Maurício Rugendas. A impressão coubera à casa Didot, dirigida pelos descendentes dos que elevaram, nas pegadas do Fleischmann, a tipografia parisiense à altura dos Baskerville de Inglaterra ou Bodoni na Itália. Parte das estampas tinham sido gravadas pelo seu companheiro na missão, o hábil Pradier, e preparadas, no tocante aos personagens, pela viscondessa Desportes, a fim de facilitar o trabalho do autor, segundo costume do tempo. Como vemos, reunira o antigo missio-

nário o que havia de mais indicado para conferir a melhor qualidade possível ao seu projeto.

A tarefa empreendida era imensa. Necessitava Debret preliminarmente de escolher no monumental acervo o que parecia mais característico para dar, ao europeu em geral e ao francês em particular, idéia de como era a região descrita sob título *Voyage pittoresque et historique ao Brésil*. Pensamos, a propósito, que as aquarelas do álbum Castro Maia e da presente coleção Bonneval se destinavam a publicações posteriores. Os recursos obtidos com a venda do primeiro lote dariam, no temerário cálculo do autor, para as despesas dos seguintes. Fatores vários concorreram em desvanecer esperanças. A instável situação política da França, dificuldades financeiras do Brasil — onde as regências patrioticamente impunham severas restrições em gastos públicos além de severas economias — afetavam a venda de álbuns tidos pelo grande público europeu como de interesse estritamente regional. Só podia prosseguir a publicação através de subscrições oficiais, impossíveis naquela hora. Ainda assim, não obstante inúmeras dificuldades, logrou Debret a impressão do primeiro volume dedicado aos índios. Apareceu em 1834 e compreende a parte menor da obra, onde vemos, graças à divulgação dos álbuns de Castro Maia e principalmente do Bonneval, o cuidado da documentação colhida na viagem ao sul, não só concernente a aborígenes puros, como mestiços chamados “caboclos”, outrora conhecidos como “mamelucos”, vistos pelo trajeto, com as esposas, criadores e negociantes de cavalos, a ostentar preocupações de elegância nos trajes e nos arreios das cavalgaduras, que nos proporcionam talvez imagem de antigos avoengos espantelhos dos missionários religiosos, imprescindível elemento da conquista do interior da lusa colônia cujos limites foram por eles magnificados. Aparecem também no Rio índios pertencentes à arma de artilharia e índias no mister de lavadeiras, presença explicável por ainda haver aldeia de preservação e conversão de indígenas num recanto da baía de Guanabara.

No restante do volume juntou Debret pormenores da sua primitiva cultura, sem muito valor hoje em dia para os estudiosos do assunto, porquanto preferiu os aspectos curiosos que alguns apresentavam, sem indicar as tribos de onde provinham. No entender do autor, aquilo se reduzia a “cousa de índios”, encarada somente como subsídio decorativo para artistas à procura do pitoresco. Quanto ao silvícola, figura no máximo como herói de lendas e declamações de poetas condoreiros e outros interessados em narra-

tivas livrescas ou bailados exóticos ao gosto da época, porém excluído de maiores preocupações pelo fato de se mostrar no terreno prático inassimilável ao trabalho nos moldes europeus, causador de problemas de difícil solução para os que pretendiam aproveitar-lhe o braço no desbaste da terra.

Maior cuidado inspiraram a Debret os negros do segundo volume, aparecido no começo do ano seguinte. Deu-lhes o justo valor num meio em que o africano constituía primordial elemento da produção, sobre cuja atividade repousavam lavoura, artesanato e comércio do Reino Unido luso. Pinta-o nas mais variadas atividades: pajem de cigano barganhador de escravos e de cavalos, carregador de fardos, serviçal em casas particulares, músico, barbeiro, faxineiro, servente da terrível Alfândega, barqueiro, pedreiro, sapateiro, boleiro, despejador de *tigres* (sucudâneo de esgotos), auxiliar de botânicos e naturalistas incumbido da coleta de material ao depois remetido a estabelecimentos científicos da Europa. No conjunto também se encontravam significativas cenas de casamentos e batizados de filhos de escravos em obediência aos ditames da Igreja Católica.

O valor das observações de Debret reside não só na maneira de ver o todo e o pormenor mormente certas peculiaridades geralmente omitidas por observadores, tais como modos de transporte de fardos ou divertimentos, como ainda no realismo que o inspirava. Nesse ponto diferia dos demais pintores que na mesma época se encontravam no Rio de Janeiro. Distanciava-se do *ainé* Nicolau Antônio no traço e nas cores, mas principalmente no traço, pois nas cores procurava o velho mestre, como o confrade, aproximá-las das brasílicas muito diversas das européias. O mesmo não praticava Tomás Ender ao desenvolver em Viena no seu *atelier* as indicações que tomara nas ruas e cercanias da capital do Reino Unido luso. Seus esboços levados da Guanabara são reais; porém, os quadros seguintes por eles inspirados obedeciam à graciosa artificialidade do século XVIII. Luzes diáfanas, alaranjadas, douradas, rosadas, prateadas, matizes harmônicos entre si para maior prazer dos olhos, personagens estilizados, fundos de arvo-redos com as copas queimadas pelo outono, morros embaçados por delicada névoa e mais atavios de natureza européia transpostos para a zona tropical, amenizavam em demasia a dura paisagem carioca a ponto de torná-la completamente arbitrária. Desse maneirismo em moda em décadas anteriores não escapavam inúmeros pintores de maior vulto no começo do século XIX. O mérito do autor do *Voyage pittoresque*, pelo contrário, patenteia-se primordialmente em

não desvirtuar nos trabalhos posteriores à sua estada no Rio, quando estabelecido no *atelier* em Paris, o que lhe fora permitido presenciado do outro lado do oceano, em terras de aspecto por completo diverso da natureza do Departamento de La Seine. A diferença é tanto mais notável pelo fato de sua longa convivência com o primo David (o oposto ao seu realismo, mais próximo Debret a jovens pintores como Géricault e Delacroix, que provavelmente mal conhecia e com quem jamais convivera) em nada influir nas diretrizes que seguia. A sua maneira foi acoimada por certo crítico como de pintor “dur et heurté”, pouco maleável e cheio de arestas, mas reconhece que era “soucieux de vérité”, virtude da maior valia para quem fora arauto da fama de Napoleão e pretendia no fim da vida reproduzir o que vira no trópico.

De certo modo, pensamos suceder com Debret um caso de espontânea analogia, como de quando em quando inesperadamente deparamos nos domínios das artes e letras. Na mesma época e meio, no centro da Paris “de la Restauration”, onde pintores da nova geração escandalizavam críticos de arte por completo avessos ao que predominara até então no gosto do grande público, surgira na literatura Stendhal como estilo oposto ao dos seus confrades, adeptos de intermináveis descrições de gentes, coisas e paisagens. Uma George Sand copiada por escritores dos países latinos, precursora de Eça de Queirós e semelhantes, era o protótipo do gênero. Certa vez Balzac agarrou Beyle-Stendhal para catequizá-lo durante longa exposição de como deveria proceder para alcançar a perfeição que o seu talento merecia. O fato é em extremo expressivo, pois demonstra o interesse do autor da *Comédia humana* por confrade desconhecido do grande público e incompreendido, cuja obra era tida entre livreiros por sacra: “ninguém toca em seus livros”, diziam os comerciantes aos clientes. Entretanto, escrevia nesta altura outro literato de nome Delécluze, hoje esquecido pela crítica, de maneira parecida com a de Beyle, desprovido de descrições e como o outro inspirado em “estórias” reais. A novela *D. Olympia* que se desenrola em Roma durante o século XVII, no teatro composto pela atual sede da embaixada brasileira em Piazza Navona, poderia figurar nas *Histoires italiennes* se possuísse o mesmo poder de síntese e nervo stendhalianos. No restante, escolha de assunto e ausência de atavios, são idênticos. Em pintura vemos suceder repetição dessa analogia de orientações no caso do nosso missionário. Mostrava-se Debret no movimento do “Romanismo francês”, realista como Balzac e Stendhal na literatura, perdido longe na América do Sul, a centenas de milhas marítimas de

distância no tempo da navegação de vela, precursor do que ia predominar em pouco nas belas-artes.

Como explicar o fenômeno impressionante em pintor que vivera entre reminiscências familiares acerca do parente François Boucher e sob direta influência de outro parente e mestre David? Com nenhum deles se parecia, a demonstrar marcada personalidade, tão longe de amenas pastorais como do autor de Marat assassinado na banheira. O mais plausível nas circunstâncias seria atribuir as similitudes a inclinações manifestadas simultaneamente em autores fatigados dos cânones artísticos antigos, em desacordo com a época e suas aspirações. No episódio, como em muitos outros, nota-se na mentalidade de Debret indícios do não-conformismo que o levou a abraçar a revolução e ao depois pintar cenas de guerras provocadas pelo insaciável curso, se bem o próprio artista diga ter-se norteado nas observações do Brasil pela tendência natural em pintor de História.

Apareceu a terceira parte da obra impressa com maior demora em 1839, em pleno reinado de Luís Filipe. A despeito dos esforços do soberano em a todos agradar, estouraram naquela data sangrentos distúrbios provocados pelos socialistas Blanqui, Barbès e Bernard, imitados no ano de 40 pelos bonapartistas. Aproveitara-se Luís Napoleão da vinda das cinzas do tio, trazidas de Santa Helena pelo Príncipe de Joinville, futuro genro de D. Pedro I, para encabeçar levante contra o Rei, prontamente sufocado, mas causador de profunda impressão sobre antigos admiradores do avantesma da Europa. Faltava ao governo filipino — injustamente apresentado pela ridícula figura de Mr. Prudhomme — autoridade para conter a ebulição das massas agitadas por descontentes da classe média, sistemáticos adversários de todos os que não lhes entregassem o poder. Em compensação podiam Debrets e semelhantes levar a bom termo suas iniciativas em regime inteiramente favorável ao individualismo. Naquele ambiente pouco sucesso encontraria o pintor para a sua publicação junto a conterrâneos *condecorados e ignorantes de geografia*, mas podia trabalhar tranqüilo, garantido pela modicidade e estabilidade dos preços, favoráveis à tão dispendiosa obra como a do *Voyage pittoresque*.

Esta terceira parte era a mais importante para a lembrança de usos, costumes e aspectos do Rio de Janeiro sob D. João VI e D. Pedro I. Conseguiu o pintor inserir no volume soma enorme de observações que abrangem desde cenas de rua, cerimônias oficiais, interiores e exteriores de casas, e por aí além, em que se in-

clui amontoado de frutas à disposição do cardápio carioca, onde figuram em evidência os coquinhos prediletos da molecada. Do conjunto, um dos trechos de maior valia, reside nos meios de construção existentes no Rio de Janeiro, de grande interesse informativo por tratar das possibilidades, falhas e defeitos aparentes nas casas, a constituir, como sabemos, espelho do homem e da sua cultura. No passo, também encontramos reflexos do intercâmbio entre as peças do enorme império colonial luso, aparente nas curvas de telhados, remates dos ângulos em forma de cauda de andorinha e muro de crivo vistos nos bairros residenciais da cidade, assim como de cada lado do portão de São Cristóvão, presenteado pelo duque de Northumberland ao Regente. Convém reparar, a propósito, serem estas manifestações de intercultura através do imenso império luso muito mais comuns no Rio, sede da colônia, do que em Lisboa capital da antiga metrópole, fato a ser levado em conta pelos estudiosos do assunto.

Acompanham as ilustrações os comentários do texto acerca de festas, solenidades ou acontecimentos políticos. Vemos ao acaso, segundo as encontramos, curiosa reprodução de solicitadores à espera de entrevista com algum figurão político, sentados no ingresso de sua moradia onde se abrigava a carruagem do dito. Em outra temos *instantâneos* de cerimônias de beija-mão, bodas reais ou aclamação de soberano, e — o que assumia maior importância para Debret, como seja, revista das tropas mandadas para o Sul — painel em que se agitam em torno de Príncipes, profusão de militares, civis e eclesiásticos. Aquele gênero de trabalho representava cavalo de batalha e razão de ser de valimento junto ao governo, reprodução da sua atividade na Europa pouco antes de vir para o Brasil. Consegue, porém, maior pitoresco nas cenas atinentes, com os mesmos personagens do oficialismo vistos em outras circunstâncias — por assim dizer quase comuns no centro da cidade — como desembargadores a descer de seges de aluguel na porta dos tribunais, vestidos de toga e mais atributos, ou archeiros também fardados, agaloados, dourados, a caminho de antecâmaras governativas seguidos de escrava que através do Terreiro do Paço lhes carrega os pertences simbólicos das funções. Igualmente saborosas no característico carioca são as famílias em fila, quando saíam para comparecer a festas ou missas diárias, assim dispostas por causa da estreiteza das ruas, em que eram precedidas pelo chefe e por ordem decrescente caminhavam a esposa, as filhas mais velhas, seguidas pelas mais moças, a moleca quase sempre com livros de orações ou abrigos para a volta e o cachorrinho da casa.

Outro *instantâneo* peculiar dos costumes de então e de certo setor da “corte”, como era chamado o Rio de Janeiro por ser sede do governo, consistia no ajuntamento de curiosos no ato de espairar nos cais do porto depois das refeições. Era momento culminante na vida do pequeno-burguês, quando se encontrava com vizinhos e compadres para trocar informações, comentar rumores políticos, ou mexericos a respeito de governantes ou de vizinhos, tal qual nas províncias praticavam os moradores de São Paulo por exemplo, como Debret os retratou recostados à amurada na Ponte do Marechal no findar da tarde.

Esses comentários simultaneamente escritos e pintados, constituem magnífico subsídio para reconstituir tempo e lugar. Esclarecem a razão de ser dos usos, costumes, peculiaridades, assim como quais eram os materiais empregados nas obras de construção, o modo de prepará-los, a técnica usada no mister. Desce a pormenores saborosos (seja dito sem outra intenção) ao apresentar moleque vendedor de filetes de cana-de-açúcar, oferecidos nas ruas em feixes bem acondicionados, à guisa de refresco. Juntos ocorrem vendedores de capim e carregadores de *tigres*, a perfazer o que se convencionou chamar “cor local” do Rio joanino constantemente reproduzido pelos artistas de passagem, profissionais e amadores, Ender e Rugendas ou Chamberlain e Vidal, fundados no português Guillobel. Menos seguras, entretanto, parecem as descrições de embates políticos e cenas da vida íntima carioca. A falha não escapou de conhecedores da época, como Afonso d’Escagnolle Taunay, possuidor de extensa tradição oral acumulada por três gerações, cuidadosamente mantida pela sua prodigiosa memória. Externa o bisneto de Nicolau Antônio, no exaustivo livro que escreveu sobre a Missão Artística, dúvidas acerca de certas notícias proporcionadas por Debret, algumas apreciáveis, fruto de longa estada entre cariocas e brasileiros, outras padecentes de deslizes atribuídos pelo biógrafo a claudicações no esforço de rememorar fatos passados. As mais vivas e exatas, informativas e divertidas, seriam as constantes na correspondência epistolar hoje perdida, mantida com parentes e amigos moradores na Europa. As aproveitadas em livro, depois de volta a Paris, ressentiam-se naturalmente da agitação da viagem, delongas na publicação, perdas ou desordem de notas referentes a episódios presenciados no Rio e andanças pelas antigas capitânicas do Sul. Tornava-se custoso rememorar de maneira rigorosamente exata acontecimentos decorridos anos antes em ambiente completamente diverso do parisiense, onde no fim da vida se encontrava o autor.

Uma das páginas passível de reparos, deparada ao acaso de leitura, consiste na descrição da chegada de parentes em casa de campo, os quais segundo costume pequeno-burguês, traziam consigo toda a filharada, que ainda mais aumentava o elemento infantil da chácara, sítio ou fazenda, a enxamear à volta dos mais velhos. Entre as figuras secundárias da cena, alude à negrinha encarregada de abanar a dona sentada à moda oriental sobre malmaloca, indefectível nas salas e aposentos íntimos das casas remediadas. A serviçal traz no rosto máscara de ferro, que ao francês deve ter causado efeito semelhante ao produzido pela novela de um dos maiores *best-sellers* parisienses do momento. Em realidade, a razão do estranho petrecho era impedir a prática de comer terra, vício bastante comum entre africanos e caboclos, provavelmente sugerida pelos primeiros aos segundos e difundida pela suposição de que era alívio à irritação produzida por verminoses no aparelho digestivo. Debret, como bom estrangeiro, a despeito de naturalizado carioca, interpreta o costume como manifestação de sádica crueldade de senhores aplicada a escravos, se bem reconheça em outros trechos do livro o geral bom tratamento dispensado aos africanos no Brasil, terreno onde se manifestava mais certo. O preço das *peças*, mormente o das encontradas em casas particulares — sem falar nas providas de ofício, ou seja *negros ladinos*, assim chamados para diferenciá-los dos *boçais* recém-chegados da África — era altíssimo, razão de transformá-los em objetos de luxo, merecedores do máxímô cuidado no trato, origem, entre outras coisas, da famosa feijoada, que teria sido inventada para melhor alimentá-los. Não poupavam os senhores esforços e despesa, neste sentido, pois a sua perda lhes infligiria sensível prejuízo. Acentuava o feitiço patriarcal da família naquele tempo a Igreja Católica, promotora de brandura de costumes presente na lenidade da convivência entre senhores e escravos, além do interesse material na conservação de indispensáveis colaboradores.

Ademais, na leitura do texto do próprio Debret, vamos encontrar confirmação da regra. Pelo que diz com a pena e descreve com o lápis, podemos acompanhar os primeiros aspectos da existência dos súditos americanos de S. M. F. D. João VI, quando as *crias da casa* participavam das regalias dos membros da família e, muitas vezes, eram melhor tratadas no caso de moléstias do que muitos dos parentes dos senhores, antes que o vírus da democracia no reinado seguinte despertasse entre os brancos e brancarrões, paixões, inimizades, ódios e competições em torno do exercício do poder e subvertesse antigos costumes. No período anterior todos

se limitavam em acatar imposições vindas do reino, onde se pensava e resolvia por conta dos súditos coloniais, do mesmo modo que nas autarquias formadas pelas fazendas o senhor pensava e resolvia pelo escravo. Depois veio a democracia com as suas demasias e paradoxos, em que o exercício do voto e jogo de partidos quase chegava a provocar saudades do estúpido e voraz cobrador dos quintos e funcionário de alfândegas do período colonialista, zelador da exportação do ouro e do açúcar e importação de cativos africanos, fundamentos do império luso.

Derivavam, em parte, semelhantes deslizes do autor, que por tanto espaço convivera com fluminenses, da conhecida inclinação de estrangeiros em tudo criticar a respeito do que presenciam em casa alheia. Raro o que lhes escapa, principalmente nos assuntos de penetração mais difícil, dependentes da série predominante em usos e costumes, que pela complexidade se encontra fora de seu alcance. Outra lacuna do pintor manifesta-se, no entender do atual estudioso do passado, à cata de documentação acerca de tudo o que diz respeito ao período entre a Inconfidência e a Independência, em não ter imitado confrades como Ender e Chamberlain, os quais colocavam no segundo plano das cenas de rua as habitações onde residiam diplomatas e figurões do governo. No geral, no *background* das estampas do francês, concebidas e executadas em Paris, estende-se casario de cunho decorativo por ele inventado, a não ser na descrição de algum acontecimento político decorrido em praça pública, ou edifício maior civil ou religioso em meio de cenário mais ou menos real. Abriu exceção nas aquarelas deste álbum, como podemos verificar pelas vistas do largo da Sé, Colégio, ponte do Anhangabaú e mais paisagens paulistas, Ipanema, Faxina, etc., não menos pormenorizadas e exatas que as de Pallière e pintores que no mesmo sítio o imitaram.

Em compensação, quando desanda em casario fictício, este obedece rigorosamente ao estilo e modo de construir locais. Fachadas, portas, janelas, telhados, balcões, vergas informam nas proporções e pormenores ao pesquisador gênero Morales de los Rios e Gilberto Ferrez, tão seguramente como se fosse fiel reprodução da moradia de Targini, Rio Seco, Sequeira, Paulo Fernandes Viana ou parentes seus, filhos do velho Brás Carneiro Leão, casarões adaptados na Regência e Segundo Reinado para receber ministérios. A nova classe dirigente brasileira, como por aí se vê, não se contentava em assumir o governo; também ao dito fornecia teto e abrigo. O escrúpulo do autor em se ater à realidade sobre a maneira de construir e recursos à disposição dos construtores

no Rio de Janeiro, reúne interessantíssima documentação não só no concernente à chegada da corte retirada de Lisboa, como no período colonial anterior, quando foram elevados os monumentos civis e eclesiásticos constantes nas paisagens cariocas. Traz igualmente esquemas e plantas de construções várias e dados sobre as que no momento Grandjean de Montigny elevava. Documentam nessa intenção as sucessivas modificações e ampliações da casa-grande da chácara de Elias Antônio Lopes, em que estua nítido amor do artista pela terra que por longo espaço o hospedara e a quem ele procurou retribuir com a sua arte e prodigiosa capacidade de trabalho.

A coleção Castro Maia, faz pouco revelada, amplia a parte impressa na oficina da casa Didot. Continua as vistas, cenas, *instantâneos* da anterior, de sorte a suscitar a pergunta: destinar-se-ia a algum volume em preparo? Estaria o artista ocupado com planos de desenvolvimento de notas e esboços trazidos do Brasil? Teria sido impedido por dificuldades suscitadas pelo tumultuar político na Europa em geral e na França em particular? Espoucavam em lamentável seqüência, depois de sua volta a Paris, levantes, conspirações, atentados, manejos de sociedades secretas e, coisa muito mais grave, publicações subversivas, a fim de agitar massas operárias em contínuo aumento pelo afluxo de levadas rurais repentinamente imigradas para cidades, onde viviam mal. Pensamos que esta seria a intenção de Debret, demonstrada pelo interesse e qualidade das aquarelas permanecidas inéditas. Merece, por exemplo, decorativa e divertida botica farmacêutica do acervo Castro Maia ser incluída na primeira série. O mesmo diremos de muitas outras, a ponto de sentirmos espanto por não terem sido aproveitadas, em vez de muitas impressas, menos curiosas ou características.

Evidentemente, o autor pretendia incluir na continuação da obra o que vira na viagem ao Sul. Uma das melhores aquarelas do artista sobre assuntos militares é a dos soldados das forças destacadas em São Paulo, dignos de figurar junto dos *troupiers* de Napoleão, que ele tanto desenhara antes de se expatriar. Percebemos pelo cuidado aparente na composição, que reproduz aspecto dos personagens com extrema atenção nos pormenores, realismo em fardas, cavalos e arreios reíúnos, a demonstrar que se destinava à publicação. No mesmo sentido, temos a bellissima vista da esquadra com destino ao Sul, no momento em que saía do estuário, da maior importância para ilustração dos acontecimentos do reinado de D. Pedro I. A hipótese é ainda confirmada por outro trabalho parecido, por sinal excelente, relativo à festa abrilhantada

no largo de São Francisco por fogos de artifício, para enaltecer o Imperador de volta da Bahia no ano de 1826, impresso por Raimundo de Castro Maia, a cujo acervo pertencia, também divulgada pelo incansável Gilberto Ferrez em artigo da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na série não devemos esquecer as mariposas noturnas, magnificamente ataviadas, *Les Vénus noires*, as quais pelo assunto receberam dupla apresentação, do vendedor, o antiquário Heymann, e do comprador Castro Maia, felizmente incluída no quarto volume póstumo do artista.

A obra de Debret sofreu não pequenas vicissitudes até chegar a nossos dias. Uma estranha falta de interesse inexplicavelmente sempre a envolveu. Os caprichos do destino também concorreram para o fadário, razão de o acervo Castro Maia permanecer por mais de um século na poeira dos guardados de pequenos-burgueses parisienses, com a sua valiosíssima viagem ao Sul por completo desconhecida. Essa mesma padecia um hiato na seqüência. Interrompia-se ao chegar a São Paulo para prosseguir somente depois de São Francisco em S. Catarina. A casual revelação do presente álbum Bonneval, termina o acervo e completa a viagem.

A perda da correspondência de Debret dificulta também desvendar as causas do insucesso da edição Didot e suas conseqüências. Causava-nos espécie a raridade do *Voyage pittoresque*, difícilíssimo de encontrar a despeito de sua escassa repercussão na Europa e na América. Debalde procurava o estudioso de história ou o amador bibliófilo pelos três volumes, em antiquários, leilões, coleções particulares. Por mais que fizesse não conseguia encontrá-los. Casualmente, soubemos pelo velho livreiro Chadenat, prodigioso autodidata, provido de todas as virtudes e defeitos do *auvergnat*, que ele encontrara na liquidação da casa Didot enormes pilhas do livro em folhas, necessitadas de encadernação. O preço, por conseguinte, devia ser baixíssimo, mas o livreiro, primo de Pompidou — *bougrí de bougrá* — recuou ante a despesa a ser feita no encadernador. Mais tarde muito se arrependeu, porém sem mais remédio, pois o monte desaparecera. Em uma viagem à França conseguimos perguntar às *démoiselles Didot* — de que a mais moça contava setenta e oito anos de idade — últimas descendentes da famosa grei, pelo trabalho do pintor. A resposta foi decepcionante, porquanto nem sabiam de que se tratava. Tínhamos perdido esperança de vir a conhecer mais alguma coisa a respeito, quando nos indicou o literato Blaise Cendrars possível pista em antigo livreiro da rue Monsieur le Prince, o qual certa vez lhe falara em Debret. Lá estivemos e soubemos pelo comerciante,

muito vivo a despeito da idade, a se inculcar de bem informado, que as pilhas existentes no depósito da impressora tinham sido vendidas a uma livraria de Louvain, destruída em 1914 juntamente com a cidade pelos alemães, e esta seria a explicação da escassez da obra.

Os senões acima apontados, provenientes de pequenas falhas de memória do pintor, desaparecem, no entanto, em confronto com o seu interesse pelo Império e súditos brasileiros. Protegeu em Paris ao dedicado amigo e discípulo Araújo Porto Alegre, que apresentou ao pintor Gros, de grande fama na época, juntamente com outros estudantes nossos. A revista *Niterói*, redigida pelo primeiro em colaboração com Torres Homem e o futuro visconde de Araguaia, aluno no Rio de Janeiro do *atelier* de Debret, o qual da convivência com bonapartistas no Brasil intoxicou-se de bonapartismo, traz artigos sobre o desenvolvimento das belas-artes no Império e noticia o aparecimento do *Voyage pittoresque*, provavelmente das raras menções a respeito publicadas de qualquer lado do oceano. Durante estas atividades chegou a Debret aviso de que a lei de 30 de dezembro de 1831, sob orientação do ministro Lino Coutinho, adotava o desdobramento do seu programa elaborado em 1827 referente ao ensino artístico no Brasil.

Os antigos adversários tinham aos poucos desaparecido. Morreram Henrique José da Silva, substituído por Félix Emílio Taunay, pouco depois designado para professor de francês e de desenho dos Príncipes Imperiais. Outro antigo tropeço dos missionários no Rio, o áulico incensador Rafael Soyé, também desaparecera em lamentáveis condições. Nunca fizera outra coisa além de visar a propinas do Erário Público, mumbava de Príncipes e de governantes, dotado de faro seguro em adivinhar propensões ou predileções, forças ou fraquezas de quem lhe pudesse ser útil. Mas se o poeta de encomenda armou intrigas e recorreu a expedientes de toda espécie para penetrar no Paço e nos ministérios, provido indevidamente de cargo, onde, de parceria com outros medíocres, continuamente estorvou os esforços dos franceses em melhorar o ambiente artístico carioca, duramente pagou os pecados no fim da vida. Doente, paralítico, sem condições para assediarem personagens e donos do momento, dele tomava conta apenas um negro. Abandonado pelo escravo, morreu exaurido, em hórridas condições, encontrado, segundo contava Debret, o seu cadáver putrefato em imundo pardiheiro, rodeado de galinhas e de esquelético cavalo.

Dos mestres de que se compunha a Missão Artística do conde da Barca, remanescia apenas Grandjean de Montigny no exercício de sua cátedra. Os irmãos Ferrez, definitivamente radicados para felicidade nossa no Brasil, mantinham-se nas suas, em que não se esforçavam da melhor maneira para que não se perdessem os frutos do empreendimento ímpar, como nunca houvera semelhante nas Américas. Expirada em 1834 a licença que o governo lhe concedera para temporariamente ir à França, encarregou Debret a Araújo Porto Alegre de apresentar no Rio a sua renúncia ao cargo. Ao mesmo tempo recomendava ao ministro do Interior do Império, Lino Coutinho, com quem estava de ótimas avenças, o discípulo para lhe suceder na cátedra de pintura.

Resolvera fixar-se definitivamente em Paris, desaparecidos os maiores motivos que o tinham levado ao Brasil. Encontrava-se a capital francesa em eferescência bonapartista. Não conseguira Luís Filipe, por mais se esforçasse, obter o favor popular. De nada adiantara a política de aproximação com a classe burguesa dominante, pois era justamente a que mais se mostrava partidária de Luís Napoleão. As demais, trabalhadas por enaltecedores do curso, como Béranger e imitadores, também se agitavam empolgadas pela lembrança das glórias militares do período revolucionário e do Império. A situação reavivava em Debret convicções, mais que nunca presentes os fastos do passado na sua memória, jamais tão majestoso o vulto de Napoleão, nem tão admirável o regime que para a glória da França e felicidade do povo francês — imaginava — devia voltar a regê-los.

Possui o conde de Bonneval sépia do pintor, que representa veterano de campanhas vitoriosas tornado ao amanho do campo, absorvido na contemplação do mapa-múndi que menciona a Córsega. Junto, sobre a mesa, está venera da *Légion d'honneur* e, dependuradas na parede, as armas usadas a serviço da *Grande Armée*.

O desenho devia ser impresso, depois de retocado para a desejada finalidade pelo pintor militar Horace Vernet, e se destinava a concorrer através de palavras de Luís Filipe à campanha bonapartista em curso, tida por mais incisiva sobre o povo quando intensificada a poder de ilustrações. A volta das cinzas do Imperador, para repousarem sob o zimbório dos Inválidos, transtornava espíritos e exaltava antigos partidários da Revolução, Consulado e Império. Debret reproduzia, naquela altura, o veterano com um crepe atado ao braço, como outrora, na mocidade, pintara-o de sabre em punho no fragor das batalhas. Ao partir para França,

podia dizer nesse sentido que assistira a cinco mudanças de regime no seus país e três no Brasil.

Era grato à proteção que o curso lhe dispensara, decisiva para a sua carreira nas belas-artes, com todas as alternativas, altos e baixos, travos e satisfações que o levaram a evocar — mercê do lápis, pena e pincel verídicos — o Brasil independente com as suas atrações e defeitos, esplendores e misérias, tal como se apresentava, ermo, agreste e sequioso de progresso, depois de três séculos de regime colonialista. Na longa permanência em o Novo Mundo, difundira Debret conhecimentos, corrigira falhas, advertira governos a respeito de erros e formara discípulos, os quais, no ensino, atividades particulares ou direção de repartições públicas continuaram a sua obra. São-lhe atribuídos o escudo e pavilhão do Império brasileiro, onde encontramos o cultor da nomeada do curso, por sinal, do agrado de D. Pedro I, admirador do parente por afinidade. O losango central imita a forma da bandeira francesa encimada pela águia, tal como Debret a representara em quadros alusivos à conquista da Europa. As demais modificações consistiam na esfera armilar e cores verde e ouro da casa de Bragança. Estes ecos das vitórias imperiais repercutiam no Rio até nos folguedos juvenis, conhecidas nos falatórios da corte as perigosas travessuras do infante D. Miguel, o qual atirava com miniaturas-modelo de canhões sobre as açafatas e professoras de suas irmãs. Ainda mais característicos nos parecem os rompantes marciais da criançada de bairros pobres, dividida em grupos armados de espadas e fuzis improvisados, para simularem guerras, segundo Debret soube evocá-los com pitoresco realismo.

De sua demora no Rio conservaria indeléveis impressões, algumas ingratas como as desinteligências com artistas missionários, ou enredos do conchavo Silva, outras amenas como as das viagens ao Sul — talvez mais de uma — que lhe proporcionaram meios de desenvolver o trabalho relativo aos índios. Mas, acima de tudo, seriam as relativas a conspirações em torno da libertação do ídolo em Santa Helena as que mais o empolgavam. Devia sentir funda comoção toda vez que ouvia falar do general Hogendorp, contemplado no testamento de Napoleão em Santa Helena, estabelecido na Tijuca, ou acerca da enigmática amante do curso, profusamente presenteada com dinheiro pelo mesmo, repentinamente surgida no Rio em companhia de oficial da antiga *Grande Armée*. Aqueles personagens e fundadas notícias de conluio havidos na América do Norte, onde o corsário Lafitte dispunha na Flórida de meios suficientes para dominar a pequena guarnição da ilha, compunham

assunto obrigatório dos franceses na capital do Reino Unido luso. De permeio havia episódios divertidos, como as expansões do lojista da rua do Ouvidor, um dos muitos abastecedores dos franceses da ilha, que, em público, beijava a chinela da marechala Bertrand pelo fato de aquela senhora partilhar o exílio do marido junto a Napoleão. Semelhantes manifestações pertenciam à corrente de saudades rememoradas em Paris no tumulto de agitação política verificado em torno do pintor.

Residente com o irmão, padeceu Debret nos últimos anos doloroso transe, a repetir o que o golpeará pouco antes de partir para o Brasil. Faleceu o sobrinho, jovem arquiteto muito de sua afeição, remanescente da série de artistas ornatos das belas-artes do seu país nos séculos XVIII e XIX, destinado a continuar o nome Debret nos anais artísticos da França. A fatalidade fez passar o enorme conjunto de notas, esboços, inéditos e projetos realizados entre nós, a colaterais de escasso apego à obra de Jean-Baptiste, praticamente abandonada em alguma trapeira depois da sua morte ocorrida em 1848, aos oitenta anos de idade.

Permaneceu, contudo, para enaltecer a sua memória, o monumento representado pelo *Voyage pittoresque et historique au Brésil* e inéditos em boa hora publicados por Castro Maia e pelos Bonneval, perene lembrança da atividade desenvolvida durante quinze anos no Brasil, prolongada por mais dezessete em França, a que devotou os mais belos anos de sua vida.

J. F. DE ALMEIDA PRADO

DEBRET NO PARANÁ

A contribuição trazida por DEBRET para o documentário pictórico da antiga “Quinta Comarca” de São Paulo, hoje Estado do Paraná, é de decisiva importância. E, curiosamente, as aquarelas inéditas que a Editora Nacional trouxe a público são talvez mais úteis ao estudo do passado paranaense que as poucas pranchas escolhidas pelo próprio artista para o volume do *Voyage au Brésil*, ou que os originais existentes no Museu da Fundação Castro Maia.

Verdade é que aquelas focalizam quase só aspectos paisagísticos e estes incluem preferencialmente cenas de costumes. Tal é o caso da estampa número vinte “Sauvages Civilisés: Soldats Indiens de la Province de la Coritiba ramenant des Sauvages Prisonniers”, em que os singulares milicianos pintados pelo artista, com detalhes algo fantasiosos, executam a tardia preagem de silvícolas, autorizada pela Carta Régia de 3 de novembro de 1808. Essa concessão do Príncipe Regente teve vigência legal até 1830, mas na realidade ainda subsistiu por alguns lustros.

Ao contrário do Desterro, que foi retratada por Dom Pernety, De Monneron, Choris e outros pintores viajantes no período colonial; ou de São Paulo que inspirou a arte erudita de Ender e de Pallière, o Paraná não oferecia condições para atrair tantos iconógrafos. Mas mereceu a visita de Debret e as vinte e poucas cenas que deixou fixam os ângulos mais destacados da vida provinciana no primeiro terço do século passado: as aglomerações urbanas, as primitivas igrejas (de que em alguns casos constituem documentos exclusivos), os uniformes militares, a velha prática predatória do fogo nas roçadas, a tropa, as caçadas, o povoamento do oeste.

A pequena significação econômico-social do então remoto e isolado pedaço de São Paulo, fez com que Debret excluísse de sua obra monumental, começada a publicar em 1834, a maioria das aquarelas paranaenses, o que, de resto, ocorre de forma geral com a própria província paulista ainda longe do fastígio que alcançaria a partir do Segundo Reinado. Daí recair sua escolha em cenas que

despertassem o interesse dos leitores europeus ávidos de exotismo, como a da captura das mulheres índias, a da caçada à onça ou a trevesia do rio Jaguaricatu pela própria tropa que acompanhava o artista. Essa preocupação inspira o reproche de Saint-Hilaire (*Voyage dans les Provinces de Saint Paul et de Sainte-Catherine*, vol. I, p. 459), que lamenta vê-lo a pintar plantas e índios — “motivos que lhe eram pouco familiares” — quando poderia ter concentrado seu pincel nas cenas de costumes em que “se mostrou exímio”.

Os esboços que tomou das modestíssimas povoações paranaenses, em sucessão indicadora do roteiro que terá seguido rumo ao Sul, constituem documentação não somente valiosa por ser única como por constituírem verdadeiras certidões ilustradas de nascimento de centros hoje da importância de Curitiba, Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Lapa, Jaguariaíva, Guaratuba.

Do artista disse o historiador de arte Benoit que era “peintre soucieux de verité et d'effet”. O documentário paranaense confirma a honestidade de seu trabalho que, aliás, não podia ter preocupações de efeito. São, sobretudo, ligeiros esboços ilustradores de uma viagem que teve o duplo objetivo de colher subsídios para a obra que pensava editar e, ao mesmo tempo, fugir dos intermináveis enredos que eram tramados na corte contra os bonapartistas da missão Lebreton.

Em seus desenhos o contingente imaginoso é mínimo, ao contrário do que ocorreu com a maioria dos ilustradores do Brasil antigo. Os biógrafos registram a colaboração da viscondessa Desportes na confecção das pranchas do *Voyage au Brésil*. Dever-se-ia atribuir a essa exímia desenhista as raras fantasias que ocorrem na produção de Debret? É hipótese plausível de vez que o nosso pintor de História incumbiu-se ele próprio de passar para a pedra os seus desenhos, evitando assim a cooperação nem sempre fiel dos litógrafos europeus que eram levados a “enfeitar” os originais que lhes confiavam.

Nas cenas paranaenses são raras as inverossimilhanças. Talvez a vegetação figurada às margens do Jaguaricatu tenha sido emprestada ao Rio Paraíba, para lhe conferir mais vistoso porte. A vista geral de Paranaguá, que integra o álbum Castro Maia, editado em 1954, parece ter sido composta de imaginação, baseada talvez em croquis sumário tomado no local, pois denota flagrantes incorreções geográficas. Pareceria que se quis superestimar as condições urbanísticas da velha cidade, então um dos maiores portos da América do Sul.

Verdadeiro quebra-cabeças é, porém, a vista de Guarapuava, que figura igualmente no citado álbum (prancha 73). Posto avançado da conquista do Oeste, a povoação foi oficialmente fundada em 1818 quando, por Carta Régia, lhe foram concedidos recursos para a construção da igreja Matriz.

O desenho de Debret correesponde, com vigorosa exatidão, à descrição que da localidade fizera para o governo da cidade seu vigário, o padre curitibano Francisco Chagas Lima, em fevereiro de 1822.

Teria o artista visitado essa remota povoação, cruzando mais de quarenta léguas de sertão inóspito, despovoado e esquadrinhado pelos índios votorons, dorins, camás, e de outras tribos menos pacíficas?

Relativamente ao caminho do Oeste a esse tempo, elucidativo é o depoimento do citado padre Chagas Lima, de tão destacada atuação na antiga província de São Paulo:

“A estrada que segue de Guarapuava para os campos geraes de Corytyba, atravessando um certão de mato denso, que tem a extensão de vinte Léguas, por onde entrou a expedição de 1810, pelo decurso do tempo se tem posto incapaz de se transitar por elle, sem expor-se a sofrer graves incômodos; porque está serrado por cima de matas e arbustos espinhozos, e continuando por baixo de caldeirões, ou atoleiros fundos, com muitos aterrados, e duas pontes arruinadas”.

Como foi dito, o documento é de 1822, portanto de seis anos anterior à viagem do artista. Não é provável, porém, que a situação tivesse sofrido qualquer alteração, pois a crônica a teria registrado. Calculando-se para o percurso de ida e volta um viajar mínimo de dois meses, desde Ponta Grossa a Guarapuava com escala no Cupim (atual cidade de Imbituva) é-se levado à convicção de que o tempo e os sacrifícios não correspondiam aos atrativos que a nova posição do Oeste longínquo oferecia.

De que fonte lhe teriam chegado os elementos para o panorama de Guarapuava, que é de veracidade indiscutível? Conheceria o relatório Chagas Lima? Teria tido contato com o destacado sacerdote, que era figura importante, pois fora construtor da Matriz de Queluz, vigário de Lorena, tio do futuro Regente e senador Feijó? Indagações que o futuro talvez responda.

Quanto ao roteiro que teria seguido nas andanças pelo Paraná as próprias aquarelas permitem reconstituí-lo. Pode-se, inclusive, concluir que fez um percurso por terra e outro por mar. O pri-

meiro seguindo a estrada setecentista que Saint-Hilaire utilizara, em grande parte, poucos anos antes: Itapeva, Itararé, Jaguariaíva, Piraí, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Curitiba, Paranaguá, Guaratuba. Ao todo, cento e poucas léguas que alcançariam mais cento e cinquenta se ficasse confirmada a flexão para Guarapuava.

Pelo interior terá gasto pelos menos dois meses para cruzar o Paraná, pois dificilmente os viajantes desse tempo faziam mais de três léguas por dia, e Debret se detinha para elaborar seus croquis.

Limitamos a apreciação individual às aquarelas caracteristicamente paranaenses, pois os títulos e os detalhes de “Retour de Chace” (*sic*) e “Pronvince de St. Paul”, tanto poderiam ser paulistas como da então Quinta Comarca.

No próprio *Voyage au Brésil* há duas estampas (“Acampamento noturno de tropeiros” e “Negociante paulista de cavalos”) que poderiam ser incluídas na iconografia do Paraná. A indefinição tanto do texto quando das cenas levam-nos, porém, a considerá-las comuns à imaginárias dos dois Estados.

PAISAGENS RELATIVAS AO PARANÁ

Carros — Coritiba

Trata-se de *Carlos, Fazenda dos Carlos*, de *Nossa Senhora das Neves* ou *Tamanduá*. A mesma grafia errônea é mantida no *Voyage pittoresque* . . . Povoação situada nos contrafortes do segundo planalto, originada da doação de meia légua de terra que o capitão Antônio Luís Tigre fez à Ordem do Carmo no princípio do século XVIII. Era um dos oito currais que margeavam a estrada velha que transpunha a serra vinda de São Paulo. Vemo-lo mencionado no mapa do Dr. Antônio Santos Soares (1728) conservado no Arquivo Ultramarino, bem como nas cartas dos campos de Gurapuava, de 1772. Pouco antes de Debret (1820), Saint-Hilaire pernhoitou na povoação que, segundo seu depoimento, teria entre 12 a 15 casas. A capela do Tamanduá, que lhe fica próxima, construída em 1709, seria — segundo Moysés Marcondes — a mais antiga das igrejas existentes no Paraná. Nela Saint-Hilaire diz ter assistido missa com grande concorrência. Poucos anos antes da visita do naturalista, isto é, em 1814, sua sede e capela se haviam engalanado com as bodas de D. Querubina Rosa Marcondes de Sá com o alferes de milícias José Caetano de Oliveira, natural de Sorocaba, mais tarde barão de Tibagi. A fazenda foi testemunha de outros episódios relevantes, assim o encontro de Afonso Botelho (ajudante de ordens do Governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa, Morgado de Mateus) em dezembro de 1770 com o tenente Cândido Xavier de Almeida e Sousa, que lhe veio participar a descoberta dos campos de Guarapuava e relatar as dificuldades que enfrentava para manter-se no território.

O autor preferiu focalizar o abrupto desnível que ocorria na descida da Serra de São Luís e as formações rochosas da vizinhança (exagerando-lhes as proporções) do que o pequeno povoado. É de notar-se a densidade e a exuberância dos pinhais que povoavam a região, hoje inteiramente desmatada.

La Ponta Grossa

A povoação foi fundada nos primeiros anos do século XIX sobre a colina que se vê na aquarela, no terreno doado por Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes. A opção entre o sítio escolhido e o que se demarcara no Chapado do Cascavel foi, segundo a tradição, decidida pelo pouso de pombos domésticos que foram soltos no instante da escolha. Estes teriam pousado no cruzeiro que se havia erigido no alto da colina. A aquarela confirma a existência do grande cruzeiro. Os povoadores afluíram de Castro (Iapó), Itapeva, Sorocaba, Curitiba, Palmeira e outros pontos da Capitania de São Paulo, sendo logo edificada a igreja sob a invocação de Santana. Foi elevada a freguesia em 1823.

Este mesmo panorama figura no *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, constituindo o item III, prancha n.º 30 do 1.º volume. Mas como o litógrafo inverteu a posição do povoado e o texto da obra de Debret não lhe menciona a denominação nem oferece elemento algum de identificação, só com a revelação da aquarela original foi possível enriquecer-se a iconografia paranaense com mais esse precioso documento, o único que se conhece de Ponta Grossa até a generalização do processo fotográfico. Aliás, a colaboração do litógrafo na prancha impressa foi considerável: além de inverter o quadro todo, introduziu tronco de árvore e dois soldados que o artista não desenhara.

Limite de la Province de St. Paul et de la Coritiba

Quando da visita do artista, o atual território paranaense constituía a *Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba*, instituída em 1812 e vinte anos depois elevada à categoria de *Comarca* (de início *Terceira* e, pela Lei n.º 11, de 17 de abril de 1852, *Quinta Comarca* de São Paulo). A legenda escrita por Debret indica que a parte sul constituía um verdadeiro apêndice, confirmando que o limite da Província de São Paulo propriamente dita era o rio Itararé. A fixação dessa divisa coube ao ouvidor Rafael Pires Pardiniho no décimo segundo dos seus conhecidos *Provimentos* de 26 de janeiro de 1721, onde se lê:

“... servirá daqui por diante de demarcasam o rio Itararé, que fica com pouca diffrença no meio do caminho entre estas duas Villas: de sorte que tudo

o que fica do dito Rio para cá hé de termo desta Villa de Curitiba e o que fica para lá hé do de Sorocaba.”

Suas provisões foram aprovadas por D. João V através das Cartas Régias de 1722 e 1730. Na divisa entre São Paulo e Paraná funcionava um *Registro* para cobrança de pedágio, criado em 1800, sendo sua receita destinada ao pagamento de servidores especiais da Capitania de São Paulo.

A ponte que se vê no primeiro plano deve ser a mesma que Saint-Hilaire cruzou em 1820: “A cerca de um quarto de légua do vilarejo encontra-se o rio Itararé. Pequena ponte de madeira foi construída sobre a furna ao fundo da qual corre o rio. Para cruzá-la as bestas são forçadas a descer por grandes degraus de pedra achatados e de alturas variáveis constituindo verdadeira escadaria” (Saint-Hilaire, *ob. cit.*, vol. II, p. 32).

Entrée de Guaratuba vue du nord à 7 lieues

O autor, mencionando a entrada da baía de Guaratuba pelo norte, parece indicar o roteiro que seguiu e que coincide com o de Saint-Hilaire, isto é, veio por terra de Paranaguá até Caiobá e cruzou o canal em canoa, pois as duas barras que davam entrada ao porto de Guaratuba eram de sudeste e sul, sendo este o canal mais profundo.

Coritiba

A aquarela de Debret é o documento iconográfico mais antigo que se conhece da cidade, precedendo de quase três décadas a vista do cartógrafo norte-americano J. H. Elliot, que é de 1855. O panorama foi tomado das obras da Igreja do Rosário dos Pretos, que teria sido edificada em 1737 como simples capela (provisão de 6-12-1762, do bispo de São Paulo, autorizava o sepultamento dos Irmãos da Ordem em seu interior). A igreja só tomou as proporções e o aspecto que conservou até sua demolição, em 1931, nas primeiras décadas do século XIX, isto é, após o término das obras da igreja da mesma Ordem (do Rosário, São Sebastião e Bom Jesus dos Perdões) em Paranaguá. A aquarela retrata canteiro

negro desbastando uma das lajes possivelmente da escadaria ou da portada frontal. A vista da vila foi tomada de um dos pontos mais altos em que se podia situar o pintor. À frente vê-se o conjunto de casas que formava a povoação, ao todo 220 “Fogos” (segundo Romário Martins). A vila teria então menos de 5.000 habitantes, pois sua população, segundo o levantamento de Fernandes Júnior, vinte e seis anos depois (1853) seria, ainda, de 5.819 almas. À esquerda vê-se a frente da igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, construída em 1720 e reedificada no pior estilo neogótico vitoriano em 1879. A vista de Debret é o único documento que se conhece sobre o primitivo aspecto da mais antiga igreja da cidade. Pode-se observar, também, logo após, a rua do Fogo (atual São Francisco) e, em frente à igreja, o *Pátio de Capela*. Do largo fronteiro ao Rosário descia a *Rua do Rosário*, que ia ter ao *Largo da Matriz*. Ao centro da aquarela destaca-se a igreja de Nossa Senhora da Luz, que era a Matriz, e cuja construção foi iniciada em 1714. Quando pintada por Debret, a velha Sé colonial não havia ainda sofrido as diversas modificações por que passou no século passado (inclusive a adição das duas torres laterais). Foi demolida em 1875 e, em seu lugar, levantada a construção gótica que foi franqueada ao culto em 1893. No segundo plano, à direita, vê-se uma das muitas lagoas que existiam na periferia da vila, embora pela sua posição antes correspondesse a um dos alagadiços que margeavam o rio Ivo. Fecham o quadro os famosos “Campos de Curitiba”, semeados — como até hoje — de capões de mato que, nessa época, eram mais extensos. Ao fundo a Serra do Mar.

La Lappa

Santo Antônio do Registro, Vila Nova do Príncipe (1806), simplesmente *Príncipe* e, mais tarde (1872), cidade da *Lapa* foi, desde o segundo terço do século XVIII, um dos principais pontos de apoio do caminho da tropa que de Viamão demandava São Paulo. A freguesia foi criada em 1769 e sua Igreja Matriz construída em 1784 (aberta ao culto em 1791) no local em que existia modesta capela erigida pelo padre Reis, ao tempo de Afonso Botelho. A excelência da água, o pitoresco da gruta que existe no local e, sobretudo, a proximidade do Registro criado à margem do Iguazu para cobrança do pedágio dos animais, fizeram da Lapa um centro de comércio de gado da maior importância no sul do

Brasil, durante toda a primeira metade do século XIX. Visitando-a em 1845 disse Salvador Coelho (*Passeio à minha terra*, São Paulo, 1860): “É muito para ver a multidão de gado muar e cavalar que nos meses de novembro e dezembro saem da província de São Pedro e se vendem no Príncipe ou aí passam com direção à feira anual de Sorocaba”. Essa observação é confirmada pelo artista com a inclusão dos animais que podem ser vistos no primeiro plano. Ao contrário do que ocorrera em Castro, cujas casas Saint-Hilaire considerara pequenas, em mau estado e de pequenas dimensões, a Lapa — quando da visita de Debret — já possuía boas residências construídas de alvenaria, a melhor das quais era a do capitão-mor José Francisco Correia. “Seus edifícios, posto que não construídos segundo os sábios princípios da arquitetura, todavia não deixam de ter elegância”, nota Salvador Coelho na obra citada.

I a p o

Pouso do Iapó, Sant’Ana do Iapó, depois *Vila Nova de Castro* (1789) e finalmente *Cidade de Castro* (1857). A capela que se vê na aquarela é a igreja de Santana, construída pelos padres do Convento do Carmo de São Paulo, entre fins de 1768 e 1771. A Ordem havia recebido a fazenda do Capão Alto, por doação do capitão-mor José de Góis e Morais, em 1751, com a ermida rústica mandada levantar em louvor de Santana pelo velho povoador Pedro Taques, no princípio do século XVIII. *Pressionados* por Afonso Botelho os carmelitas erguem a nova igreja no local fixado para a povoação (a que figura à frente na prancha de Debret), segundo planta talvez desenhada pelo próprio lugar-tenente do Morgado de Mateus. É o que se pode concluir da carta dirigida ao conde de Oeiras pelo capitão-general de São Paulo: “... no seguinte mês se cantou a primeira missa em dia de Sant’Ana (15-7-1769) na nova Capela e Povoação que, com o nome da mesma Santa, mandei principiar sobre o rio Yapó, de que *remeto a planta*” (J. Pedro Novaes Rosas, “A Freguesia de Sant’Ana do Iapó”, in *Folha de Castro*, 15-7-1969). Vários anos depois, isto é, em 1798, visita a vila em suas andanças pastorais o bispo de São Paulo, D. Mateus Abreu Pereira. A esse tempo a administração eclesiástica passara para clérigos seculares. O prelado paulista anima os castrenses a levantarem uma nova igreja e assinala o lugar de sua preferência. Só em 1810, porém, são iniciadas as obras do templo; mas em ritmo lento, tal-

vez como decorrência de suas proporções, pois foi durante longos anos a maior das igrejas da Província. Quando da visita de Debret, as obras encontravam-se paralisadas havia tempo, podendo-se observar na aquarela que plantas cresciam pelas suas paredes. Recomeçados os trabalhos pôde o padre Inácio Faria e Sousa, operoso vigário da paróquia, benzer a sacristia, a 14 de setembro de 1840. Por mais alguns anos arrastaram-se as obras, sendo a capela-mor benta pelo padre Dâmaso oito anos depois. Mas coube ao capuchinho frei Matias de Gênova, talvez o primeiro dos escultores a fazer escola de sua arte na Província, concluí-la na década de 1860 com imagens por ele mesmo entalhadas na madeira. Pousou forçado das tropas que demandavam Sorocaba, o povoado prosperou rapidamente, sendo logo elevado a vila, por Bernardo José de Lorena, com o nome de Castro (em homenagem a Martinho de Melo Castro, Secretário dos Negócios Ultramarinos). O florescimento da economia tropeira aumentou-lhe a população e já contava com mais de uma centena de casas quando a visitou Saint-Hilaire em 1820.

Port de Javuaiaiva

Porto de Jaguariaíva era nome pelo qual os viajantes antigos conheciam pequeno grupo de casebres situados dos dois lados do rio desse nome (principal afluente do Itararé) na estrada entre Itapeva e Castro (ver Saint-Hilaire, *Voyage dans les Provinces de Saint Paul et de Sainte-Catherine*, pp. 41/42, vol. II). Pouco depois da visita de Debret (15-9-1828) foi criada a freguesia de Jaguariaíva, iniciativa cuja execução foi postergada até meados do século em consequência de sérias divergências surgidas entre elementos da família do coronel Luciano Carneiro, que mandara erigir a primitiva capela sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria. Nas proximidades do local fixado pelo artista situa-se, hoje, a cidade de Jaguariaíva, sede do município desde 1875.

Paranaguá

É estranho que Paranaguá, tendo sido sede de Ouvidoria Geral e assumido a importância que teve durante o século XVIII, não fosse retratada por nenhum dos viajantes oficiais ou anônimos

que a visitaram antes de Debret. O fato se deve, possivelmente, à dificuldade pictórica que um de seus conhecidos cronistas registra com propriedade:

“Não é aparatosa vista de longe, porque a ilha de Cutinga e as sinuosidades do rio a ocultam em grande parte. Se, porém, a cidade em vez de ter sido aí colocada o fosse à beira do mar, na costeira de Nossa Senhora do Rocio, onde fica a parte mais larga da baía, e onde precisamente o panorama, que apresenta, é o mais aprazível; se em vez de escondida pelos montes, que a cercam por todos os lados, estivesse desassombrada, certo que poderia rivalizar, vista do mar, com a baía de Niterói. Apesar de tudo, o efeito não é desagradável.” (Demétrio Acácio, *Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá*, Rio, 1863, vol. I, p. 113).

A falta de visão panorâmica terá induzido o artista da missão francesa a fantasiar a perspectiva que tomou da cidade, do extremo ocidental da ilha Valadares, na aquarela que figura no álbum Castro Maia.

As duas vistas inseridas nesta obra foram tomadas de bordo e registam poucos detalhes. A posição do agrupamento de casas foi invertida para suprir a impossibilidade da visão de conjunto, impedida pela morraria tendo à frente a ilha da Cotinga. A própria topografia é fantasiosa.

Guaratuba

Vila Nova de São Luís, São Luís de Guaratuba ou simplesmente *Guaratuba*, o povoado surgiu por imperativo político-militar, ditado pela luta com os espanhóis, em meados do século XVIII. O próprio Governador de São Paulo, D. Luís Antônio Botelho Mourão, determinou sua criação, que foi proposta em 1765 (no mesmo ano da chegada do Morgado de Mateus ao Brasil) e oficializada em 1768, tendo sido sua denominação escolhida pelo rei D. José I. Dois anos depois já era elevada a vila, com bons edifícios, inclusive igreja de razoáveis dimensões e requintado desenho.

Nunca teve, porém, o número considerável de prédios assobradados que figuram na aquarela, nem dispunha das três igrejas que nela se podem ver. Como acontece em outros casos, há significativos rigores de verossimilhança ao lado de ângulos inteiramente irreais. Neste caso, a igreja que está à direita, colocada em elevação que não existe, pode ter sido motivada por complementação feita na Europa depois do retorno do autor, visando dar maiores dimensões ao panorama.

Freguezia dos Buracos

Rincão dos Buracos, Fazenda das Palmeiras, Freguesia Nova (para distingui-la da *Velha* que era o Tamanduá), finalmente *Palmeira* (1807) era a povoação situada nos Campos Gerais em terreno da fazenda do tenente Manuel José Araújo, especialmente doado para mudança da sede da freguesia (que ocorreu em 1823). Essa alteração eclesiástica, embora autorizada pelo bispo D. Mateus Abreu Pereira desde 1820, motivou intensa agitação na pacata sociedade local, pois resultou de disputa entre a Ordem do Carmo e o sacerdote secular padre Antônio Duarte Passos, que era o vigário. Efetuada a mudança da sede eclesiástica, o padre Passos tratou imediatamente de erigir a nova Matriz e, a 8 de setembro de 1823, já lhe foi possível benzer sua capela-mor e seu cemitério, segundo registro no Livro do Tombo da igreja que reza:

“...o que tudo axando com decencia e suficiente para celebrarem os Officios Divinos benzeo e Capella Sacristia e Cemiterio até o Cruzeiro inclusive com demarcação de pedra plantada no adro da Igreja...”

O vistoso templo da Palmeira só foi concluído, porém, em 1837, vários anos após a visita de Debret.

A prancha confirma a informação transmitida por Moysés Marcondes (*Pae e patrono*, Rio, 1926, p. 330) quando diz que havia primitiva igreja de madeira, que serviu aos ofícios religiosos até a conclusão da Matriz. Esse mesmo historiador informa que o tenente Araújo ao falecer, em 1825, deixara “esplêndida casa situada no largo da Igreja”. À época da viagem do artista seria o melhor edifício da povoação.

Jaguarhy Catu

Jaguaricatu, importante afluente do rio Tibagi (*Jaguar* — onça, *y* — rio, *catú* — bom) que banha a região nordeste do Paraná. A aquarela retrata o rio no ponto em que corta a estrada de São Paulo a Curitiba, que era o antigo caminho dos tropeiros. Trata-se da aquarela original que inspirou a litografia n.º 47 do II volume do *Voyage pittoresque au Brésil*. Ao contrário de outras cenas que foram bastante alteradas quando da sua passagem para a pedra, neste caso o litógrafo (talvez o próprio Debret) respeitou rigorosamente o desenho original. Pode-se observar que todas as figuras e os detalhes coincidem e apenas a vegetação foi algo padronizada ou simplificada.

NEWTON CARNEIRO

REPRODUÇÃO DAS PAISAGENS



1 - *Villado católico de San Juan en Historia de Pizarro*



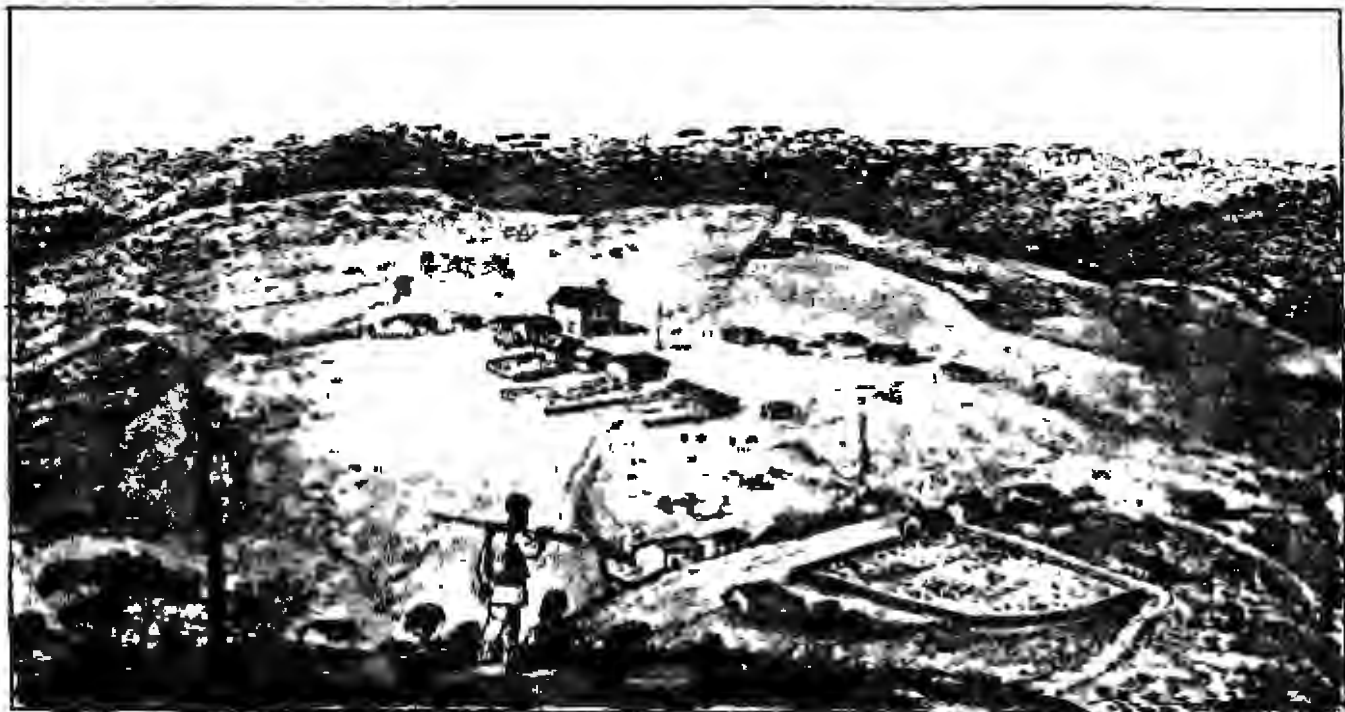
— *Indias entrante de cada parte de Costa Rica*



— Fazenda dos Gatos (MATTOS) em 1925/1926

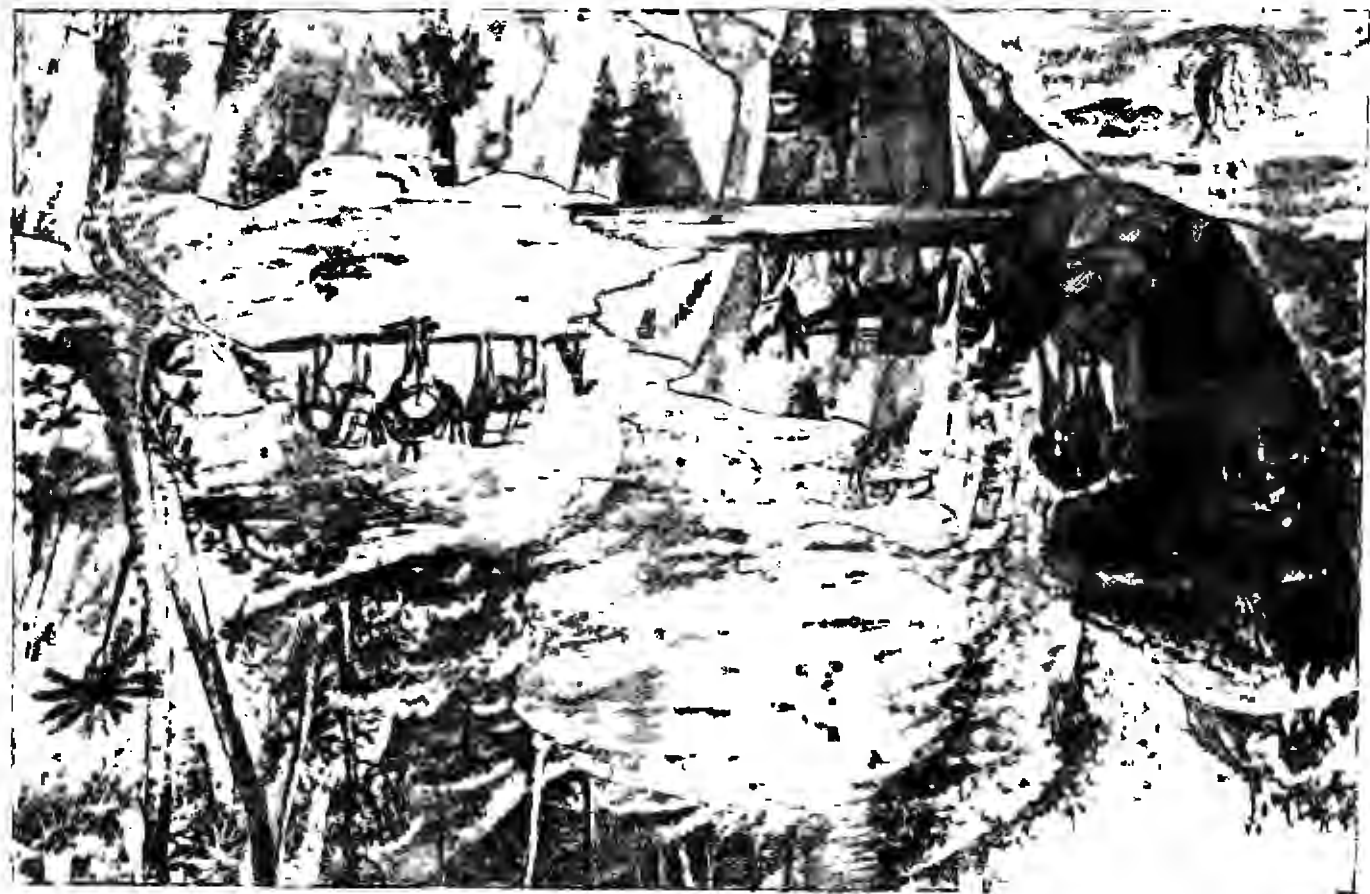


1. *Polynomial Equations*



301. UNAS DE PUEBLO DE ...

7 — *Homero (Hámeros de [axiōs])*



6 — *Limite da Integração de Van Buren-Lippel*



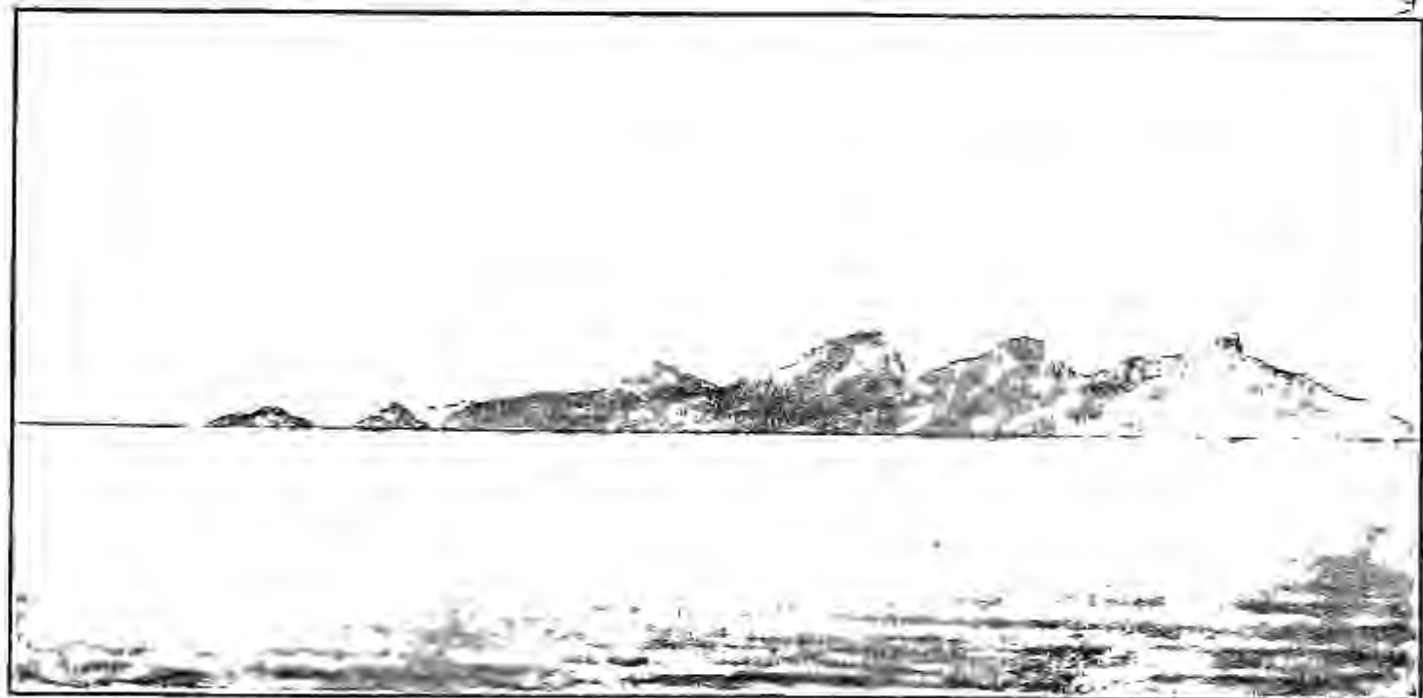
View of the Colorado Desert in California
J. L. Robinson
1857

— *Vieni da casa in Panni mi sai da Uba Genale*



J. B. Deane's Bay
1920.

• — *Expositio (Xpistiva)*



P. 100-102 # 100 - 100 - 100 - 100 - 100 - 100

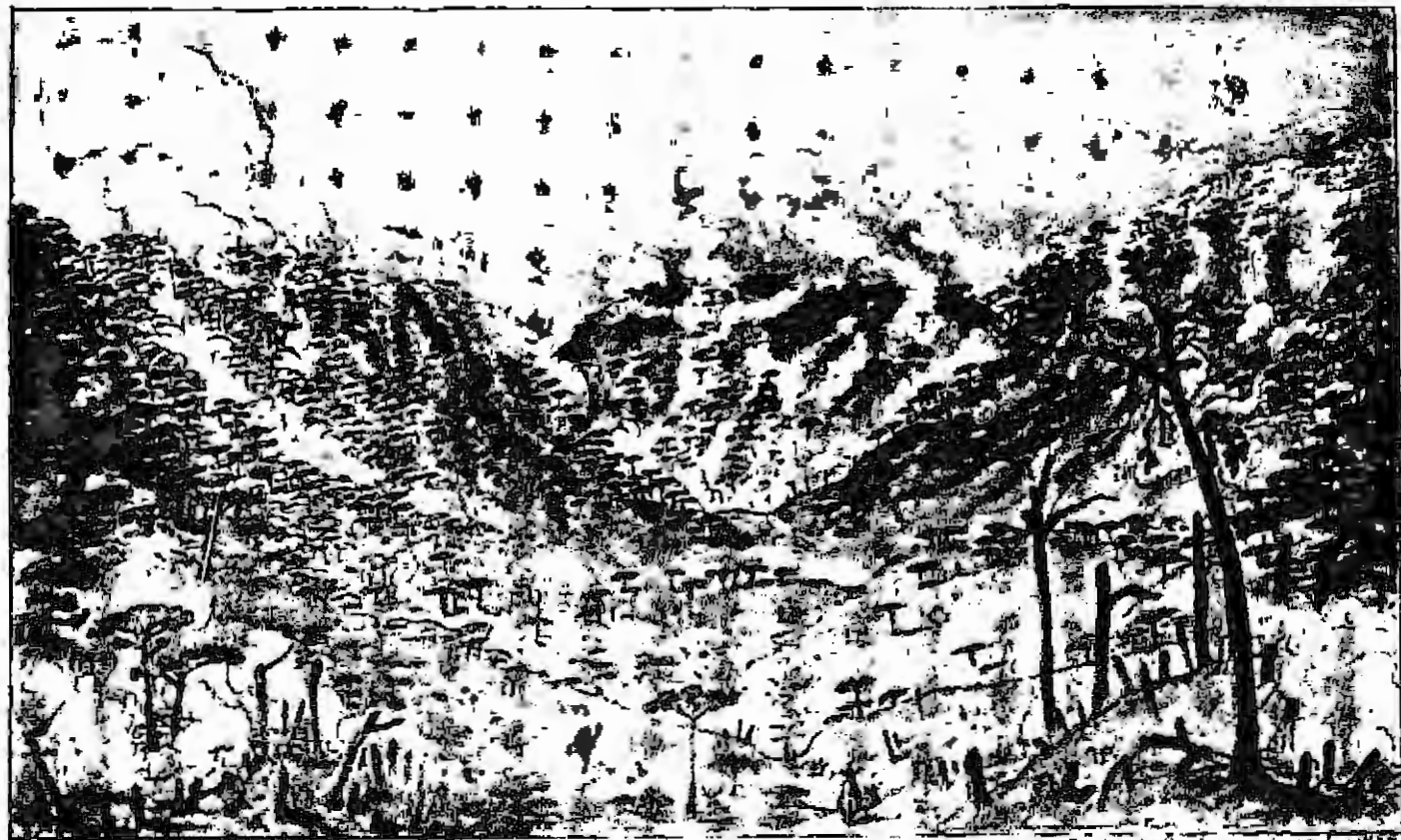
J. P. S. 100 - 100 - 100 - 100 - 100 - 100
1872

9. — *Exercice de construction, suite de l'exercice 8. (10 points)*



Z. B. Smith del. 1852

10 — *Questões de Simulação em Volatilização (Volatilidade)*

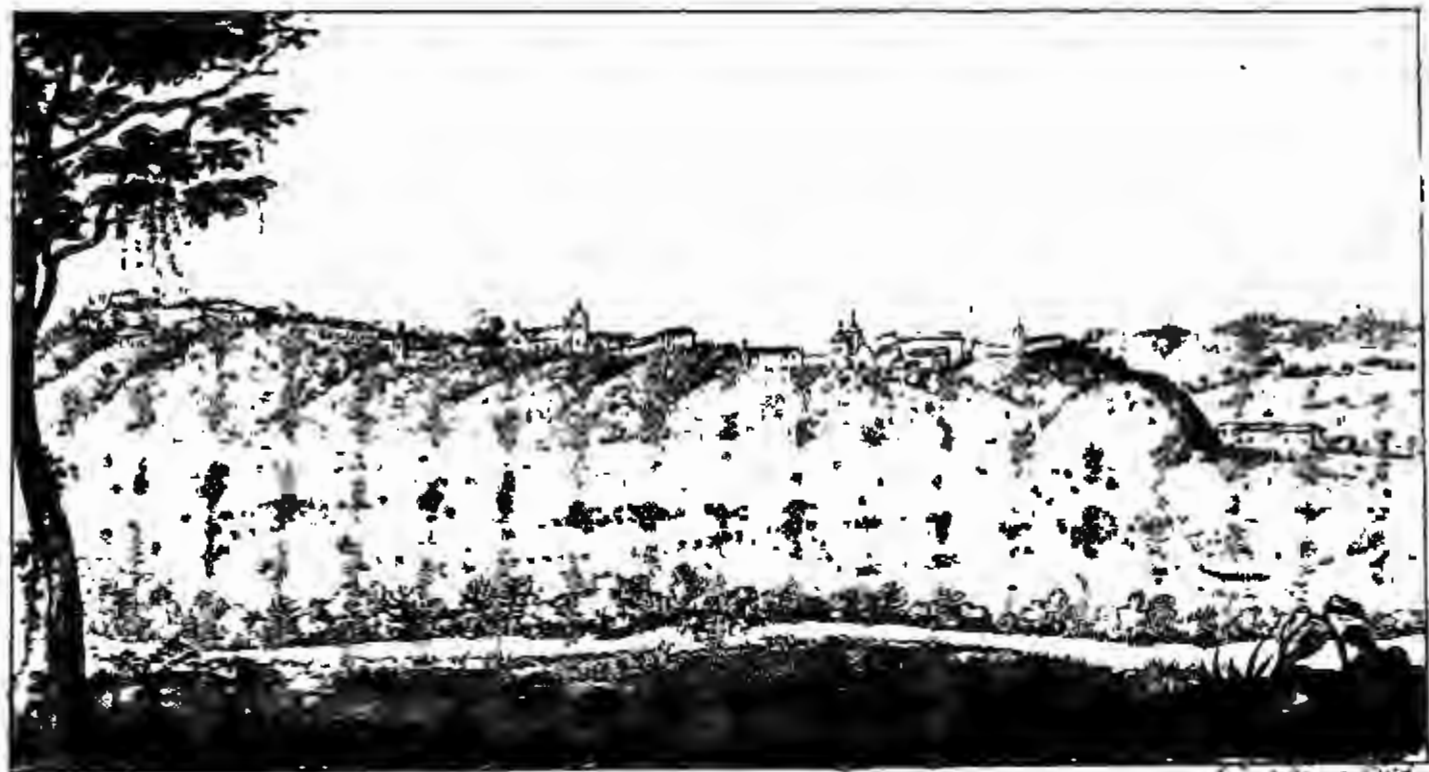


2. 15. 1914

1) — *Impulseria de Rós Dapli*



12 — *A fábrica de ferro de São João de Ipanema, a três léguas
de Sorocaba.*

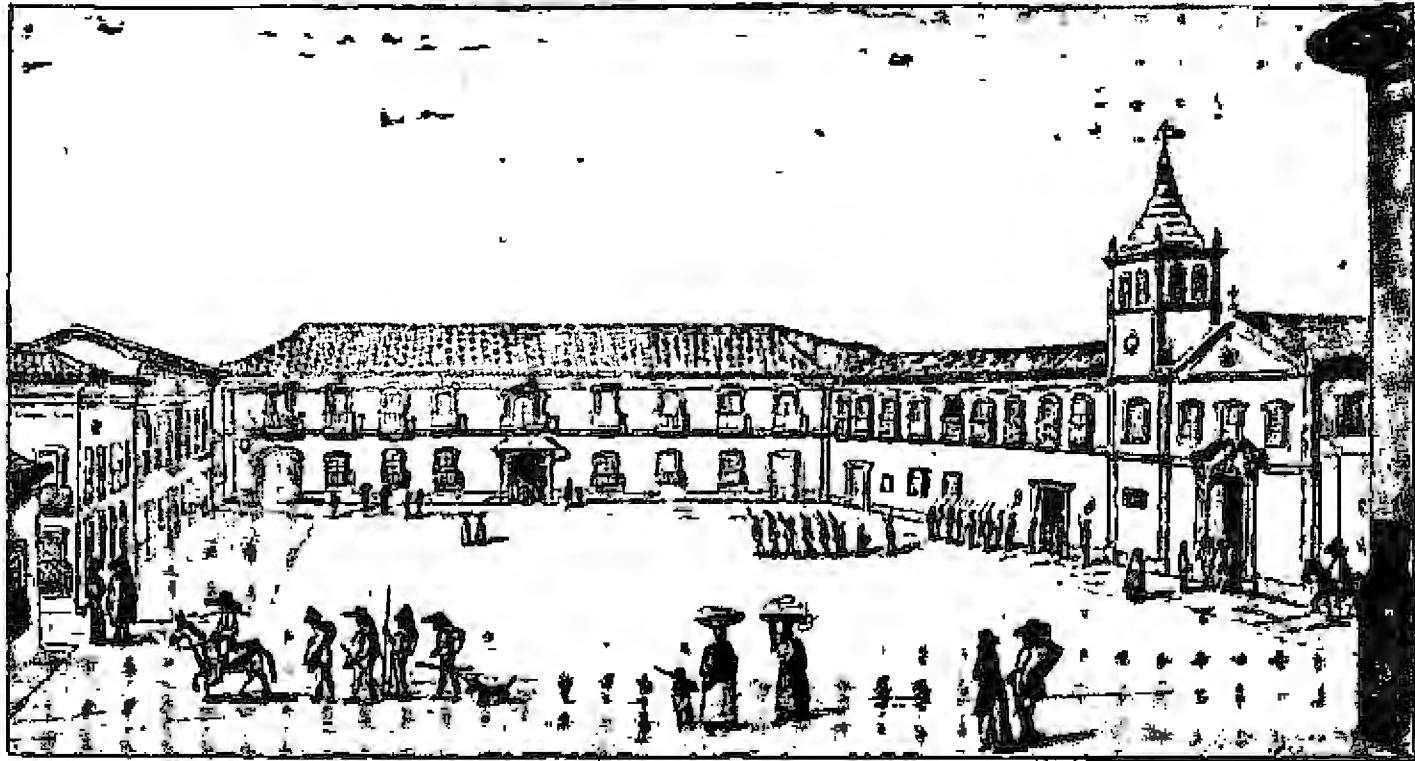


J. P. ...

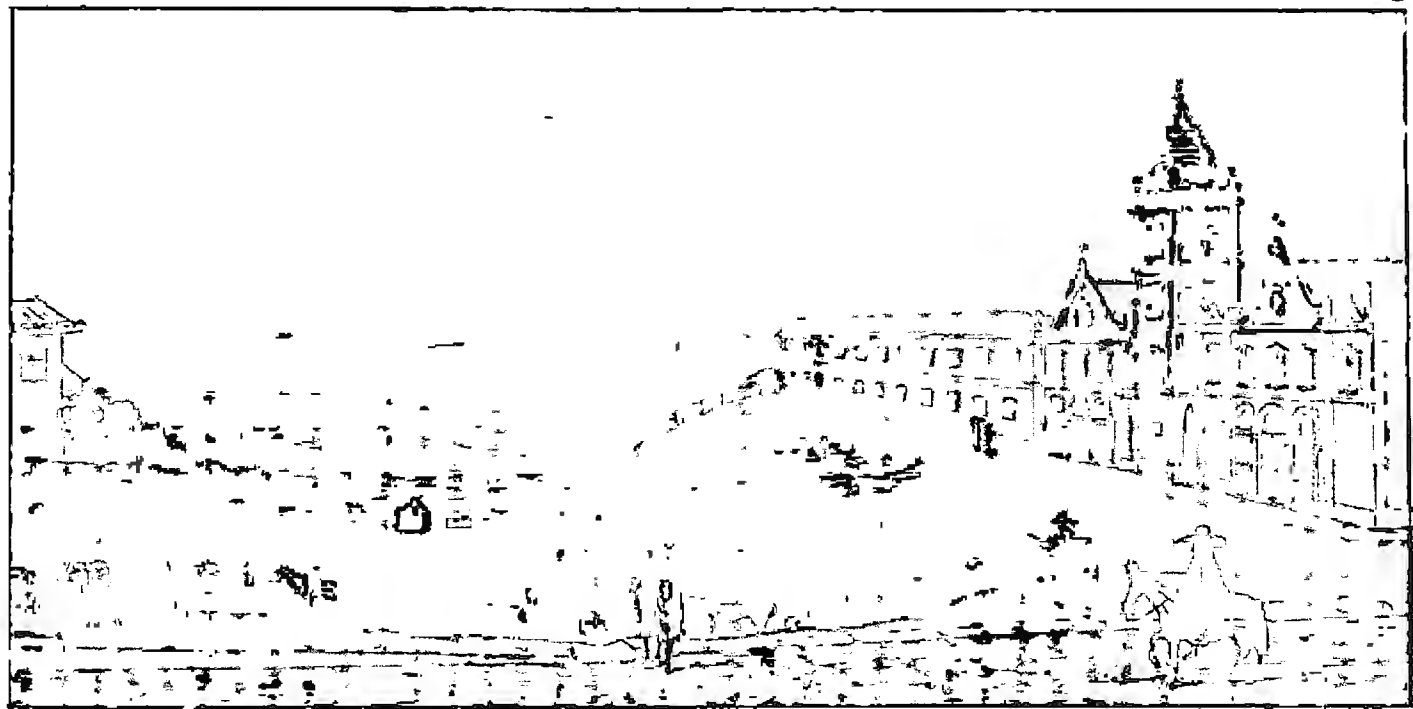
13 *Missa para a cidade de São Paulo*



11 *SoSciPilot*

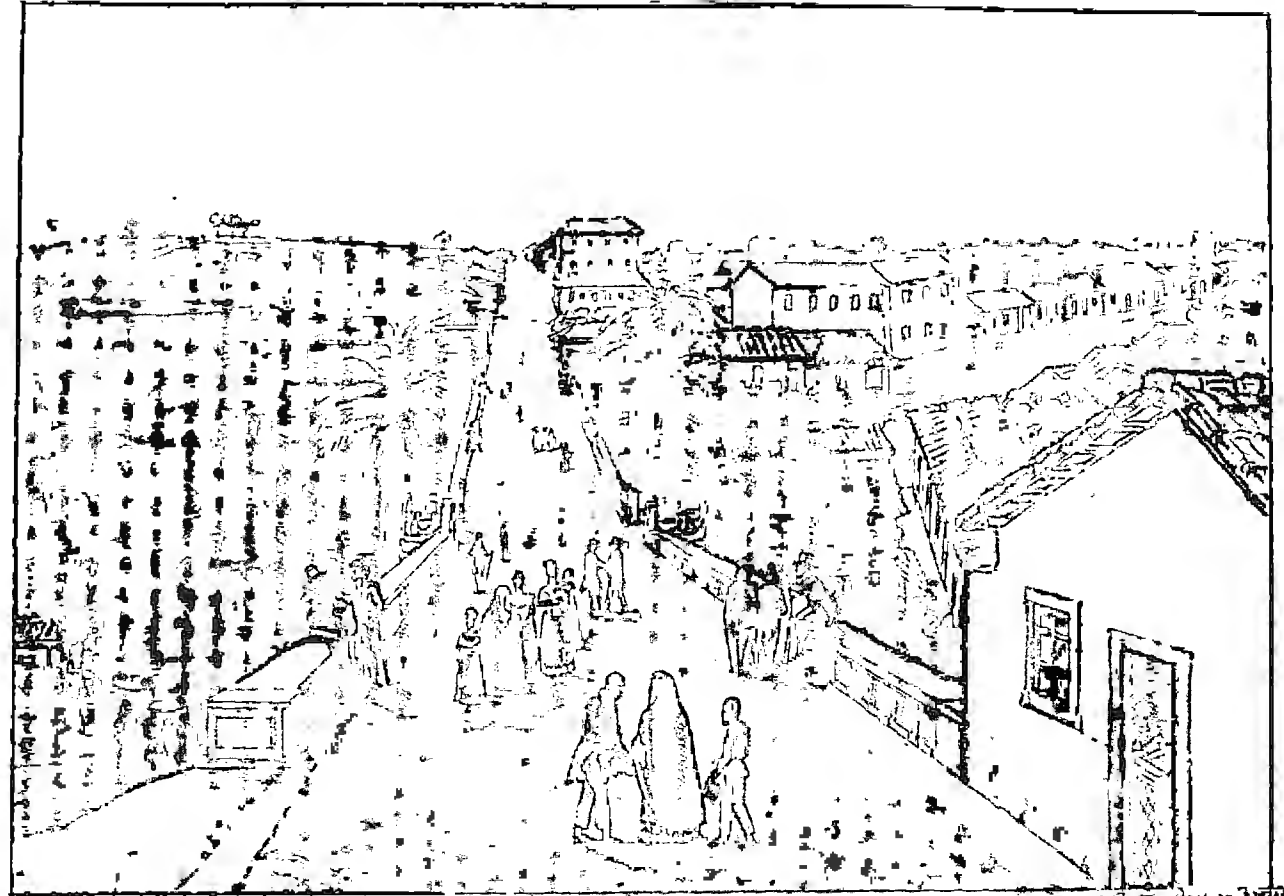


palais du gouverneur a St Paul.

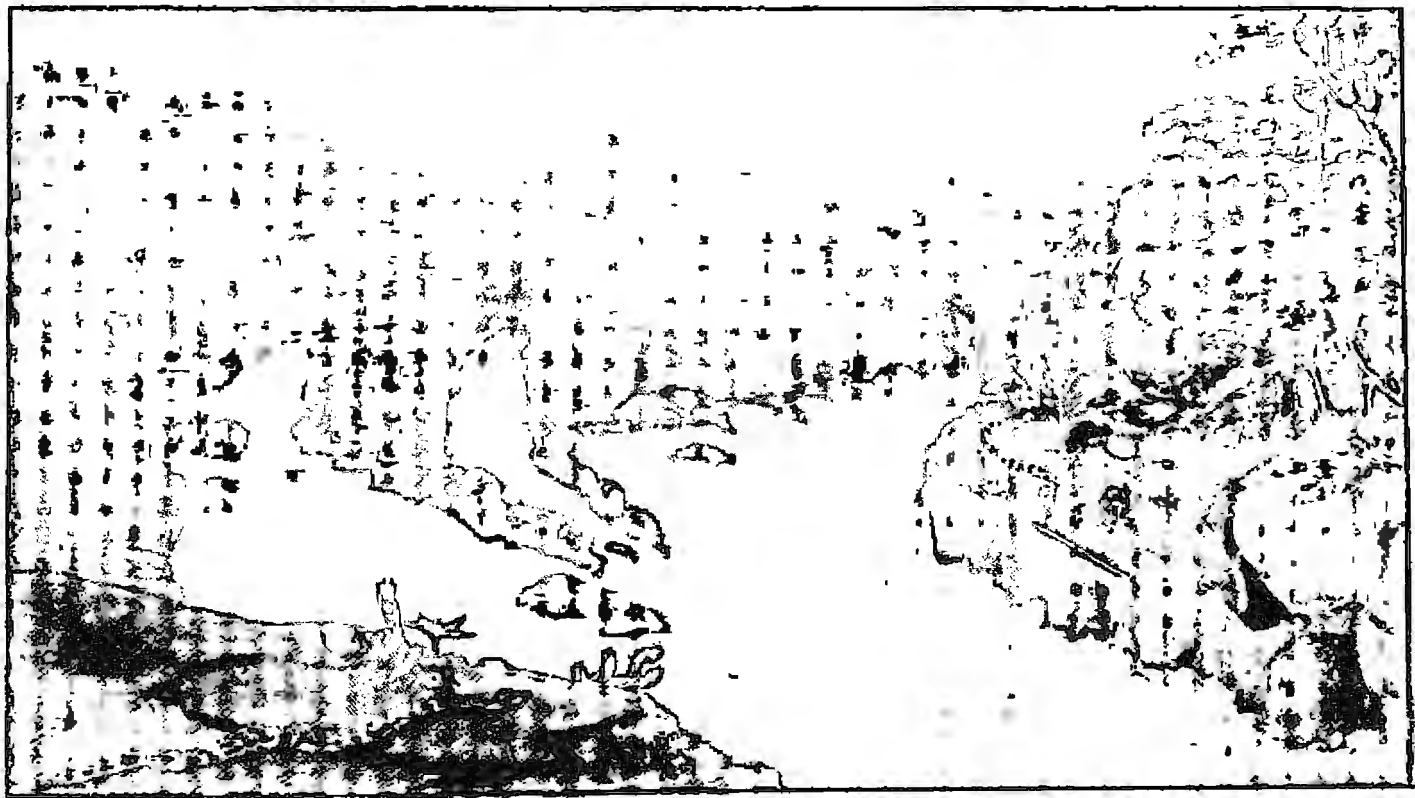


J. H. ...
1888

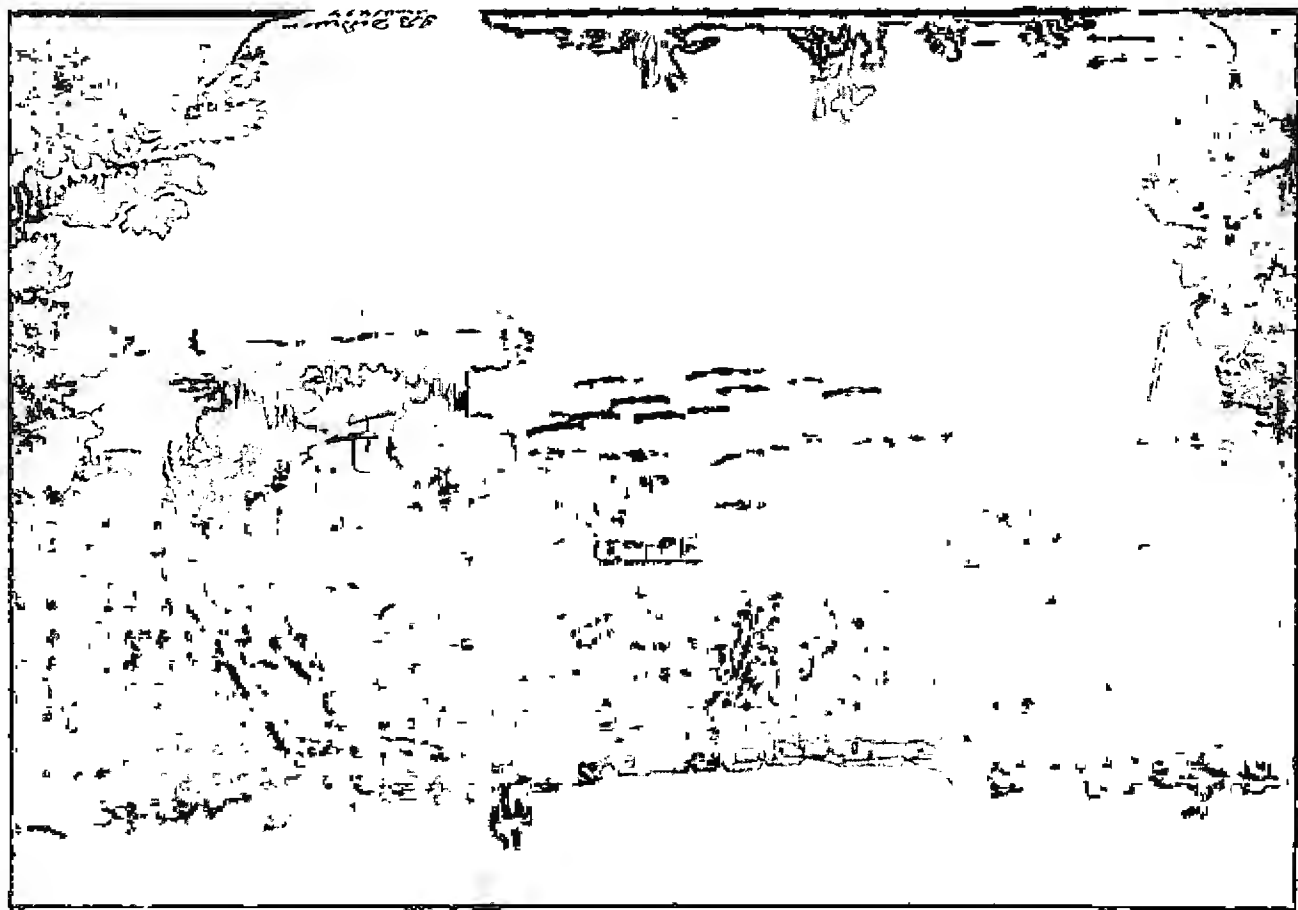
16 — *Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro
(Convento dos Carmelitas).*



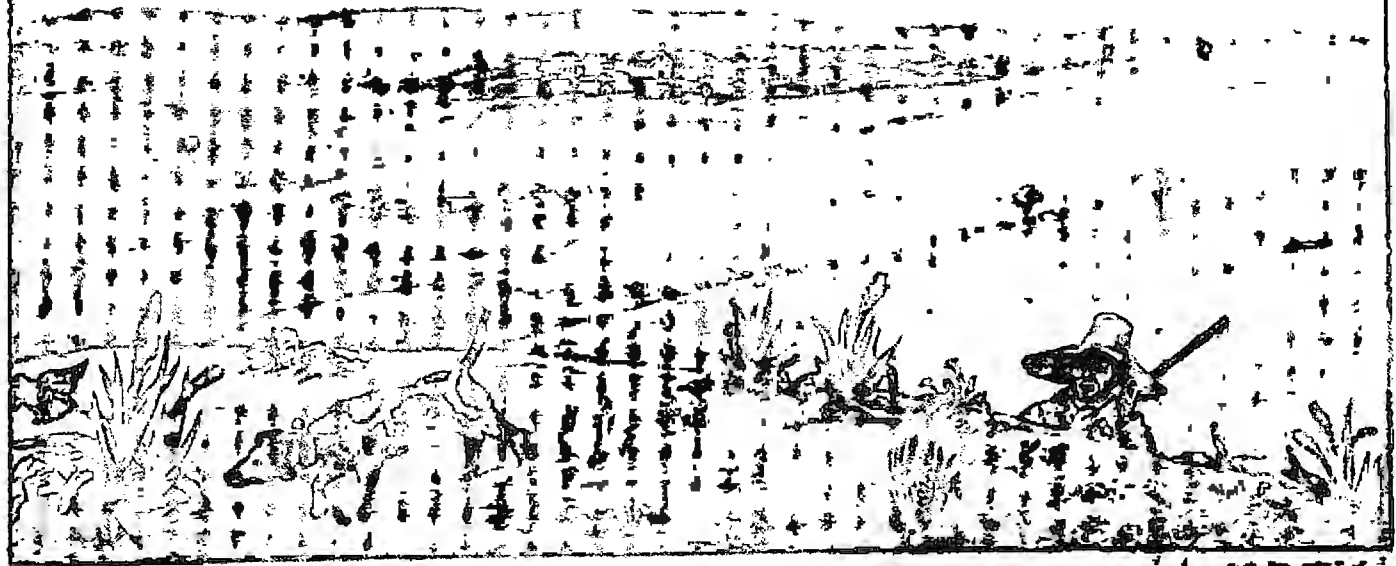
17 — *Bomê de Santa Ifigênia, em São Paulo*



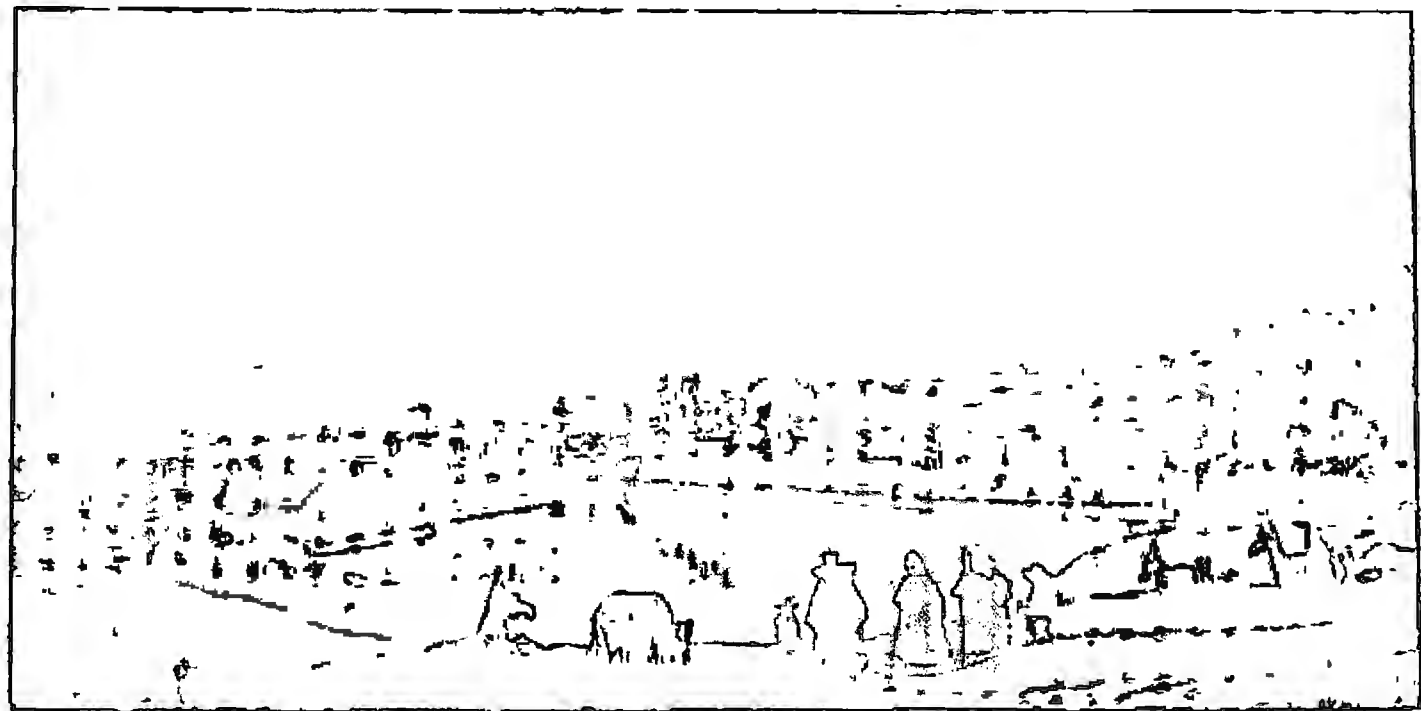
11) *Quarta da Terceira parte de I_1 .*



19 — *Banco Fria: vista da margem ocidental* — *Tripas*



$$\lambda_1 = \int_{\mathcal{X}} f(x) f(x) dx$$



21 — São Zotico (hoje Caminhos), vista da ambulância para Curitiba.

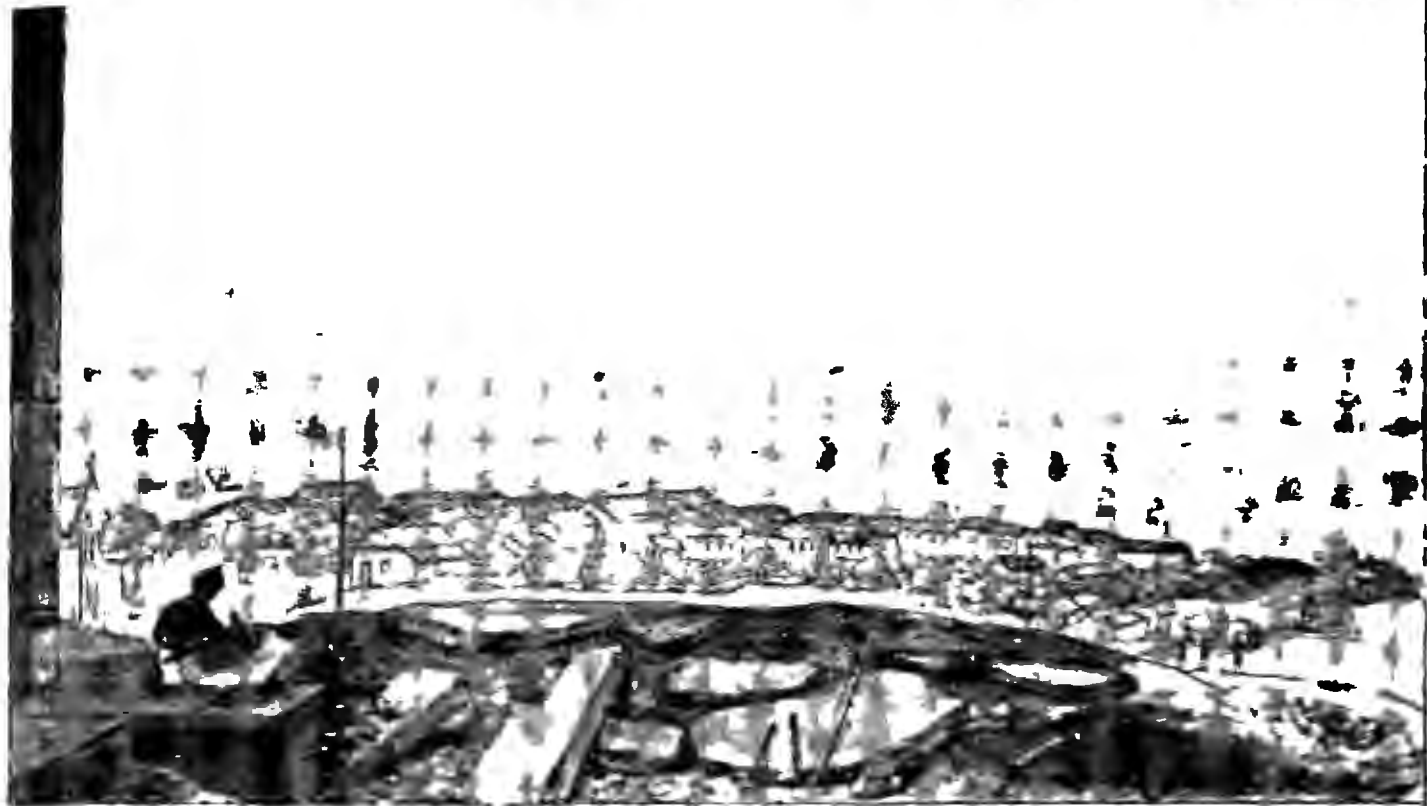


J. B. 2009-11-11

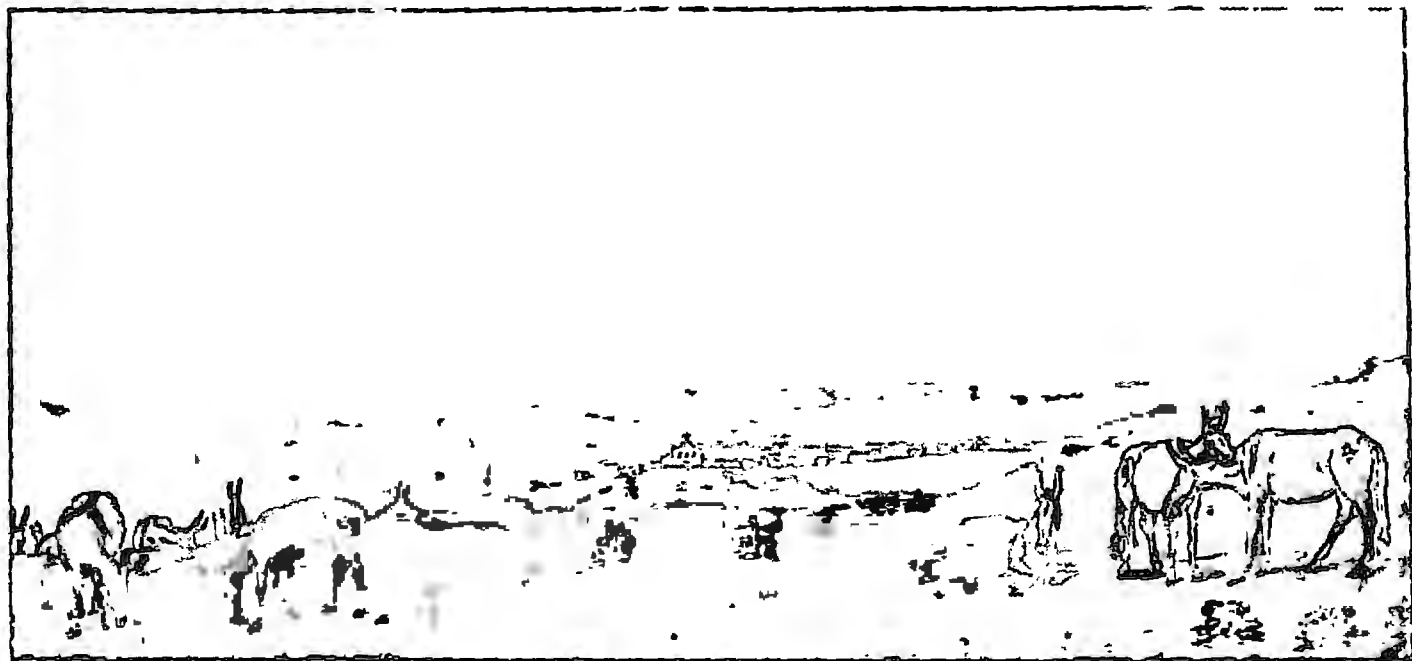
11 → Porto da Vila da Ribeira (Covilhã)



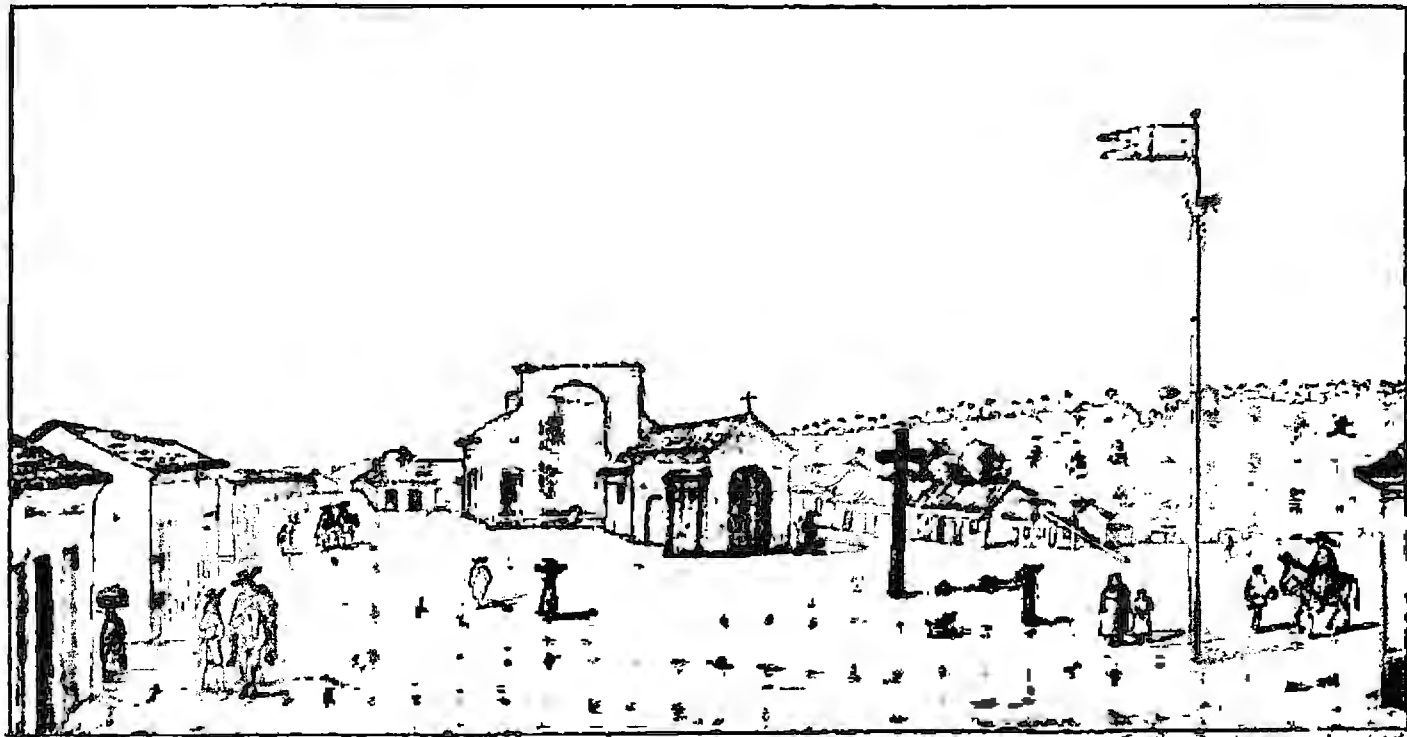
— *Nelumbo* —



24 — *Amica*



5 - *Amos*



J. B. Zetzel made, 1827

26 — *Contemporary History*



J. B. Ledyard - 1840

⇒ — Parte de Argentina (Caucasus)



Curacao

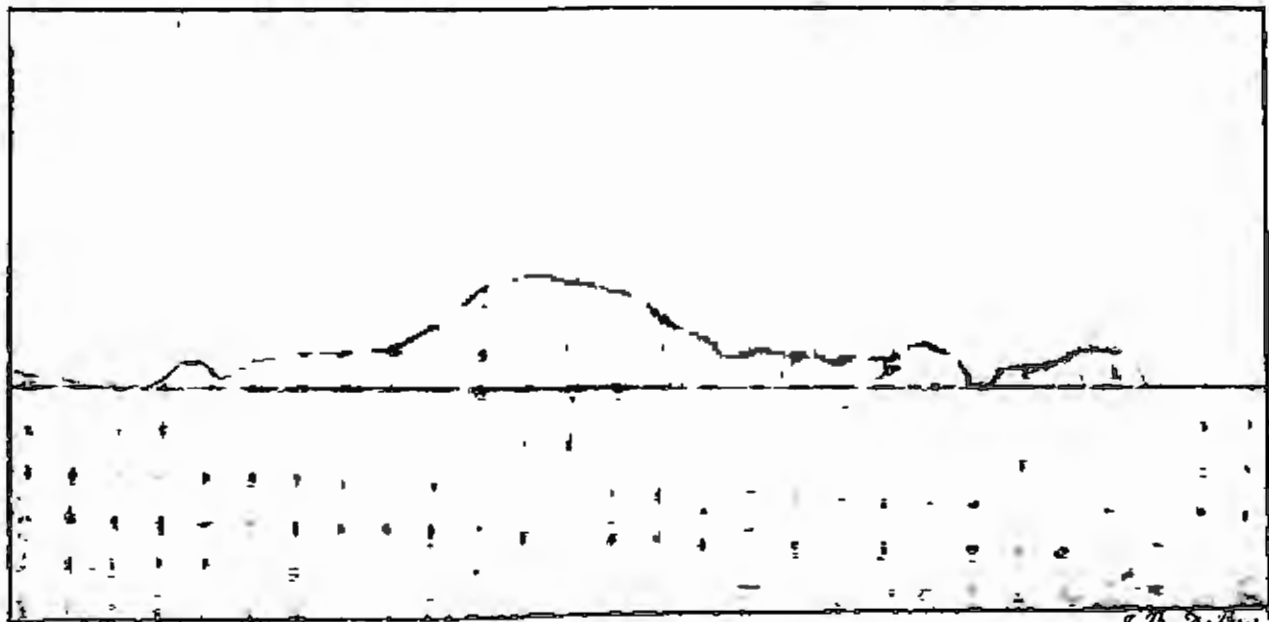
*W. A. F. van der Meer
1827.*

— *Государство*



W. J. 25 - 1000 - 1000
1000

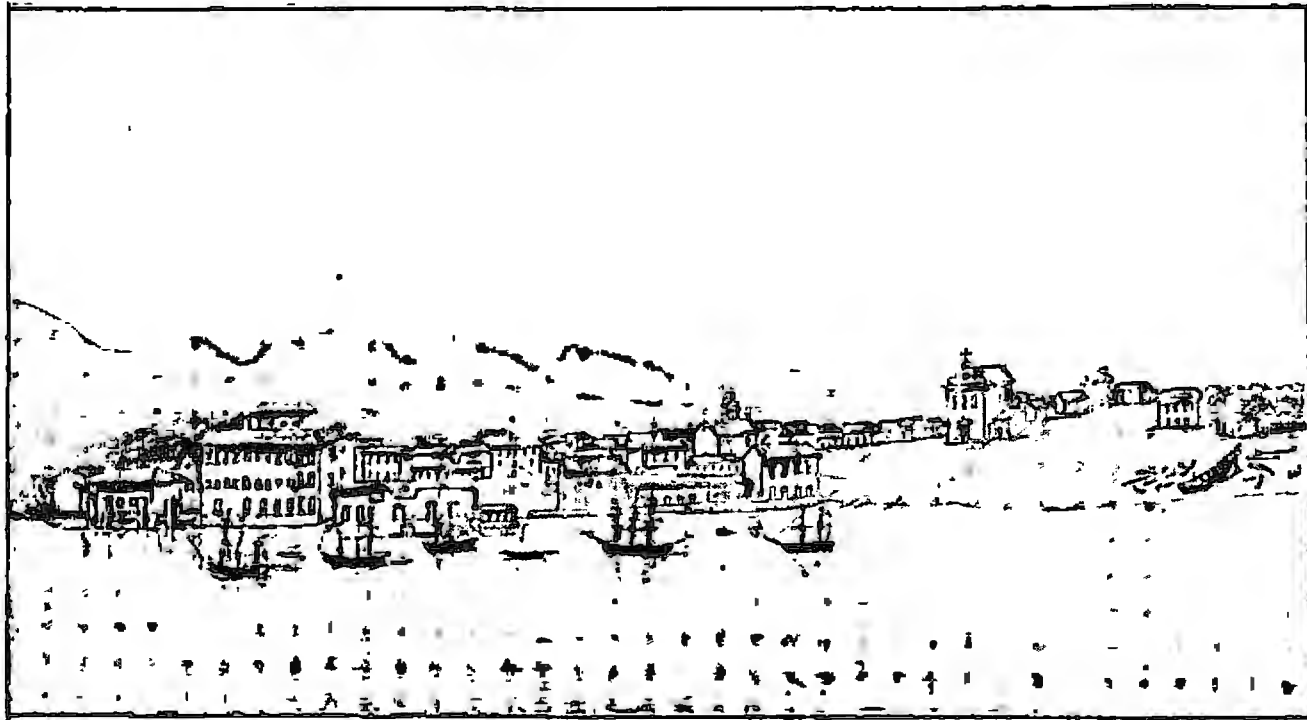
17 ← 17) *Exercises*



... .. v. d. S. 3 lines

J. B. Gifford
1827. August

30) — *Enxada de Paratiguá, vista do sul, a 1752 metros*



Guaratuba

J. D. B. West in Brazil
1887

→ Geometrie



J. B. ... 1874

Stupa roszyo

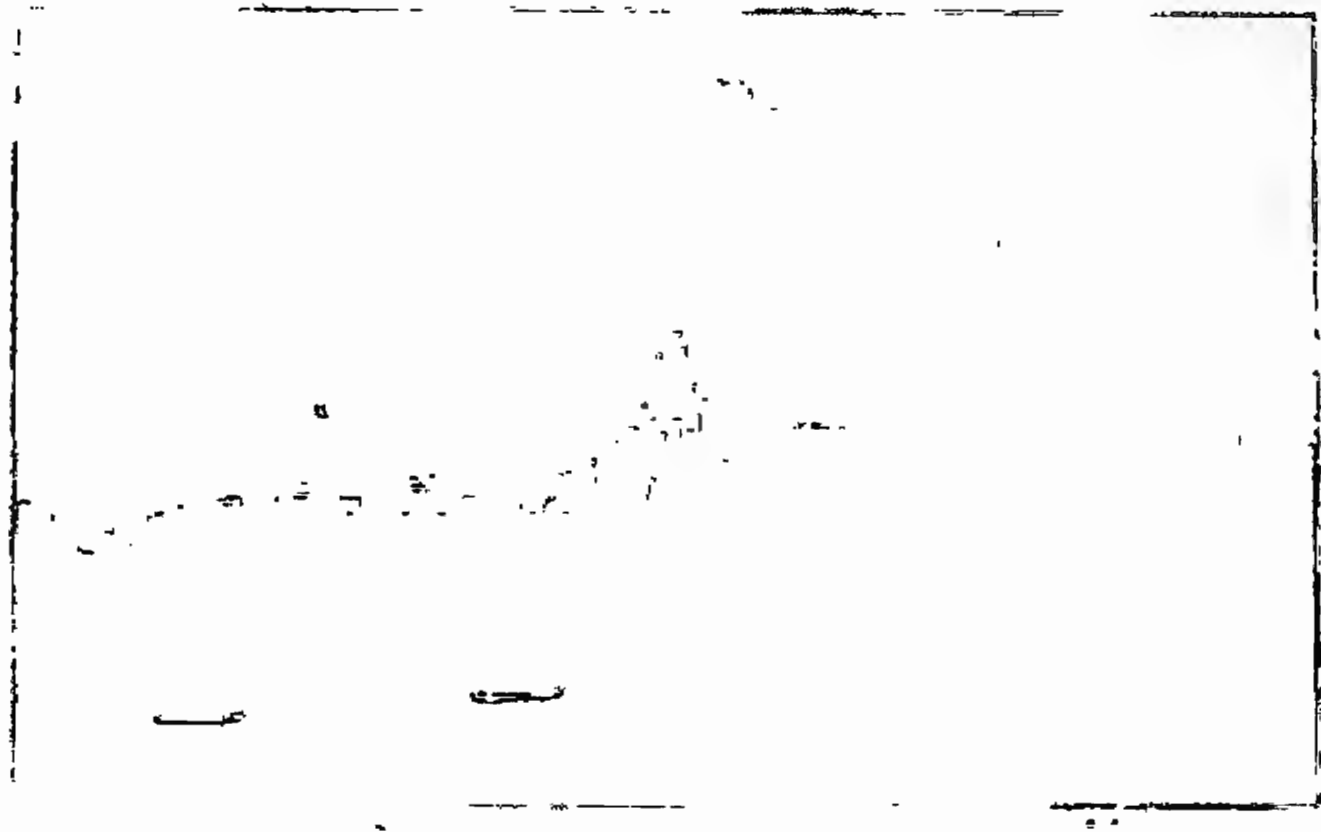
Ξ2 — Γενίκευση (2) γενίκευσης



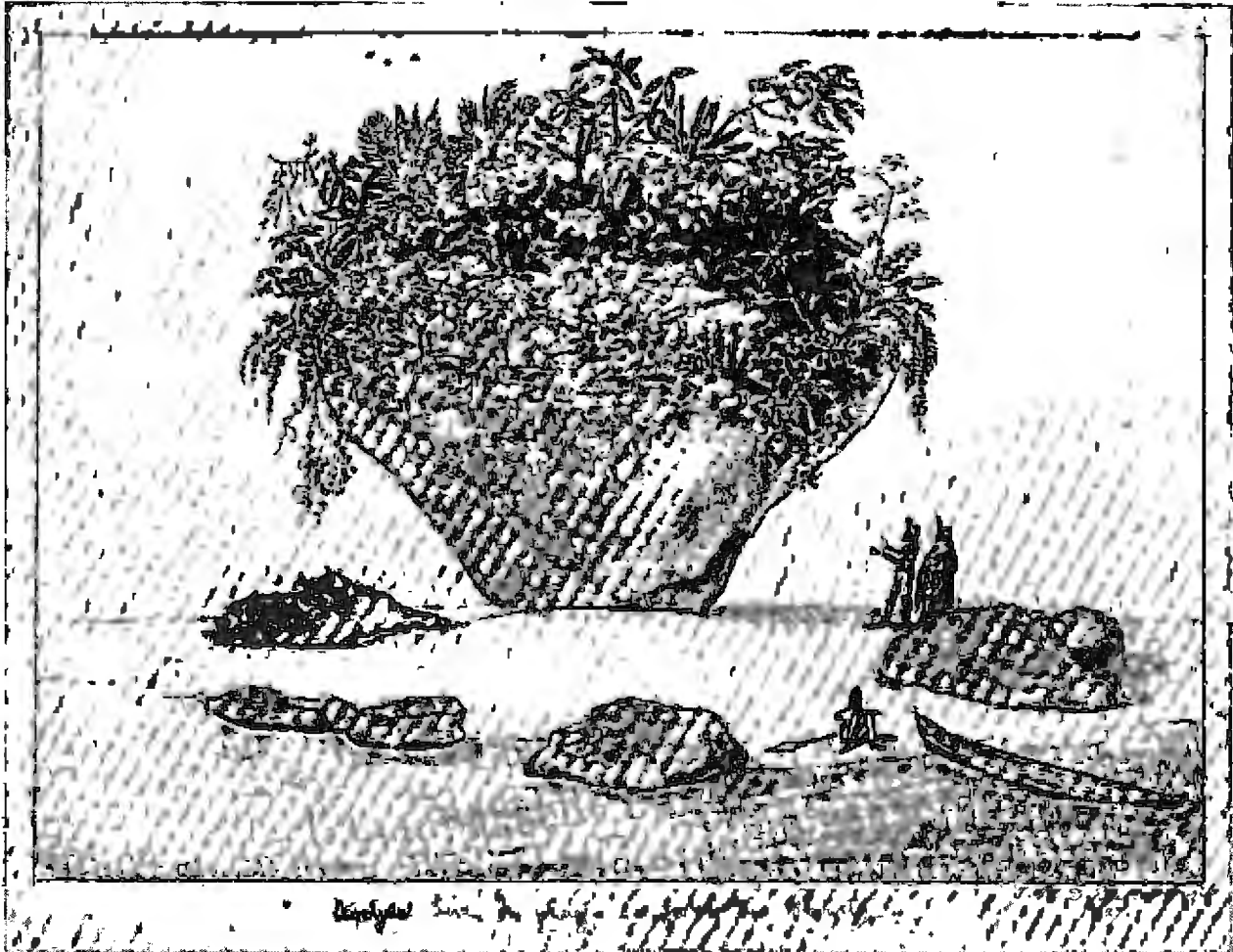
Wharfedale

1897

— *Libanus*



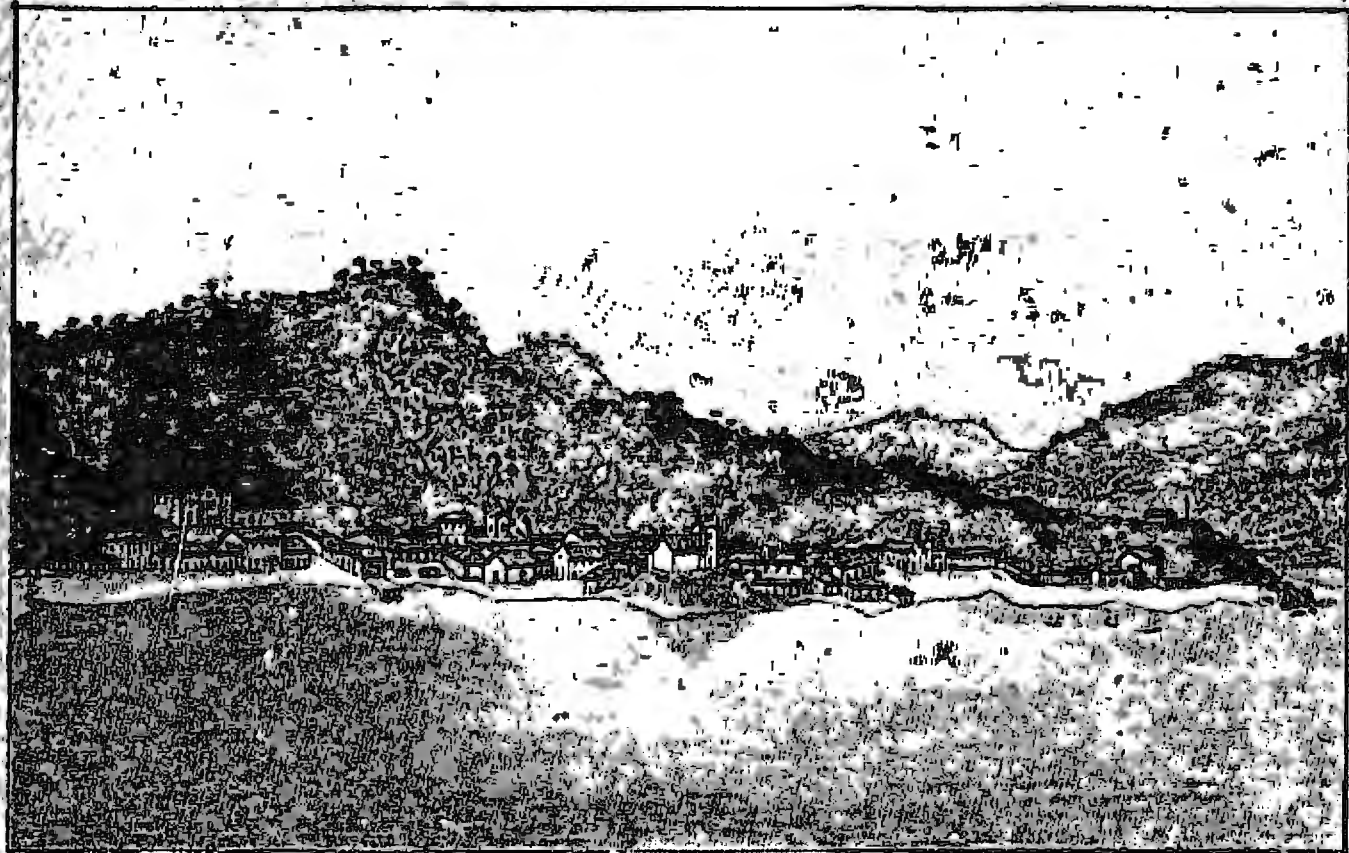
34 — *Ilhabela, na Ilha de São Sebastião (ex-Vila Bela
ou Ilha de São Sebastião).*



-7- *Novelto na mata di Fero do Ivo.*



1 — D'ora em diante, vou falar de frente e não de costas.



View from the ground

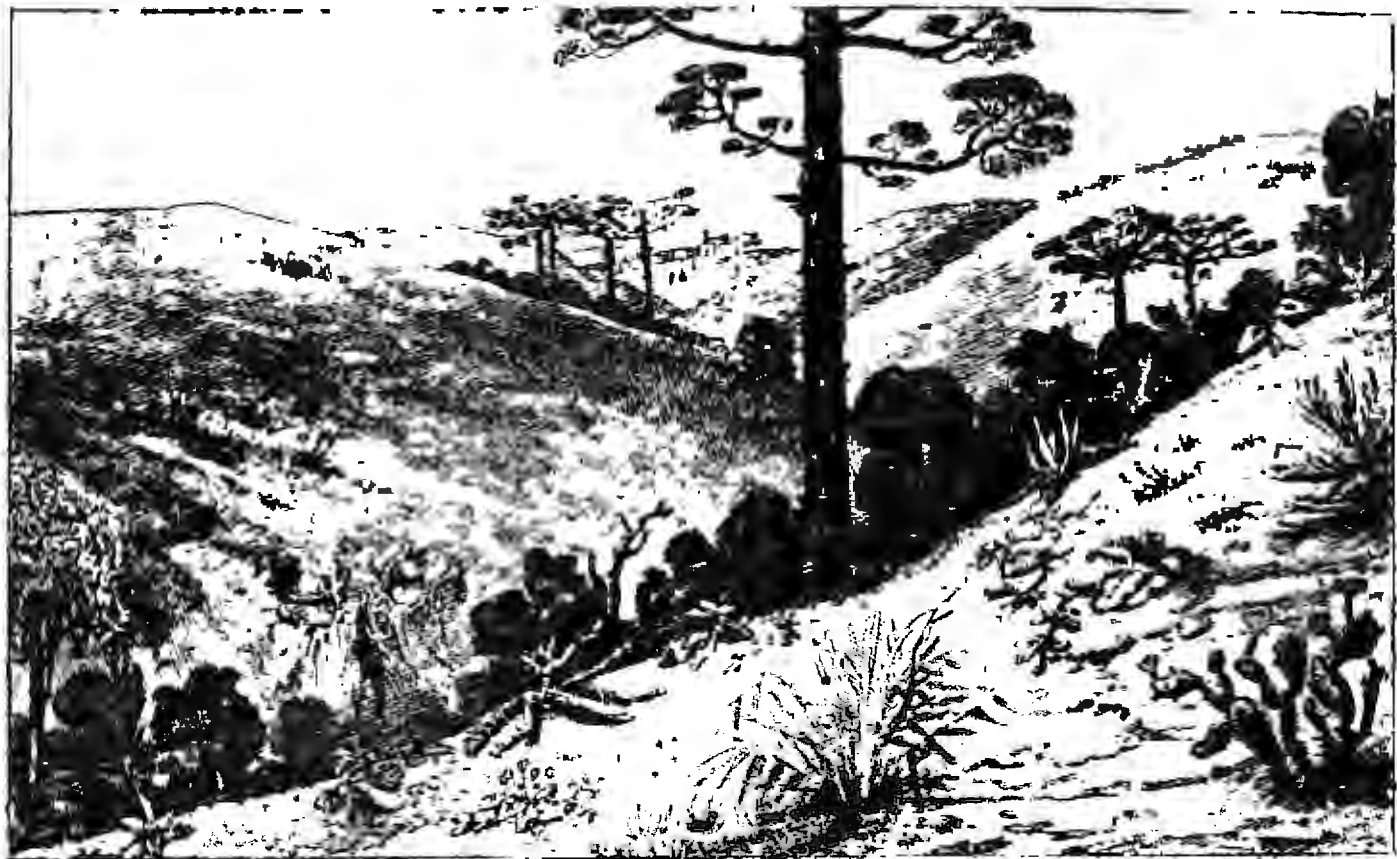
F. B. [unclear] on [unclear]
1857.



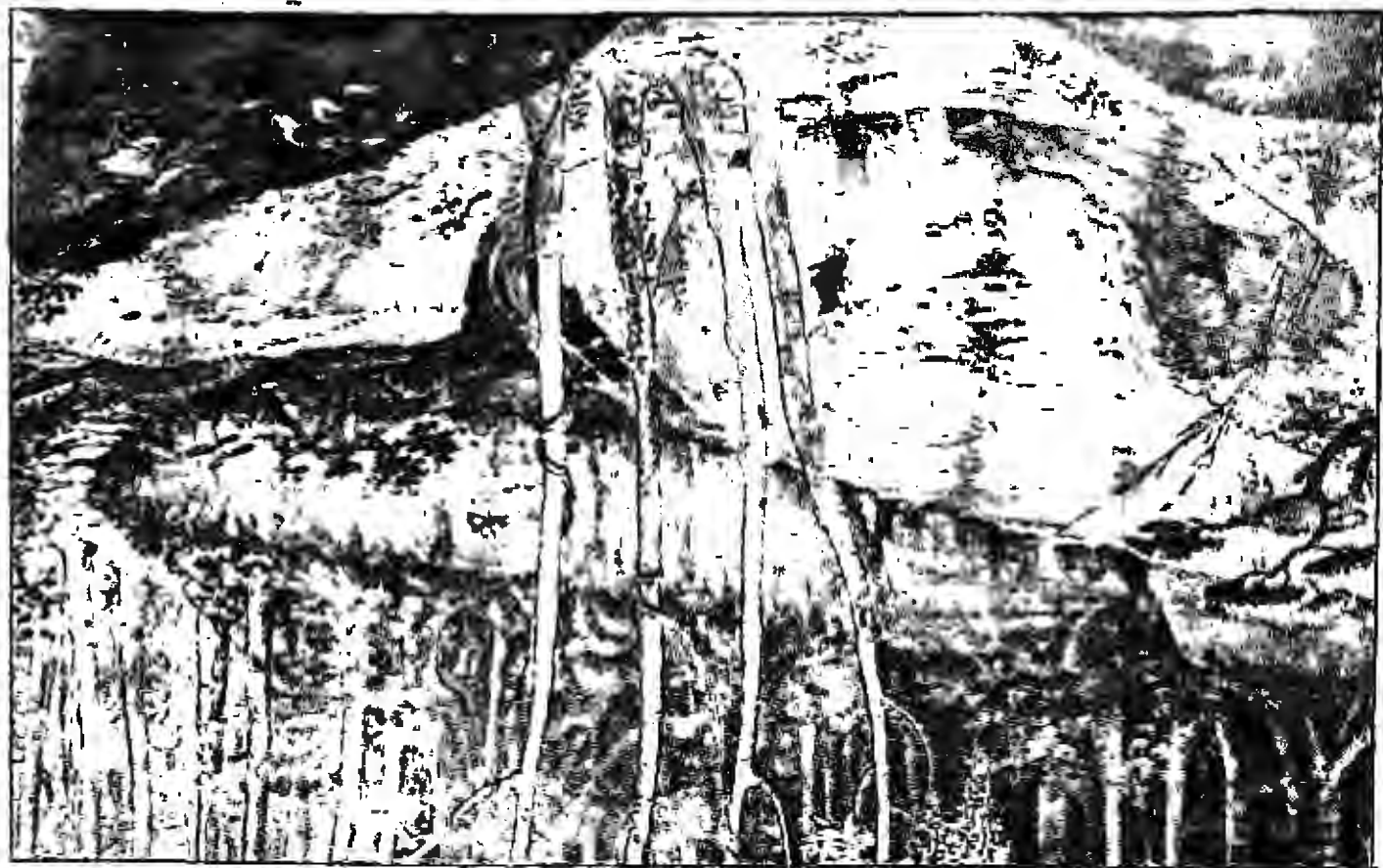
Equally to the left

Ed. S. ...

$\mathbb{R} \rightarrow \mathbb{Q}$ (Zerlegung)



39 — *Estensione (Urgente) dei Servizi,*



10 — *Fruit de longans (1)*

LEWIS CONDASTRO

- Abrantes, duquesa de, 30
 Abreu e Lima, general, 45
 Adam, Robert, 36
 Aguiar, brigadeiro Tobias de, 51, 55
 Alão, Joaquim, 38, 60
 Alavoine, 17
 Alcântara, Job Justino de, 59
 Almeida, José Egidio de, 35
 Almeida Correia, Antônio de, 48
 Amaral, Francisco Pedro do, 42, 60
 Amélia, Imperatriz, 59
 Andrada, Antônio Carlos de, 59
 Andrada e Silva, José Bonifácio de, 36, 42, 62, 64
 Angoulême, duquesa de, 29
 Antônio José (organista), 27
 Arago, 34
 Araguaia, visconde de, 78
 Araújo, Antônio de (conde da Barca), 3, 4, 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 38, 41, 43, 44, 59
 Araújo Porto Alegre, Manuel de, 42, 45, 58, 59, 60, 78, 79
 Arbans (v. Jouffroy d')
 Armerval (ou Ormeval), conde d', 33
 Artois, conde de, 29, 31
 Azevedo (argentário visconde do Rio Seco e marquês de Jundiá), 35, 36, 75

 Balzac, 10, 70
 Barbès, 71
 Barca, conde da (v. Araújo, Antônio de)
 Baskerville, 67
 Bate, 34
 Beaupaire, 30
 Beckford, William, 36
 Belens, Geraldo, 20
 Benoît, F., 9

 Bernard, 71
 Berry, duque de, 66
 Bexiga, 53
 Beyle-Stendhal, 70
 Biancardi, conselheiro, 59
 Blanqui, 71
 Blücher, 5
 Bodoni, 67
 Boilly, 13
 Boiret, 33, 39
 Bolívar, 61
 Bonaparte, Jerônimo, 22
 Bonaparte, Napoleão 1, 2, 7, 9, 10, 11, 20, 21, 29, 31, 33, 64, 76, 79, 80, 81
 Bonnaval, conde de, 47, 48, 56, 67, 77, 79, 81
 Bonrepos, Francisco, 5
 Borget, Auguste, 30
 Bouch, 20, 30
 Boucher, François, 9
 Boulanger, Luiz Alcixo, 45
 Bourbon, duque de, 1, 14, 31, 65
 Bourdon, 41
 Bragança, 46, 80
 Brandzen, 30
 Briggs, Frederico Guilherme, 59
 Brighton, 47, 52, 53
 Brito, Francisco de, 5, 14
 Burchell, 22, 34, 47, 53

 Cabral, Pedr'Álvares, 49
 Cabral Teive, Joaquim, 59
 Cadaval, duquesa de, 19, 35, 37, 51
 Cailhé, 30
 Canova, 21
 Cantagalo, marquês de, 63
 Caravelas, marquês de, 49
 Carlos IV, 4
 Carneiro, Newton, 48, 54
 Carneiro Leão, Brás, 20, 75

- Carneiro Leão, Fernando, 6, 20
 Carvalho, José Leandro, 27, 36
 Castro Maia, Raimundo Otoni de, 6, 13, 47, 48, 56, 68, 76, 77, 81
 Catarina, Imperatriz, 37
 Cavroé, Alexandre Pedro, 38, 40, 43, 58
 Chamberlain, 34, 56, 73, 75
 Chateaubriand, visconde de, 61
 Chevalier, Antoine, 30
 Choris, 34
 Christie's, 22
 Climaco, José, 59
 Cochrane, almirante, 31
 Cooper, Fenimore (v. Fenimore Cooper)
 Correia de Lima, José, 59
 Coutinho, Lino, 78, 79
 Cremière, 32
 Cristo Moreira, José de, 42, 60
- D. Maria I (v. Maria I, D.)
 David, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 39, 45, 62, 64, 70, 71
 Debret, François, 66
 Dédéban, 17
 Delacroix, 70
 Delécluze, 70
 Delmas, 32
 Denis, Ferdinand, 31
 Denon, Vivant, 5
 D'Escragnolle, 30
 Desnouettes-Lefebvre (v. Lefebvre-Desnouettes)
 Desportes, vincondessa, 67
 Didot, 21, 23, 24, 47, 54, 55, 67, 76, 77
 Dillon, Pedro, 6, 13, 18, 38
 Dolci, Carlo, 41
 Domitila (v. Santos, marquesa de)
 Don Bazile, 15
 Don Quichotte, 15
 Dumouriez, 2
 Duque de Luxemburgo, 17, 19
- Earle, 34
 Elz, conde de, 31
 Ender, Tomás, 19, 22, 24, 34, 47, 49, 52, 57, 69, 73, 75
 Engelmann, 67
 Enout, Nicolau Magliori, 6, 39
 Escragnolle (v. D'Escragnolle)
- Escragnolle Doria, 39
 Esmalter, Jacob, 11
- Fabre, 6, 39
 Falcoz, Alfonso, 59
 Faria, Eduardo de, 20
 Fenimore Cooper, 56
 Fernandes Pinheiro (visconde de S. Leopoldo), 43, 60
 Fernandes Viana (v. Viana)
 Ferrez, Gilberto, 31, 42, 75, 77, 79
 Ferrez, Marcos, 31, 59, 79
 Fleischmann, 67
 Fletcher, 47
 Florence, Hércules, 34, 47, 57
 Fontaine, 17, 19, 66
 Fourier, 30
 Freycinet, 34
- Gameiro Pessoa, Manuel, 32
 Garcia, José Mauricio Nunes, 27, 36
 Garraux, livreiro, 52
 Gavião Peixoto, 50, 51
 Gay, 17
 Gérard (Baron), 17
 Géricault, 70
 Gestas, conde de, 33
 Golovnin, 34
 Gomide, médico Gonçalves (v. Gonçalves Gomide, médico)
 Gonçalves de Magalhães, José, 59, 60
 Gonçalves Gomide, médico, 54
 Goya, 35
 Grain, 30
 Grandjean de Montigny, 5, 11, 13, 17, 19, 21, 22, 24, 34, 39, 40, 43, 44, 45, 58, 59, 76, 79
 Grivel, almirante, 66
 Guercino, 41
 Guillobel, 73
- Habsburgos, 14
 Hainaut, 33
 Humboldt, 5
 Heymann, Roberto, 47, 48, 57
 Hildebrandt, Eduardo, 47
 Hogendorp, 29, 80
 Hudson Lowe, 31
 Huet Perdoux, 30

- Jacquemont, Victor, 46
 Jefferson, 2
 João VI, 3, 13, 14, 17, 18, 20, 24,
 26, 31, 33, 34, 36, 37, 46, 50,
 54, 65, 71, 74
 Joaquina, Carlota, 4, 26, 35, 62
 Johnston, 36
 Joinville, Príncipe de, 71
 José Bonifácio (v. Andrada e Silva,
 José Bonifácio)
 Josefina, 8
 Jouffroy d'Arbans, conde, 33
 Jouvenet, 41
 Junot, M^{me}, 30
- Karniev, 34
 Kidder, 47
 Krusenstern, 34
- Labatut, 30
 Lafitte, corsário, 80
 Lafontaine, 14
 Lallemand, 31
 Landseer, 22, 34
 Langsdorff, 22, 34
 Lebreton, Joaquim, 5, 6, 7, 11, 12,
 13, 14, 15, 17, 18, 22, 31, 37,
 38, 41
 Lebrun, 41
 Lefebvre-Desnouettes, 8
 Leopoldina, D., 19, 30, 36, 45
 Lescesne, conde de, 33
 Le Sueur, 41
 Level, 6, 39
 Lima, general Abreu e (v. Abreu
 e Lima, general)
 Linhares, marquês de, 34
 Lopes, Elias Antônio, 76
 Lopes, desenhista, 59
 Loulé, marquês de, 37
 Luca Fa Presto, 13
 Luís Filipe, 71, 79
 Luís XVI, 2, 9, 29, 59
 Luís Napoleão, 71, 79
 Luís XVIII, 5, 17, 28, 29
 Lyra, Heitor, 39
- Macedo, Roberto, 32
 Magalhães, José Gonçalves de (v.
 Gonçalves de Magalhães, José)
 Magliori (v. Enout, Nicolau Ma-
 gliori)
- Maler (cônsul), 17, 18, 21, 30, 31,
 37, 38, 46
 Mallet, 30
 Marat, 71
 Maratti, 41
 Marcondes Ferreira, Octalles, 14
 Marcos Portugal, 37
 Maria Antonieta, 10
 Maria Carolina, 11
 Maria da Glória, D., 62
 Marialva, embaixador, 5
 Maria I. D., 13
 Maria Teresa, 43
 Marolle, 32
 Martius, 34
 Mawe, 47
 Mayne Reid, 56
 Meunié, Luís S., 6
 Miguel, D., 62, 80
 Milton, 38
 Montigny, Grandjean de (v. Grand-
 jean de Montigny)
 Morales de Los Rios, 39, 75
 Moreira, José de Cristo (v. Cristo
 Moreira, José de)
 Mueller, irmãos, 60
- Neukomm, Sigismund, 5, 36, 37
 Northeumberland, duque de, 36, 72
 Nourry, livreiro, 48
- Ormeval, conde d' (v. Ormeval,
 conde d')
- Ovide, Francisco, 5, 13
- Paes de Barros, Maria, 52
 Palfy, conde de, 11, 53
 Pallière, 35, 36, 45, 47, 51, 75
 Panini, 10
 Parny, 2
 Passeio Público, barão do, 43
 Pedro Alexandrino, 38
 Pedro I, 1, 11, 13, 17, 30, 33,
 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46,
 50, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 71,
 76, 80
 Pedro II, 25, 60
 Peixoto, Gavião (v. Gavião Peixoto)
 Pellion, 34
 Percier, arquiteto, 17, 19, 66

- Pereira, José Clemente, 44, 45
 Pereira, Marcos José, 59
 Ferreira de Aguiar, Antônio, 59
 Pereira de Faro, 20
 Perereca (padre), 19
 Pessoa, Manuel Gameiro (v. Gameiro Pessoa, Manuel)
 Pezerat, arquiteto, 45
 Pharoux, 30
 Pichegru, 30
 Pilite, 6, 39
 Pinto de Moraes Leme, brigadeiro, 51
 Pio VII, 9
 Piranesi, G. B., 10
 Plancher de la Noüe, 17
 Pombal, marquês de, 4, 49
 Pompidou, 77
 Pontécoulant, conde de, 31
 Porto Alegre, Manuel de Araújo (v. Araújo Porto Alegre, Manuel de)
 Portugal, Antônio da Conceição, 27, 36
 Portugal, Marcos (v. Marcos Portugal)
 Post, Franz, 53
 Poussin, 41
 Pozzo di Borgo, 29
 Pradier, Simon, 5, 13, 14, 39, 67
 Presto, Luca Fa (v. Luca Fa Presto)
 Príncipe Consorte, 62
 Príncipe Herdeiro (D. Pedro), 13
 Príncipe Primaz, 9
 Príncipe Regente, 42
 Príncipes, 26, 37, 66, 72, 78
 Prudhomme, Monsieur, 71

 Queirós, Eça de, 70
 Queluz, marquês de, 44

 Rafael, 8
 Rainha de Portugal, Maria, 63
 Ranchoup, Mme de, 30
 Raynal, 2
 Regente (D. João), 21, 42, 72
 Rio Comprido, visconde do (v. Passeio Público, barão do)
 Rio Seco (v. Azevedo)
 Rochechouart, conde de, 33

 Rodrigues de Sá, Simplício, 42, 59, 60
 Roquefeuil, condessa de, 33
 Rousseau, 28
 Roy, Hipólito, 6, 39
 Roy, Louis, 6, 39
 Rugendas, 34, 67, 73

 Saint-Hilaire, Augusto de, 35, 53
 Saint-Pierre, Bernardin de, 2
 Sainte-Beuve, 31
 Sand, George, 70
 Santiago de Liniers, 38
 Santo Amaro, marquês de, 35, 36
 Santos, marquesa de, 50, 51, 60
 Scey, Scée ou Scenc, 33
 Scott, Walter, 36
 Silva, Henrique José da, 32, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 58, 60, 78, 80
 Silva e Arruda, José da, 42, 59, 60
 Silva e Sousa, João Francisco da, 20
 Silva Moniz, João da, 35
 Siqueira, argentário, 20, 24, 75
 Smith, Sydney, 34
 Smythe, 22
 Sousa Barros, comendador, 52
 Sousa Cutinho (conde de Linhares), 3, 4
 Sousa Lobo, Francisco de, 42, 59, 60
 Soyé, padre, 37, 38, 40, 78
 Spix, 34, 53
 Steinmann, 57
 Stendhal (v. Beyle-Stendhal)
 Sueur, Le (v. Le Sueur)

 Talleyrand, 29
 Targini, 13, 16, 38, 60, 75
 Taunay, 30
 Taunay, Adriano, 34, 57
 Taunay, Afonso d'E., 8, 19, 33, 42, 51, 55, 60, 73
 Taunay, Augusto, 5, 17, 19, 21, 38, 39, 60
 Taunay, Carlos Augusto Maria, 8, 30, 33
 Taunay, Félix Emílio, barão de, 25, 39, 58, 59, 78
 Taunay, Gofredo, 39
 Taunay, Hipólito, 17, 18, 19, 24, 39

Taunay, Nicolau Antônio, 5, 7, 8,
10, 13, 14, 17, 25, 30, 33, 34,
35, 39, 65, 69, 73
Teive, Joaquim Cabral (v. Cabral
Teive, Joaquim)
Thierry Frères, 67
Thurn und Taxis, Príncipe de, 53
Tobias, brigadeiro (v. Aguiar, bri-
gadeiro Tobias de)
Torres Homem, 78
Tsar, 1, 22, 34

Valença, marquês de, 44
Vasilev, 34

Velho Amador, 45
Vernet, Horace, 79
Viana, almirante, conde de, 26
Viana, Paulo Fernandes, 20, 25, 75
Vidal, E., 34, 73
Vigée-Lebrun, M^{me}, 10
Vilanova Portugal, Tomás de, 44,
60
Voltaire, 28

Walter Scott (v. Scott, Walter)
Wellington (Iron Duke), 5
Wilson, 31
Winckelmann, 10

REFERÊNCIAS ÀS PRANCHAS

- Carlos, Fazenda dos Carlos, 54, 86
Castro, 83, 85, 87
Coritiba, 48, 54, 83, 85, 88, 89
- Guaratuba, 56, 83, 85, 92
Guaratuba, Entrada de, 88
- Iapó, 90
Ipanema, Fábrica de ferro de, 54,
57, 75
Itapevas de Faxina, Itapeva, 48, 53,
55, 57, 75, 85
Itapocoroí (Ytupacoroyo), 57
- Jaguariaíva, 83, 85, 91
Jaguaticatu, 58, 83, 93
- Ladeira do Carmo, 49
Lapa, 54, 83, 85, 89-90
- Palmeira, 83, 85, 93
Paranaguá, 56, 85, 91-92
- Parati, 49, 56
Ponta Grossa, 83, 84, 85, 87
- Queda do Sorocaba, 53
- Salto de Itu, 53
São Carlos (Campinas?), 53-54, 57
São Francisco, 54, 56
São Paulo, 49; Entrada de, 49; La-
deira do Carmo, 49; Palácio do
governo, 49, 75; Ponte de Santa
Ífigênia, 52; Praça da Sé, São
Pedro, 50, 75
São Paulo, Província de, 84; Li-
mite da, 54-55, 87-88
São Sebastião, 56
Sepitiba, 56
Sorocaba, 54, 57
- Ubatuba, 56-57
- Volta da caça, 54, 55, 85